

THIAGO CARLOS COSTA

***O ESCRITOR ANDARILHO POR ENTRE MONTES, LETRAS, VALES
E MEMÓRIAS: Alfredo Camarate e a construção de Belo Horizonte.***

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2014

THIAGO CARLOS COSTA

***O ESCRITOR ANDARILHO POR ENTRE MONTES, LETRAS, VALES
E MEMÓRIAS: Alfredo Camarate e a construção de Belo Horizonte.***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Teoria da Literatura e Literatura Comparada

Linha de Pesquisa: Literatura, História e Memória Cultural

Orientador: Prof. Elcio Loureiro Cornelsen

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2014



pós-lit
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ESTUDOS LITERÁRIOS

Faculdade de
Letras - FALE



Dissertação intitulada *O escritor andarilho por entre Montes, Letras, Vales e Memórias: Alfredo Camarate e a construção de Belo Horizonte (1893-1904)*, de autoria do Mestrando THIAGO CARLOS COSTA, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras da UFMG, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos Literários.

Área de Concentração: Teoria da Literatura e Literatura Comparada/Mestrado

Linha de Pesquisa: Literatura, História e Memória Cultural

Aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Gustavo Cerqueira Guimarães – UFMG
Presidente da Banca e Representante do orientador, Prof. Dr. Elcio Loureiro Cornelsen

Profa. Dra. Myriam Corrêa de Araújo Ávila - FALE/UFMG

Profa. Dra. Rita Lages Rodrigues - EBA/UFMG

Profa. Dra. Elisa Maria Amorim Vieira
Subcoordenadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da UFMG

Belo Horizonte, 1º de agosto de 2014.

C172p.Yc-e.

Costa, Thiago Carlos.

O escritor andarilho por entre montes, letras,
vales e memórias [manuscrito] : Alfredo
Camarate e a construção de Belo Horizonte /
Thiago Carlos Costa. – 2014.

147 f., enc. : il., mapas, p&b.

Orientador: Elcio Loureiro Cornelsen.

Área de concentração: Teoria da Literatura e Literatura
Comparada.

Linha de pesquisa: Literatura, História e Memória Cultural.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de

1. Camarate, Alfredo, 1840-1904 – Por montes e vales – Crítica
e interpretação – Teses. 2. Belo Horizonte (MG) – História – Teses.
3. Crônicas brasileiras – História e crítica – Teses. 4. Narrativa
(Retórica) – Teses. 5. Memória na literatura – Teses. I. Cornelsen,
Elcio. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de
Letras. III. Título.

CDD : B869.33

*Para a minha esposa Viviane e meu filho
Augusto, felicidade completa.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer às pessoas que, direta e indiretamente, tiveram uma parcela de contribuição decisiva para o início e conclusão deste trabalho. Ressalto que não imaginava que um curso de mestrado demandasse tamanha dedicação intelectual, física e, particularmente, um trabalho diário. Assim, desde a minha aprovação no processo seletivo até a conclusão deste curso, tive apoio por onde passei nestes tumultuados vinte e quatro meses.

Agradeço ao professor Elcio Loureiro Cornelsen pela orientação zelosa e amigável que me indicou o caminho para a imersão na pesquisa.

Agradeço às professoras Myriam Corrêa de Araújo Ávila e Rita Lages Rodrigues pelas precisas e gentis observações na banca de defesa desta dissertação.

Agradeço à Nila Rodrigues por me “abrir os olhos” para Alfredo Camarate quando éramos colegas de trabalho no Museu Histórico Abílio Barreto. Agradeço também ao José Neves Bittencourt pelas indicações bibliográficas e ideias de projetos de pesquisa que envolvessem a temática de Belo Horizonte.

Agradeço ao Gustavo Cerqueira Guimarães, colega de curso que se tornou um bom amigo e com quem tive oportunidade de aprender bastante sobre a vida acadêmica e profissional.

Agradeço à Ana Werneck pelo interesse em minha pesquisa e estímulo aos estudos quando foi minha gestora na Superintendência de Museus. Ao Wagner Tameirão, gestor do Memorial Minas Gerais Vale, por me contratar quando ainda estudava, por valorizar meus estudos e minha jornada dupla. À Luiza Macedo, amiga e colega de trabalho que com dedicação e empenho cobriu minhas ausências em momentos cruciais no cotidiano do museu. À minha coordenadora, Ludmila Ximenes, por me confiar a coordenação do Museu Brasileiro do Futebol no Mineirão, em um momento extremamente complicado

para mim. Ao presidente da Minas Arena, Sergio Guimarães, que sempre respeitou e me incentivou a concluir o mestrado. Obrigado a todos vocês pelas concessões, compreensão e paciência com minhas ausências ocasionadas por conta da dupla jornada de estudos e trabalho diário.

Agradeço a minha sogra Marilene, a meu sogro Elison e a meu cunhado Leandro que, no auge de toda a minha turbulência pessoal, abriram as portas de sua casa para que eu e a minha pequena família nos estruturássemos para termos um futuro melhor.

Agradeço aos meus pais Roberto e Suely, por sempre acreditarem em mim, mesmo quando parecia impossível. Ao meu irmão Thomaz pela parceira, boas prosas e por valorizar minhas escolhas pessoais e profissionais. Ao Bocão pela amizade gratuita e sincera.

Agradeço ao Cleber Cabral, amigo de tempos de graduação que reencontrei na pós e que foi decisivo com indicações bibliográficas e trocas de ideias, além de ser responsável por uma revisão cuidadosa e afável deste trabalho.

Agradeço à minha esposa Viviane pelo companheirismo, parceira, compressão com as minhas ausências e por acreditar em mim, mais do que eu mesmo. Ao meu filho Augusto, que mesmo recém-chegado, tornou a minha existência mais completa.

Dias angustiosos foram aqueles para os filhos de Belo Horizonte!

Alfredo Riancho (pseudônimo de Alfredo Camarate), *Por montes e vales*.

(...) sobre a verdadeira geografia do lugar não sabemos mais do que quando começamos.

Arthur Conan Doyle, *O mundo perdido*.

RESUMO

Este trabalho consiste em uma leitura das crônicas de Alfredo Camarate sobre o processo de demolição do Arraial de Belo Horizonte e a construção da Nova Capital (no caso a cidade de Belo Horizonte), publicadas no jornal *Minas Gerais* durante o ano de 1894. Procura-se compreender como o arquiteto português Alfredo Camarate, então membro da Comissão Construtora da Nova Capital, constrói com suas crônicas, intituladas “Por montes e vales”, um discurso no limiar entre o relato de viagem e a crônica histórica. Aventamos a hipótese de que a produção do autor, além de legitimar o projeto modernizador que se instaura com a construção da nova capital, registra a construção desta por meio do apagamento da memória do Arraial do Belo Horizonte — local que, segundo Camarate, estaria vinculado a uma memória histórica da monarquia que deveria ser apagada. Para tanto, examinamos os aspectos do gênero utilizado pelo português (a crônica), além de dialogarmos com proposições da sociologia literária e com as noções de narrador, história, modernidade e ruína, tais como propostas por Walter Benjamin.

PALAVRAS-CHAVE: Alfredo Camarate, crônica, história, narrador, Belo Horizonte.

RESUMEN

Este trabajo consiste en la lectura de las crónicas de Alfredo Camarate en la demolición del Arraial do Belo Horizonte y la construcción de la nueva capital (en este caso la ciudad de Belo Horizonte) *Proceso*, publicado en lo periódico de *Minas Gerais* durante el año 1894. Buscados entender cómo el arquitecto portugués Alfredo Camarate, entonces miembro de la Comisión de Nueva Construcción de Capital, se basa en su crónica, titulada "Sobre las colinas y los valles", un discurso en el umbral entre la relación de viaje y la crónica histórica. Aventamos la hipótesis de que la producción del autor, además de legitimar el proyecto de modernización que se establece con la construcción de la nueva capital, registra, según Camarate, la intención de supresión de la memoria monárquico del Arraial do Belo Horizonte. Para examinar los dos aspectos del género utilizado por los portugueses (crónica), y dialogarnos proposiciones de la sociología y nociones literarias del narrador, la historia, la modernidad y la ruina, según lo propuesto por Walter Benjamin.

PALABRAS CLAVE: Alfredo Camarate, crónica, historia, narrador, Belo Horizonte.

SUMÁRIO

Introdução: de Arraial a cidade capital – imagens e(m) narrativas.....	12
1. Por entre caminhos e descaminhos de Minas Gerais	
1.1 Breve histórico da ocupação urbana em Minas Gerais.....	20
1.2. O Arraial Curral d’El Rey e seus outros.....	27
1.3. A “demanda histórica” por uma nova capital: um jogo de escalas.....	42
1.4. A formação da Comissão Construtora da Nova Capital: o Arraial civiliza-se.....	53
2. Por entre montes e vales: uma cartografia literária do arraial de Belo Horizonte	
2.1. Alfredo Camarate: estrangeiro e cronista-construtor por entre Montes e Vales.....	61
2.2. Os primeiros prelos da imprensa mineira.....	68
2.3. A crônica, do jornal para o livro: algumas considerações.....	72
2.4. As tensas relações de fronteiras: Arraial-Cidade-Capital.....	80
3. Por entre escombros, letras e memória: Belo Horizonte em imagens e memórias literárias	
3.1. O cronista e a cidade limiar: tempo, história, progresso e ruína.....	90
3.2. Belo Horizonte sob o estigma da modernidade.....	104
3.3. O Gabinete Fotográfico da CCNC: Belo Horizonte em imagens.....	112
3.4. Por um gabinete literário da comissão construtora da nova capital: imagens e memórias literárias.....	126
Considerações finais.....	134
Referências Bibliográficas.....	139

INTRODUÇÃO: de Arraial a cidade capital – imagens e(m) narrativas

Entre o final do século XIX e início do século XX, com o crescente processo de modernização e urbanização do país, então recentemente inserido no projeto republicano, a literatura conheceu momentos de mudança, uma vez que as cidades passaram a ocupar importante espaço na criação literária, ensejando novas percepções da vida urbana que se inaugurava. Em 1891, mais precisamente em 30 de março do referido ano, se reunia na cidade de Ouro Preto uma Comissão para debater sobre a mudança da capital do Estado de Minas Gerais. A partir desse momento abriu-se um turbulento debate na sociedade mineira, particularmente na cidade de Ouro Preto, então capital de Minas Gerais, a propósito da mudança da capital para outra localidade.

Tal Comissão de Estudos¹ foi implantada para a edificação da nova capital de Minas Gerais. Foram estudadas cinco localidades que se candidataram para receber a sede administrativa do governo: Barbacena, Arraial do Belo Horizonte (antigo Arraial do Curral Del Rey), Juiz de Fora, Paraúna e Várzea do Marçal. Em 17 de dezembro de 1893, na cidade de Barbacena, após a leitura do relatório entregue pela Comissão de Estudos e acompanhado de um longo e acirrado debate, foi designado o Arraial do Belo Horizonte para se construir a capital do Estado. Pouco mais de dois meses depois foi constituída a Comissão Construtora da Nova Capital,² chefiada pelo engenheiro Aarão Reis, que teria quatro anos entre a publicação da Lei que escolheu a localidade para a edificação da nova capital e a conclusão das obras para inauguração da cidade. Assim, em um ritmo frenético, começou a desembarcar no acanhado Arraial uma massa de operários, técnicos, engenheiros, arquitetos, artistas, operários, carpinteiros, artífices variados e outras pessoas interessadas em trabalhar nessa grande empreitada que se iniciava.

¹ Em 14 de outubro de 1891 foi instituída uma Comissão de Estudos para se indicar os locais a serem avaliados para sediar a nova capital. Esta Comissão estava encarregada de apresentar informações técnicas para os parlamentares deliberarem no Congresso Mineiro pela localidade mais apropriada a sediar a nova capital de Minas Gerais. Vale ressaltar que esta foi o núcleo inicial da Comissão Construtora da Nova Capital – CCNC. Para mais informações sugerimos consultar os trabalhos de BARRETO (1996a) e RESENDE (1974).

² Doravante mencionada como CCNC, foi criada por decreto em 14 de fevereiro de 1894. Chefiada pelo engenheiro civil Aarão Leal de Carvalho Reis, esta Comissão foi instaurada no arraial de Belo Horizonte em 1º de março do mesmo ano e iniciou imediatamente os trabalhos de levantamento dos dados técnicos necessários para levar adiante duas tarefas básicas: projetar a nova cidade e construir, até dezembro de 1897, as partes necessárias e suficientes para a instalação do governo mineiro. Para mais informações sugerimos consultar os trabalhos de AGUIAR (2013) e SALGUEIRO (1997).

Observando esse cenário caleidoscópico que se formava, a título de uma hipótese de como representar essa experiência urbana na literatura, podemos analisar de perto a figura do escritor andarilho Alfredo Camarate e suas crônicas como uma profícua fonte histórica e de leitura constituída durante o processo de demolição do então Arraial do Belo Horizonte e a construção da Cidade de Minas. Como relata o cronista,

[v]endo-os passar, naquela atividade, pelas ruas do arraial, os horizontinos ficavam admirados, com imensa interrogação no olhar, como que a pergunta: Que irão fazer aqueles homens de botas, com tantos instrumentos e feixes de estacas e operários por esses campos, serras e baixadas do arraial? Que destino irão dar às nossas propriedades? Será que eles porão tudo abaixo?³

Nascido em Lisboa a 30 de março 1840, Alfredo Camarate tinha a formação de arquiteto e chegou a Minas Gerais no contexto da construção da nova capital do Estado. Logo após sua chegada à localidade, em 1894, Camarate contribuiu para o *Jornal Minas Gerais*, Diário Oficial do Estado, com uma série de crônicas, publicadas sob o pseudônimo de Alfredo Riancho, com o título principal de *Por Montes e Vales*. Tido como o primeiro cronista da capital por dois dos primeiros pesquisadores e estudiosos da atual capital de Minas Gerais, Abílio Barreto e Eduardo Frieiro, o arquiteto português relatava o cotidiano do Arraial em suas várias possibilidades, discorrendo sobre desde o formato das edificações presentes, passando pelas ruas, pessoas, costumes e hábitos, festas e outros aspectos, tráfego sempre a pé ou em lombo de animal, colhendo e narrando impressões sobre o Arraial. Como ilustra o próprio Camarate,

em Belo Horizonte tenho feito sempre o que fiz em todos os pontos que tenho visitado: sigo pelas ruas, travessas e praças ao acaso, colhendo, na inesperada variedade de episódios que o acaso me proporciona, muito melhor e proveitoso ensinamento [...].⁴

Nessa proposta de aproximar as narrativas dos percursos e andanças do cronista contextualizado no processo histórico, entendemos ser possível uma abordagem que privilegie a enunciação pedestre, de um narrador andante que, ao percorrer caminhos, cria relatos e promove a legibilidade do espaço urbano que se (re)desenhava. Ao trazer esse percurso para a literatura, esse cronista, que é o narrador, estimula o leitor a acompanhá-lo no seu trajeto permeado de símbolos, impressões e imagens de vários espaços, apresentando um leque de

³ RIANCHO, 1985, p. 20.

⁴ RIANCHO, 1985, p. 34.

possibilidades de leituras desse contexto e do discurso presente nos textos. Mediante o detalhamento do processo histórico no qual estão inseridas, bem como do mosaico de significados que elas carregam consigo, as crônicas de Camarate, que configuram objeto de estudo da presente dissertação, permitem entrever parte do cotidiano desse pequeno Arraial às vésperas de sua demolição.

A fim de ampliar o significado histórico das crônicas em sua tentativa de relatar o contexto de construção da Cidade de Minas, observaremos como a nova capital se insere no bojo das requalificações urbanas pelas quais passaram os grandes centros europeus no final do século XIX. Para tanto, refletiremos acerca do impacto da Proclamação da República no Brasil, especificamente em Minas e no Arraial, de modo a observar o imaginário político e ideológico que fomentou a CCNC, tendo em vista a formação de sua equipe, composta por técnicos, aventureiros e artífices estrangeiros e locais.

Desta maneira, propomos, nesta dissertação, o estudo do olhar de um cronista-construtor estrangeiro que, no Arraial do Curral D'El Rey, vê um lugarejo no limiar de se tornar uma cidade moderna. Consideramos que Camarate, em suas crônicas, fomentou uma espécie de janela que fornece possibilidades de leitura das várias facetas do processo histórico de (re)construção desse espaço, bem como dos clubes republicanos, hábitos, culturas e costumes da população que o povoou. Desta maneira, pretendemos, na presente investigação, abordar o percurso de concepção da Cidade de Minas visto, pela pena e lentes de Alfredo Camarate, como um espaço de lutas da memória em que lembranças, esquecimentos e silêncios traçam os caminhos e descaminhos da modernidade de Minas Gerais.

Feita a contextualização das questões e linhas gerais que propulsionam esta pesquisa, passemos à estrutura da dissertação, composta por introdução, três capítulos e conclusão.

O primeiro capítulo, intitulado *Por entre caminhos e descaminhos de Minas Gerais*, é dividido em quatro tópicos e visa, mediante contextualização cultural, histórica, social e política, situar a construção de Belo Horizonte e a formação da CCNC. Assim, no primeiro tópico, buscamos aliar cartografia e história em um *Brevíssimo histórico da*

ocupação urbana em Minas Gerais, de modo a estabelecer uma leitura panorâmica da formação urbana no estado. O intento consiste em apresentar como os primeiros arraiais e vilas irão, posteriormente, se desdobrar em cidades, enfatizando que a formação econômica de Minas comandará de modo singular as ocupações humanas neste espaço.

Na sequência, em *Arraial Curral d'El Rey e seus outros*, apresentamos os tipos de povoamento ocorridos em Minas Gerais. Esmiuçamos os traços que diferenciam e aproximam os tipos de formações urbanas em Minas Gerais dos séculos XVII ao século XIX. Com isto, esforçamo-nos para, na linguagem dos engenheiros, preparar o terreno teórico para investigar e entender a demanda de uma nova capital em Minas Gerais.

No terceiro tópico do referido capítulo, denominado *A “demanda histórica” por uma nova capital: um jogo de escalas*, procurar-se-á apresentar o jogo de forças políticas e econômicas que desembocaram na escolha do Arraial do Curral Del Rey para sediar a nova capital do estado. Com esta contextualização visamos apresentar o contexto em que se deu a criação da Comissão de Estudos para a Nova Capital: um clima de tensão, ocasionado pelo governo provisório republicano e com todas as incertezas possíveis de um novo regime político. São apresentadas as regiões litigantes envolvidas no processo de escolha para sediar a capital do estado. Com isto visamos expor um jogo de escalas e forças protagonizado, de um lado, pela região Central, simbolizada pela barroca mas decadente Ouro Preto, que luta pela unidade na então província mineira e, de outro, pelas emergentes economias do Sul e da Zona da Mata – regiões agrárias então em processo de transição para a industrialização que pressionam o poder central por conta da sua vivacidade econômica, ameaçando a fragmentação regional.

Para concluir o primeiro capítulo, apresentamos o tópico *A formação da Comissão Construtora da Nova Capital: o Arraial civiliza-se*. Nessa seção expomos como, após uma longa e acalorada disputa política pela escolha da sede da nova capital de Minas Gerais, a CCNC será formada e chefiada pelo engenheiro politécnico Aarão Reis. Na parte mencionada é traçado um panorama da ideologia pela qual irão se pautar os trabalhos de construção da nova cidade, de maneira a mostrar sua consonância com o discurso político republicano no que concerne às cidades. Assim, é nesse contexto de formação dos caminhos e descaminhos de Minas Gerais ao longo dos séculos XVII ao XIX que chega o arquiteto português Alfredo Camarate como mais um membro desta Comissão Construtora. Além de analisar os projetos

arquitetônicos para a nova cidade, Camarate se põe a narrar, em crônicas semanais, o dia a dia deste canteiro de obras em que se tornou o Arraial do Belo Horizonte. Desse modo, o cronista construtor criou textos de propaganda da CCNC e do projeto em que estava inserido, contudo, não deixou de relatar os aspectos humanos e naturais do arraial, tornando assim seus textos artefatos históricos, intencionalmente ou não. Portanto, para se compreender o caráter social da obra literária como documento histórico é importante projetar que “tal fronteira significa reconhecer que a especificidade do discurso literário tem como *indicador visível a forma*, i. e., não o que se diz mas como se diz o que se diz.”⁵

No segundo capítulo, intitulado *Por entre Montes e Vales: uma cartografia literária do Arraial de Belo Horizonte*, desenvolvemos uma análise literária comparativa das crônicas de Camarate sobre o Arraial do Belo Horizonte no ano de 1894 publicadas no jornal *Minas Gerais*. Para tanto, faz-se necessário delimitarmos alguns percursos da leitura. Em primeiro lugar, apresentamos alguns dados biográficos do autor no tópico *Alfredo Camarate: estrangeiro e cronista-construtor por entre Montes e Vales*. Na parte mencionada, localizaremos a figura de Alfredo Camarate não só como técnico da CCNC, mas como escritor que, mesmo situado no intenso século XIX, buscava projetar seu olhar para o século XX. De acordo com essa lógica, faremos uma breve apresentação da formação e das facetas de Alfredo Camarate, como cidadão português, arquiteto, jornalista, cronista, musicista e crítico musical, técnico de museu, viajante e até mesmo crítico gastronômico. Já no segundo tópico do referido capítulo, *Os primeiros prelos da imprensa mineira*, expomos um brevíssimo panorama da criação da imprensa no Brasil durante a segunda metade do século XVIII, de modo a evidenciar suas características no decorrer deste século em Minas Gerais. Com isso visamos contextualizar a criação do periódico *Minas Gerais*, órgão oficial da imprensa difusor da propaganda estatal, em cujas páginas eram veiculadas as crônicas de Alfredo Camarate.

Após tecermos considerações a propósito da criação dos jornais no Brasil e em Minas Gerais, serão desenvolvidos apontamentos em torno da crônica, tais como seus conceitos, usos e sua consolidação em publicações periódicas. Nesse tópico serão problematizadas as características do gênero e como esse encontra nos jornais um campo propício para a divulgação e popularização de ideias. Outro aspecto que merece destaque consiste no fato de a crônica atuar como passaporte capaz de projetar escritores da página do

⁵ LIMA, 2002, p. 666.

jornal para o seletor circuito do livro. Ainda na seção supracitada, trataremos da recepção produtiva dos relatos do arquiteto português de Camarate por Abílio Barreto e Eduardo Frieiro, respectivamente, um memorialista e um crítico literário. Se o primeiro recolocou em circulação os textos de Camarate na década de 1930, considerando suas crônicas como uma espécie de testemunho do processo de demolição e construção da nova capital, o segundo foi responsável pela compilação e publicação dos textos do cronista na *Revista do Arquivo Público Mineiro* de 1985.

Para fechar esse capítulo, procedemos à análise propriamente dita das crônicas de Camarate no tópico *As tensas relações de fronteiras: Arraial-Cidade-Capital*. Para pensar esse espaço-limiar apresentado nos textos do cronista, propomos que eles sejam lidos como uma espécie de cartografia literária do Arraial do Belo Horizonte às vésperas do seu desaparecimento. Para tanto, procedemos ao levantamento das tipologias presentes nas crônicas do português. No trecho abaixo é possível observar uma das descrições fisionômicas desenvolvidas pelo cronista:

O tipo geral deste povo é doentio. Magros, amarelos, pouco desempenados na maioria; havendo proporção de defeituosos, aleijados e raquíticos. Ora, esta fisionomia quase geral da população de Belo Horizonte desarmoniza completamente com a amenidade do clima, com o ar seco e batido quase constantemente pela brisa, com a natureza do solo que é magnífica e com a boa saúde e pantagruélico apetite que tem todos os que para aqui tem vindo e que, em mais de um mês de residência, já iriam percebendo sintomas e prenúncios de mal-estar futuro.⁶

Por fim, no terceiro e último capítulo desta dissertação, denominado *Por entre escombros e letras: Belo Horizonte em imagens e memórias literárias*, propomos reflexões sobre a extinção do Arraial de Belo Horizonte e a construção da Nova Capital e explicitamos questões que consideramos apresentarem contribuições para o campo dos estudos literários. A partir do diálogo com as reflexões de Walter Benjamin acerca das noções de história, modernidade, tempo e espaço, propomos a hipótese de que Camarate lê/vê a cidade como um texto. A nosso ver, este texto-cidade se configura como uma rede de significados que viabiliza não descobrir o verdadeiro Arraial do Belo Horizonte, mas, antes, observá-lo por meio do olhar-câmera do cronista. Assim, abrimos o referido capítulo tratando d'*O cronista nas fronteiras, tempo/história e progresso/ruína*, tópico que tem por foco a figura do narrador

⁶ RIANCHO, 1985, p. 43.

diante da demolição física e simbólica do Arraial para se constituir a nova capital. Já no segundo tópico desse capítulo, intitulado *Belo Horizonte sob o estigma da modernidade*, são apresentadas as questões que a modernidade impôs aos projetos urbanos desenvolvidos ao final do século XIX. Discorremos acerca de como tais projetos civilizatórios, nascidos sob o signo da modernidade, são gestados por uma consciência histórica empenhada em criar outros discursos e imagens acerca de sua memória, lançando mão, para tanto, do apagamento e recriação de sua história.

No terceiro tópico, denominado *O Gabinete Fotográfico da CCNC: Belo Horizonte em imagens*, são levantadas questões acerca do cuidado da CCNC em registrar determinadas imagens da construção da nova cidade. Investigamos como a ideologia modernizante e o discurso técnico da CCNC se relacionaram para criar uma vasta documentação de propaganda e registro desse processo construtivo de uma capital moderna. Em seguida, figura o último tópico desse terceiro capítulo – *Por um Gabinete Literário da Comissão Construtora da Nova Capital: imagens e memórias literárias*. Nessa parte, aproximamos algumas imagens e textos, de modo a observar a criação de um imaginário programático estabelecido pelos políticos mineiros em contraposição à produção literária da época. Assim, lançamos a ideia de um Gabinete Literário, composto pela produção de autores como Alfredo Camarate, Padre Francisco Dias Martins, Arthur Azevedo e Avelino Fóscolo. Vista em conjunto, a fortuna literária desses escritores compõe um quadro de memórias literárias que contextualiza o processo de construção da nova capital. Ao propor este painel, visamos sugerir uma leitura a contrapelo do programa de arquivamento da memória proposto pela CCNC para Belo Horizonte, já que os escritores citados relatam em seus textos não o avanço do progresso, mas as ruínas que ele deixa em seu percurso.

CAPÍTULO I
POR ENTRE CAMINHOS E DESCAMINHOS DE MINAS GERAIS

1.1 Breve histórico da ocupação urbana em Minas Gerais

O *gerais* corre em volta. Esses gerais são sem tamanho. Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões... O sertão está em toda a parte.

João Guimarães Rosa, *Grande sertão: veredas*

Antes de iniciarmos nosso estudo em torno dos aspectos literários das crônicas do arquiteto português Alfredo Camarate, consideramos necessária uma breve contextualização da ocupação urbana em Minas Gerais. Camarate⁷ que sob o pseudônimo de *Alfredo Riancho* escreveu ao longo do ano de 1894 cinquenta e quatro crônicas na seção *Por entre Montes e Vales* publicadas duas vezes por semana no jornal *Minas Gerais*. Tais textos se configuram em testemunhos literários e históricos do o processo de demolição do Arraial de Belo Horizonte⁸ e da construção da nova capital de Minas Gerais. Torna-se, portanto, necessário considerar alguns elementos de caráter histórico, econômico, político e ideológico que permearam a formação urbana do estado, com seus arraiais, vilas e cidades entre os séculos XVII e XVIII. Assim, essa conexão com os debates históricos e literários se torna relevante para nos auxiliar na leitura dos textos de Camarate sobre a construção da capital mineira com um maior arcabouço de informações. Neste capítulo, serão explicitados alguns desses elementos que podem nos propiciar uma leitura ampliada das crônicas do arquiteto português dentro de contexto histórico.

Para dar início a este estudo, vale aqui remeter ao modo de ocupação das colônias empreendido pelos portugueses na América, que privilegiou, de início, o povoamento e a ocupação do litoral entre os séculos XVI e XVII. Tal ocupação se estabeleceu, em termos políticos e administrativos, através da criação de capitanias hereditárias, que eram unidades político-territoriais dirigidas por um governador e um capitão-general, nomeados pelo Rei de Portugal. Assim, os primeiros registros de

⁷ RIANCHO, 1985, p.23-198.

⁸ Em 12 de abril de 1890, através do Decreto n. 36, foi estabelecida pelo então presidente de Minas Gerais, João Pinheiro, atendendo ao pedido da população local, a alteração da denominação de Arraial do Curral Del Rey para Arraial do Bello Horizonte. Segundo o jornalista e historiador Abílio Barreto, esta foi uma iniciativa encampada pelos membros do Clube Republicano Floriano Peixoto, existente no Arraial (cf. BARRETO, 1996a). Nesta dissertação a menção ao arraial que foi demolido para a construção de Belo Horizonte será tratada prioritariamente como Arraial do Belo Horizonte, de modo a contextualizar as crônicas de Alfredo Camarate, que mencionam Belo Horizonte com frequência.

povoamento da América Portuguesa partiam sempre da fixação de povoadamentos, em sua maioria sem um criterioso ordenamento urbano, fixados ao longo da costa atlântica. Nesse período, o interior desse vasto território recém-dominado pelos portugueses era inexplorado e ocupado, em sua maioria, por grupos indígenas que viviam nesse *sertão*. A propósito, cabe aqui retomar brevemente o significado do termo “sertão” na América portuguesa: do século XVII até meados do século XIX, tratava-se de uma nomeação mais ampla. No discurso presente nas crônicas do português Alfredo Camarate, a região do Arraial de Belo Horizonte, quando da implantação da capital de Minas Gerais, em fins do século XIX, é recorrente a menção à região como um descampado rústico e/ou local pouco povoado – isto é, um sertão –, ora para situar a distância dessa região em relação à chamada civilização moderna, ora para justificar a dificuldade da empreitada e valorizar os trabalhos da Comissão Construtora da Nova Capital. A título de exemplo, apresentamos a passagem abaixo, extraída de uma das crônicas de Camarate, na qual se valoriza o esforço empreendido na construção da cidade:

[...] fitam os olhos sobre nós, não só todos os brasileiros como todos os povos do mundo; visto que uma cidade e demais uma cidade destinada a ser a capital de um Estado do florescente como o de Minas, erguida sobre um solo nu e simplesmente desbravado, é acometido de que só se vangloriam os Estados Unidos da América do Norte e a República Argentina.⁹

Assim, o sertão, suas fronteiras e distâncias perpassam a história de Minas Gerais desde suas primeiras descrições administrativas, passando pela cartografia, pela historiografia e pela literatura, assumindo uma gama de significados contraditórios desde o período colonial, sendo utilizado para designar tanto um espaço geográfico selvagem como um local desconhecido e mítico, obstáculo para o desenvolvimento da civilização. Uma das primeiras descrições desse espaço está presente no *Códice Costa Matoso*, que, em torno de 1750, relata as descobertas na região das minas:

[...] sertão dos Cataguases, nome que nos primeiros anos tiveram, chamadas Minas Gerais pela extensão das que depois lhes foram descobrindo, a que também pelo tempo adiante se lhes foi acomodando o nome do sítio do seu descobrimento [...] e fizeram arraiais onde achavam melhores conveniências, que alguns hoje são vilas [...].¹⁰

⁹ RIANCHO, 1985, p. 167.

¹⁰ *Códice Costa Matoso*, p. 197 *apud* FONSECA, 2011, p. 48.

Não longe disso, a definição etimológica do termo “sertão” também apresenta certa amplitude, mas se aproxima do significado presente no discurso de Camarate: “região agreste, distante das povoações ou das terras cultivadas/sertão XV, sertão XV/de etimologia obscura//sertanejo VXII//sertanista XX”.¹¹ Em relatos de viajantes europeus que percorreram a região das Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX, o termo “sertão” é recorrente. A definição encontrada nesses textos é novamente ampla, mas apresenta um objetivo evidente: designar esse espaço extenso e inabitado, ora descrito como desértico, ora designado como povoado de intensa mata ou floresta (cerrado, caatinga, campo, dentre outros). Um dos viajantes mais importantes desse período foi o explorador francês Saint-Hilaire,¹² que, em uma viagem pelo Brasil em meados do século XIX, chegou à seguinte conclusão:

Não se deve imaginar que o sertão esteja limitado à província de Minas Gerais; ao contrário, ele se estende pela Bahia e Pernambuco, e toda a província de Goiás, que lhe é contígua, não passa de um imenso deserto. Muitas províncias, e talvez todas elas, tem seu sertão, que é a sua parte mais deserta. Os sertões de Minas, Bahia, Pernambuco são espaços abertos, enquanto o da província do Espírito Santo apresenta espessas florestas. Não é descabido afirmar que uma só província possa ter mais de um sertão, visto que, além do sertão Bahia, vizinho do sertão das minas, as florestas desertas que se estendem a oeste do litoral, perto de Belmonte, também são um sertão.¹³

A análise do sertão e suas fronteiras ajudam na delimitação dos espaços tidos tanto por incivilizados como dos civilizados, no que tange as organizações sociais tradicionais, partindo de uma visão eurocêntrica do mesmo período. Essa relação entre esses espaços é pertinente para se pensar a ocupação e o sentido de distanciamento entre

¹¹ DICIONÁRIO..., 1991, p. 718.

¹² Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire, nascido em Orleães, França em 04 de outubro de 1779. Foi um botânico, naturalista e viajante francês, que transitou pela América do Sul durante as primeiras décadas do Século XIX. Contribuiu com relevantes impressões sobre a flora na região além de produzir relatos gerais relevantes como naturalista para a historiografia brasileira. Faleceu em 03 de setembro de 1853, em Orleães, França. Para mais ver: SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Quadro geográfico da vegetação primitiva na província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia: USP, 1975. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo: 1822*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. LIMA, Maria Emilia Amarante Torres. *As caminhadas de Auguste de Saint-Hilaire: pelo Brasil e Paraguai*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. Lorelai, KURY. "La politique des voyages en France au début du XIX e siècle et la culture scientifique d'Auguste de Saint-Hilaire", em Y. Laissus (org.) *Les naturalistes français en Amérique du Sud. XVIe-XIX siècles*, Paris, C.T.H.S., 1995. Disponível em: <<http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano2n1/Texto%20de%20%20Lorelai%20Kury.pdf>>. Acesso em 12/01/2014. Também sugerimos acessar o perfil de Saint-Hilaire na base dados da Biblioteca Brasileira Eletrônica, disponível em <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/autores/25/Auguste-de-Saint-Hilaire>.

¹³ SAINT-HILAIRE *apud* FONSECA, 2011, p. 53.

os mesmos. Uma relação latente nos estudos sobre a construção desse conceito de fronteira na América Portuguesa está presente nos estudos de Sergio Buarque de Holanda, quando o historiador trabalha a relação entre Marinha e Interior. O panorama descrito por Holanda é produtivo na medida em que relaciona as reflexões sobre as fronteiras entre a ocupação portuguesa na costa atlântica nos séculos XVI e XVII, para introduzir a aventura pelo sertão da colônia nos séculos XVIII e XIX, principalmente quando o historiador descreve a formação das cidades portuguesas em sua colônia no litoral da América. Essas cidades não foram planejadas a partir de projetos urbanos completos, que pensavam a ocupação do espaço e a distribuição populacional. As cidades portuguesas na América eram estabelecidas apenas para fins administrativos da Metrópole, sendo praticamente abandonadas por esta, servindo meramente de pontos de comércio ou estalagens. Segundo o próprio Holanda, nas fazendas próximas dessa região litorânea viviam as pessoas mais abastadas, que iam às cidades somente em ocasiões específicas ou em último caso, conforme relatado no trecho abaixo:

No Brasil colonial, entretanto, as terras dedicadas à lavoura eram a morada habitual dos grandes. Só afluíam eles aos centros urbanos a fim de assistirem aos festejos e solenidades. Nas cidades apenas residiam alguns funcionários da administração, oficiais mecânicos e mercadores em geral. [...] Na Bahia, o centro administrativo do país durante a maior parte do período colonial, informa-nos Capistrano de Abreu que as casas, fechadas quase todo o ano, só se enchiam com as festas públicas. [...] Mas ainda assim não devia ser muito favorável às cidades a comparação entre a vida urbana e a rural por essa época, se é certo o que dizia o conde de Cunha, primeiro vice-rei do Brasil, em carta escrita ao rei de Portugal em 1767, onde se descreve o Rio de Janeiro como só habitado de oficiais mecânicos, pescadores, marinheiros, mulatos, pretos boçais e nus, e alguns homens de negócios, dos quais muito poucos podem ter esse nome, sem haver quem pudesse servir de vereador, nem servir cargo autorizado, pois as pessoas de casas nobres e distintas viviam retiradas em suas fazendas e engenhos.¹⁴

Uma distinção importante para se pensar a gênese desses espaços urbanos consiste em contrapor os modelos de construção de cidades nas Américas Espanhola e Portuguesa, que viabiliza uma distinção fundante entre “Marinha e Interior”. Os espanhóis desenvolveram um processo de colonização e urbanização sistemático priorizando as regiões do interior devido a critérios econômicos, militares e até mesmo higiênicos. Já Portugal povoou a América Portuguesa de modo inverso, partindo da

¹⁴ HOLANDA, 2006, p. 90-91.

“Marinha”, ou seja, do litoral para somente depois seguir rumo ao interior. Contudo, em ambos os casos não parece ter havido maior preocupação em se desenvolver uma ocupação urbana de modo sistemático.

Dito isto, retomemos a análise proposta por Holanda em seu livro fundamental, *Raízes do Brasil*, no qual o pesquisador desenvolve a analogia do “semeador” a partir do modo como o colonizador português “planta suas sementes” de modo desordenado, com o sentido único de exploração da terra. O historiador contrapõe este modo de cultivo ao do “ladrilhador”, desenvolvido pelo colonizador espanhol que, com zelo e precisão, constrói cidades com infra-estrutura de povoamento aliada a um controle burocrático e militar, fatores que o ajudaram em sua empreitada exploratória.

Assim, ao retomarmos a tese proposta por Sergio Buarque de Holanda sobre “o Semeador e o Ladrilhador”, buscamos subsídios para analisar a concepção dos centros urbanos brasileiros no século XIX. A nosso ver, essa cultura urbanística gerou consequências diretas observáveis nos séculos posteriores, impactando diretamente nos rearranjos vividos pelos centros urbanos brasileiros ao fim do século XIX e início do século XX, momento de emergência do Governo Republicano. De acordo com o autor de *Raízes do Brasil*, a formação das cidades na América Portuguesa, sob a égide da Coroa Portuguesa nos séculos XVII e XVIII, é caracterizada pela falta de zelo urbanístico português, conforme comentário na citação abaixo:

a cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra “desleixo” [...].¹⁵

Em contrapartida, na América Espanhola o zelo urbanístico é ressaltado desde a formação das ruas das cidades, passando pelo cuidado arquitetônico e legislativo, como descrito a seguir:

Já à primeira vista, o próprio traçado dos centros urbanos na América espanhola denuncia o esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste: é um ato definido da vontade

¹⁵ HOLANDA, 2006, p. 110.

humana. As ruas não se deixam modelar pela sinuosidade e pelas asperezas do solo; impõem-lhes antes o acento voluntário da linha reta.¹⁶

Assim, o povoamento e posterior urbanização da região dos “Cataguases”, denominação dada pelos primeiros bandeirantes paulistas à região de Minas Gerais, será fruto de grande esforço individual, apoiado pela Coroa Portuguesa apenas quando foram descobertos depósitos auríferos na região. Portanto, foi apenas no início do século XVIII que,

após a descoberta pelos paulistas, de diversos depósitos auríferos no “sertão dos Cataguases” – é que surgem concentrações humanas maiores, e uma verdadeira rede urbana no interior da colônia. Esta região montanhosa, de difícil acesso e pouco conhecida, não demorou a tomar o nome de “Minas Gerais”, (expressão que, na época, significavam minas “contínuas” ou “justapostas”) e a se constituir como capitania. [...] A partir de então o centro econômico da colônia se deslocaria para o centro-sul, deixando as zonas açucareiras do Nordeste.¹⁷

Assim, apenas quando impulsionada pela mineração, uma intensa atividade agrícola, pecuária e comercial se desenvolve, propiciando a ocupação dos caminhos das Minas Gerais. Com isso, se promoveu uma ocupação urbana praticamente espontânea e desordenada, pouco sistematizada pela Coroa Portuguesa, que se viu forçada a se estabelecer enquanto poder político-administrativo, a fim de intervir de modo mais intenso na região para controlar a situação e regulamentar as atividades, defendendo assim seus interesses. O povoamento da então inóspita região dos “Cataguases”¹⁸ ocorreu de maneira intensa com a chegada de grandes leva populacionais heterogêneas, formadas por aventureiros, escravos, clérigos, famílias, garimpeiros, militares, artistas, membros da coroa, dentre outros. Assim, a vida social nessas fazendas, arraiais e vilas se formou a partir desses primeiros núcleos, propiciando a constituição e estabelecimento de redes de sociabilidades no dia a dia dessas regiões. Os relatos desse cotidiano são descritos para além das atividades econômicas, com a presença de

¹⁶ HOLANDA, 2006, p. 96.

¹⁷ FONSECA, 2011, p. 25.

¹⁸ O topônimo “Cataguases” é referente ao povo autóctone “Ca-ata-guá”, que habitava a região do Vale do Rio Grande, ao sul do atual Estado de Minas Gerais, sendo este um dos primeiros grupos indígenas a ter contato com os paulistas, que denominaram a região como “Sertão dos Cataguases”. Vale ressaltar que, anos mais tarde, com o povoamento e urbanização da região, houve pouco contato entre os colonos brancos e esses grupos, que foram exterminados e rechaçados para regiões distantes da região das Minas Gerais durante as primeiras bandeiras.

atividades literárias, artísticas e eclesiásticas, exemplificando a transformação da vida no sertão da colônia.

A ocupação urbana em Minas Gerais é singular quando comparada a outras regiões fronteiriças ao estado. Contudo, devido à complexidade do tema e às limitações da presente dissertação, não cabe aqui entrar nesses detalhes. Entretanto, vale mencionar tal fato a fim de ilustrar a questão dos deslocamentos e da inserção de núcleos populacionais no interior da América Portuguesa. Sabe-se que a descoberta de depósitos auríferos em Minas deu ensejo a uma “corrida ao tesouro”, ocasionando profundas transformações nas relações entre a Metrópole e a Colônia. Mas a ocupação ocorrida no início do século XVIII, advinda desse fato, veio acompanhada de significados inseridos nas questões de *sertão* e *fronteiras*, mas também sendo permeados por fatores motivacionais políticos, econômicos e religiosos.

A questão religiosa, por exemplo, se mostra muito presente no cotidiano e nos relatos da época, tais como no *Triunfo Eucarístico*, escrito por Simão Ferreira Machado e publicado em Lisboa no ano de 1734. Essa publicação foi bem analisada por Affonso Ávila em 1967,¹⁹ estudo que trata com detalhes dos significados da ocupação do interior da América Portuguesa no século XVII. Uma das questões fundamentais presentes no *Triunfo Eucarístico* é a abundância de riquezas minerais e naturais encontradas na região das Minas, terra em que o ouro brotava do chão e na qual tudo que se plantava vingava. De acordo com Ávila, a “descoberta” da região, tida como dádiva da *Divina Providência*, se relacionava à fertilidade da terra localizada no interior da colônia, fatos estes que se configuraram como uma benção à aventura portuguesa. Com isso, ao relacionar a descoberta dos depósitos auríferos na região com questões de ordem religiosa, a Coroa Portuguesa ampliava o leque de justificativas para a ocupação do território para além de razões econômicas e políticas.

Ainda sobre o aspecto econômico como motor da ocupação das Minas, vale ressaltar que, por volta de 1670, a crise financeira da Coroa Portuguesa levou a Metrópole a incentivar expedições pelo sertão da Colônia, prometendo títulos e

¹⁹ Para mais informações, ver MACHADO, Simão Ferreira. 1967 [1734]. *Triunfo eucarístico*, em ÁVILA (2006). Sobre referências documentais desse processo de ocupação em Minas Gerais no século XVII, consultar também o Códice Costa Matoso em FIGUEIREDO; CAMPOS (1999).

honrarias aos aventureiros que por sua conta e risco se embrenharam sertão adentro. Essas buscas por depósitos minerais conduzidas por conta dos paulistas, as chamadas bandeiras, foram fundamentais para a formação dos primeiros núcleos de povoamento que, anos mais tarde, se desdobrariam em alguns dos primeiros arraiais de Minas Gerais. Nesse período, diversas bandeiras foram empreendidas, mas podemos considerar que a mais relevante foi a promovida por Fernão Dias Paes, conduzida a partir de 1674. Essa grande expedição possuía uma numerosa comitiva que adentrou o território das Minas Gerais, deixando um legado importante para a formação de núcleos populacionais na região do vale do rio das Velhas. Tanto a comitiva liderada por Fernão Dias quanto de seus contemporâneos mais próximos buscaram incessantemente o Sabarabuçu, bem como as tão faladas (pelos índios) minas de esmeraldas. Contudo, as grandes descobertas auríferas se deram apenas alguns anos depois, na região da bacia do Rio Doce e, mais tarde, na região do Tejuco.

1.2. O Arraial Curral d'El Rey e seus outros

Uma questão que se mostra pertinente consiste no fato de que nenhuma ocupação humana se dá isoladamente em relação a seus pares. Sendo assim, o caráter predominantemente “urbano” do povoamento das Minas setecentistas o distingue das outras capitanias da América Portuguesa, como bem analisa Cláudia Damasceno Fonseca em *Arraiais e Vilas d'El Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*.²⁰ Em seu minucioso estudo, a pesquisadora apresenta detalhadamente a formação urbanística mineira, ocorrida em meados do século XVIII, a partir de dados sobre as vilas e arraiais mineiros, analisando seus aspectos políticos, econômicos e culturais, fornecendo subsídios importantes para se pensar o Arraial do Curral d'El Rey, de modo a observar suas funções e ligações com as regiões vizinhas.

Essa conversão do sertão de Minas Gerais em uma complexa e diversificada rede urbana, formada por povoamentos, arraiais, vilas e cidades, configura-se como fruto de demandas de ordem política, administrativa, econômica e religiosa. Ao que pudemos observar em nossa pesquisa, parecia não haver possibilidade de se especular a

²⁰ FONSECA, 2011.

formação de povoados onde não havia condições mínimas de sobrevivência para seus habitantes. Assim, foi se formando, ao longo dos séculos XVIII e XIX, na província de Minas Gerais, uma constelação de arraiais. Alguns deles chegaram, algum tempo depois, a se tornar vilas e cidades, já outros foram ou simplesmente extintos ou anexados a regiões mais vigorosas. A formação desses núcleos de civilização servia tanto para a sobrevivência e subsistência dessas microrregiões em um contexto amplo, como espaço para o controle da Metrópole na região. A propósito do significado do termo arraial, lembra Fonseca que,

[...] no final do século XVII, o termo arraial designava os pousos e roças que os bandeirantes criavam ao longo das trilhas para assegurar a sua sobrevivência. Após a descoberta das minas, estas trilhas transformaram-se em caminhos – mais ou menos praticáveis, dependendo das características dos terrenos – pelos quais transitava um grande número de viajantes e tropeiros. Alguns pontos existentes ao longo destas vias tornaram-se pontos de encontro de agricultores e comerciantes, e em torno destes locais surgiram povoados que também eram chamados de arraiais.²¹

Dessa maneira, foi em torno da busca pelo ouro que povoados começaram a ser construídos em torno de rios, córregos e ribeirões, e foram se multiplicando pela região das Minas Gerais. Os lugarejos situados próximos a bacias hídricas prosperaram, ao passo que aqueles que não eram margeados por fontes de água não se desenvolveram, fator que salienta a importância dessa condição para a subsistência dos povoados. Com isso, chamamos a atenção para a efemeridade de alguns povoados, situação constante no século XVIII, que ocorria não só devido à escassez de recursos naturais, mas também em razão de outros fatores, tais como a ausência de vias de comunicação entre os arraiais e povoados mais desenvolvidos. Algumas regiões se tornaram prósperas por conta da soma de fatores naturais e geográficos, como ocorreu nas adjacências do vale do ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e da serra do Ouro Preto. Nessa região se firmaram dois povoados fundamentais para a história da região, Vila Rica (atual Ouro Preto) e Vila de Nossa Senhora do Carmo (atual Mariana). As duas foram estabelecidas no ano de 1711 e logo se tornaram as primeiras vilas mineiras. No trecho abaixo se destaca a importância dessas localidades para a instauração e estruturação de uma rede urbana no sertão das Gerais:

²¹ FONSECA, 2011, p. 64

A superfície que serviu de pano de fundo para a primeira “constelação”, de arraiais mineiros era um imenso *sertão*, que foi se transformando em *território* à medida que alguns destes pontos se diferenciaram dos demais, tornando-se centros irradiadores do poder civil e religioso. Desta maneira, tal “constelação”, constituída inicialmente de unidades homogêneas, tomou, pouco a pouco, a forma de uma “armadura urbana” (*armature urbaine*),²² ou sejam de uma rede urbana²³ composta por “nódulos” hierárquicos: cidades, vilas, (vilas e cabeças de comarcas), povoações-sede de julgados e de freguesias, além de um miríade de arraiais que continham apenas uma capela filial.²⁴

Contrariando o mito de que na terra onde brotava ouro não poderia haver lavoura, dois tipos específicos de arraiais se estabeleceram: os arraiais mineradores e os arraiais agrícolas. Esses dados tornam possível notar que o processo de formação urbana em Minas Gerais foi extremamente híbrido, o que torna complexo seu entendimento, visto que um arraial poderia ter tanto exploração aurífera como também produzir lavouras. Tais características dos arraiais e povoados mineiros se mostram fundamentais para compreendermos melhor a dinâmica proposta por Ciro Bandeira de Mello:

Acrescente-se que o território mineiro, por ser um espaço de passagem, entrelaçando os hoje Nordeste, o próprio Sudeste e o Centro-oeste, viu circular por seus caminhos amplos interesses inter-regionais. Desse modo, as Minas conheceram desde o seu início um comércio que articulou várias regiões da colônia no Brasil, algumas bem distantes. Sua rede urbana exigiu a criação de um extenso sistema de abastecimento, as cidades pediam artesãos e o contrabando envolvia também muita gente. Havia constante contato com o litoral, São Paulo, Goiás, e o rio São Francisco facilitava o comércio com Pernambuco e Bahia. As tropas e tropeiros, responsáveis pelos transportes de bens e alimentos, eram enormes e importantes, produzindo grande circulação de mercadorias e notícias. A vida urbana dinamizava a região, com concentração humana de bom tamanho para a época. As veredas se abriam rápido e iam se povoando

²² *Armature urbaine* é outro conceito da geografia urbana francesa, definido como um conjunto de cidades interligadas num determinado espaço. É através dessa “ossatura”, dessa “rede” ou “malha” estruturante (*armature* em francês), que se transmitem ordens, decisões, e que se estabelecem os fluxos; também é por meio dessa “ossatura” que se estabelece uma visão hierarquizada da organização do território. Nota da autora que sugere ver BRUNET; FERRAS; THÉRY. *Les mots de la géographie dictionnaire critique*, p.44.

²³ A geografia urbana francesa estabelece uma distinção entre as expressões *réseau urbain* e *armature* (armação, estrutura) *urbaine*. A primeira (rede urbana) é mais genérica, designando um conjunto de localidades interligadas por vários tipos de relações. A segunda se refere ao conjunto formado pelos núcleos urbanos e suas zonas de influência; neste caso, as ligações e os fluxos entre os componentes da “malha” obedecem a uma hierarquia, ou seja, a relações de domínio, de subordinação, e de dependência, em diversos níveis.

²⁴ FONSECA, 2011, p. 557.

outros territórios que não o da mineração. Cem anos depois de seu começo, ou seja, já no final do século XVIII, a região, pela atuação de sua área mineradora inicial, continha a maior concentração populacional entre as capitanias brasileiras, o que se manteve após a independência, durante todo o séc. XIX e início do XX.²⁵

Nesse contexto, a urbanização de Minas Gerais será singular, diferentemente do restante da América Portuguesa, como coloca Sergio Buarque de Holanda. A experiência da Coroa no povoamento de outras regiões foi aprimorada em Minas, tendo em vista suas demandas e características, sendo que, à medida que se formavam os primeiros núcleos de povoamento, a Coroa Portuguesa estabelecia sua estrutura administrativa. Desse modo, os caminhos e descaminhos na formação das Vilas e Arraiais em Minas são um exemplo latente dessa dinâmica singular mineira, que rendeu frutos econômicos e culturais, mas também revoltas²⁶ e questionamentos políticos por parte de seus habitantes. Voltando aos aspectos econômicos administrativos, vale lembrar que

[s]e nas zonas rurais, as capelas e os arraiais eram construídos sobre as terras de sesmarias, cedidas pelos fazendeiros, poder-se-ia concluir apressadamente que, nas regiões mineradoras, os patrimônios religiosos originavam-se sempre nas concessões de terrenos auríferos – as datas mineiras. Ainda que alguns exemplos possam confirmar essa hipótese, o processo de gênese dos arraiais mineradores revela-se bem mais complexo, pois, ao invés de um só tipo de propriedade, ele esteve condicionado por estruturas fundiárias híbridas.²⁷

Essas estruturas híbridas de produção econômica dos povoamentos mineiros no século XVIII fizeram-se necessárias devido à efemeridade e precariedade da exploração aurífera realizada nos leitos dos rios e córregos, não havendo ainda na época o domínio de outro tipo de extração. Sendo assim, cabe lembrar que a grande maioria das chamadas unidades produtivas de Minas exerciam funções econômicas mistas, sendo simultaneamente agrícolas e mineradoras. Vale ressaltar que esse tipo de produtividade mista é fruto de uma experiência trágica: quando do início das primeiras empreitadas em torno do ciclo do ouro, a escassez do mesmo provocou miséria, fome e

²⁵ MELLO, 1996, p. 12.

²⁶ Outro capítulo à parte na historiografia mineira foi o das marcas deixadas pelas revoltas que ajudaram a constituir a mentalidade e cultura local. Para mais informações, consultar ANASTASIA (1998) e FIGUEIREDO (1996).

²⁷ FONSECA, 2011, p. 446.

o consequente abandono das minas. Segundo Diogo de Vasconcellos,²⁸ em seu livro *História Antiga de Minas*, foi determinado pelo governador Artur de Sá e Menezes que na região aurífera fossem plantados legumes e cereais nas proximidades das minas de ouro, de modo a garantir, ainda que minimamente, a estabilidade e subsistência dos arraiais. Essas medidas ajudaram a fortalecer não apenas a economia, mas também a sociabilidade nos arraiais e vilas, contribuindo para o estabelecimento de pequenas lavouras e comércios familiares. Contudo, mesmo tais medidas não conseguiram extinguir a precariedade das condições de vida, como podemos constatar no caso citado a seguir:

Embora fosse sede de freguesia, Santo Antônio do Rio Acima não escapou, de fato, ao destino de muitos arraiais das zonas auríferas: a estagnação e a decadência. Podemos, portanto, concluir que a função religiosa não era capaz de assegurar, sozinha, a permanência e a vitalidade dos arraiais. Qualquer que fosse a atividade econômica que dera origem a estas povoações, a sua conservação dependia do setor terciário; sem ele, não poderia “subsistir cidade, vila, ou lugar, nem aumentar-se sem o dito comércio”, como haviam observado, com muita propriedade, os habitantes de Igreja Nova.²⁹

Sobre as características que destacavam as regiões umas das outras em Minas Gerais, convém ressaltar que o contingente populacional pouco significava, passando a ser valorizado como medida de importância apenas a partir do século XIX. Os territórios mais extensos e com maior densidade de habitantes não possuíam mais de trezentas casas em média, número que pouco ou nada representava perante as outras regiões do Reino. Uma forma de mensurar a valorização dada às regiões urbanas mineiras que vingaram durante os séculos XVIII e XIX está relacionada a fatores muito específicos, tais como os mencionados na citação abaixo:

²⁸ Vale aqui fazer uma diferenciação entre Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos (Porto, Portugal, 1758 — Rio de Janeiro, Brasil, 1815), jurista, político e historiador, autor da *Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais* (Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994) de seu bisneto Diogo Luís de Almeida Pereira de Vasconcellos (Mariana, 1843 — Belo Horizonte, 1927) historiador, político, jornalista e advogado. Este último é autor de dois volumes sobre a história de Minas Gerais: VASCONCELLOS, Diogo Luiz de Almeida Pereira de. *História média de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948; e VASCONCELLOS, Diogo Luiz de Almeida Pereira de. *História antiga das Minas Gerais: (1703-1720)*. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional, 1948. Para mais informações acerca desse autor, sugerimos o trabalho de SILVA, Rodrigo Machado da. *A Experiência do Passado: A escrita da História como discurso da civilização*. Ouro Preto/MG: UFOP, 2010.

²⁹ FONSECA, 2011, p. 455.

Na maior parte das fontes setecentistas analisadas, prevalecem outros critérios associados à imagem da cidade: os feitos heroicos do seu passado (ligados ao desbravamento e à “conversão” do sertão), a existência de um número considerável de homens brancos, abastados e instruídos (a presença de bacharéis sendo particularmente valorizada), bem como a qualidade dos elementos físicos – o sítio, as casas, os edifícios públicos e a igreja, o traçado e pavimentação das ruas, os chafarizes.³⁰

Vale ressaltar aqui um levantamento produzido a partir de 1823 e publicado em 1826 e 1830 pelo secretário do governo de Minas Gerais, Luiz Maria da Silva Pinto. Essa pesquisa tinha por objetivo geral recolher dados sobre a rede urbana da província, fornecendo informações demográficas, eclesiásticas e políticas das localidades, de modo a propiciar o conhecimento das vilas, arraiais e sítios mineiros. A partir de sua leitura podemos vislumbrar um resumo do Arraial do Curral D’El Rey e de seus pares na primeira metade do século XVIII.

TABELA 1

Número de fogos das localidades classificadas segundo seus títulos (vilas e cidades em maiúsculas) e suas funções³¹

Grupo	Nome, título (ao fim da era colonial)	Função da localidade	Número de fogos por volta de 1830
1	Vila Rica	MG, Ca, Co, P	1.206
	Vila de São João Del-Rei	Ca, Co, P	891
	Tijuco	D, P (1817)	800*
	Vila de Sabará	Ca, Co, P	617
	Vila de Paracatu	Ca, Co, P	592
	Cidade de Mariana	Di, Co, P	515
	Vila do Príncipe	Ca, Co, P	500**
2	Vila de Campanha	Co, P	398
	Santa Luzia	P	396
	Vila de Pitangui	Co, P	365
	Vila de Minas Novas	Co, P	329
	Inficionado	P	300**
	Lavras do Funil	P	264
	Santa Bárbara do Mato Dentro	P	255
	Piranga	P	249
	Vila N. Rainha do Caeté	Co, P	242
	Catas Altas do Mato Dentro	P	223
	Vila de Barbacena	Co, P	220
	São Romão	J, P	202

³⁰ FONSECA, 2011, p. 561.

³¹ Relação das cidades, vilas e povoações da Província de Minas Gerais com declaração de fogos de cada uma (1830). Fontes: REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1897, p.18-28 e FONSECA, 2011, p. 379-380. * Número estimado por Auguste de Saint-Hilaire em 1817; ** Números estimados por L.M.S. Pinto.

3	São Miguel do Piracicaba	P	194
	Passagem de Mariana	P	190
	Vila de S. Bento Tamanduá	Co, P	180
	Itabira do Campo	P	163
	Vila de São José Del-Rei	Co, P	158
	Brejo do Salgado	J, P	151
	Conceição do Mato Dentro	P	150
	Vila de Queluz	Co, P	144
	CURRAL DEL-REI	P	144
	Congonhas do Sabará	P	144
	Antônio Pereira	P	142
	S. J. do Morro Grande (Cocais)	P	136
	Congonhas do Campo	P	131
	Vila S. Maria de Baependi	Co, P	130
	Aiuruoca	P	124
	São Caetano	P	120
	Furquim	P	101
	Antônio Dias	P	101
	Vila de S. Carlos do Jacuí	Co, P	96
	Itaverava	P	93
	Cachoeira do Campo	P	90
	Raposos	P	88
	Piedade de Paraopeba	P	87
	Piúi	P	83
	Prados	P	81
4	Barra do Rio das Velhas	P	80
	Sumidouro	P	79
	São Bartolomeu	P	71
	Rio das Pedras	P	67
	Ouro Branco	P	62
	Camargos	P	58
	Cabo Verde	P	58
	Pouso Alto	P	54
	Barra Longa	P	52
	Itatiaia	P	46
	Carrancas	P	45
	Rocha Grande	P	44
	Rio Acima	P	44
	Rio Pomba	P	39
5	São Sebastião	P	38
	Casa Branca	P	29
	BambuÍ	P	23
	Catas Altas da Noruega	P	10
	Abre Campo	P	4
	Simão Pereira	P	2

Alguns dados nesta tabela são relevantes para conhecermos o contexto urbano do Curral D'El Rei. Mas, inicialmente, faz-se relevante esclarecer alguns termos

presentes nessa tabela que são fundamentais para o entendimento da argumentação que se segue. No que concerne às siglas de nomeações para as legendas das circunscrições civis, **J** quer dizer Julgado, **Co** designa Concelho, **Ca** se refere a Comarca; **D** é empregado para Distrito Diamantino e **MG** para identificar a Capitania de Minas Gerais. A propósito das nomenclaturas utilizadas nas legendas para as circunscrições eclesiásticas, temos **Di** para Diocese, e **P** indica Paróquia. Além disso, o termo *fogos*, no léxico português do século XIX, tinha um sentido duplo, que servia para designar tanto casa quanto família. No caso do Brasil, por este termo se identificava uma residência. Ao passarmos em revista as informações da tabela, vemos que o Arraial do Curral D'El Rey se encontra em um papel intermediário, visto que possuía na época em torno de 144 *fogos*, ou melhor, residências com famílias. Pensado no universo urbano mineiro do século XIX, tratava-se de uma localidade de pequeno porte de acordo com os padrões que visualizamos acima, no qual as localidades médias e de pequeno porte são a maioria da malha urbana mineira. Uma lacuna consiste na ausência do número populacional preciso, o que viabilizaria pensarmos na densidade demográfica com mais exatidão. Contudo, em razão da falta de dados precisos sobre a população e por não ser objetivo deste trabalho uma pesquisa de cunho demográfico, ficaremos com os dados das residências como informativo para mensuração e categorização dos espaços urbanos mineiros.

Assim, a partir desses dados, podemos situar o Curral D'El Rey no contexto urbano mineiro. Nesse caso, é importante pensar o esforço do escritor, jornalista e historiador Abílio Barreto,³² em seu livro *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva, história Antiga e história Média*, em trazer à tona uma *tradição inventada*³³

³² Abílio Velho Barreto (Diamantina, 22 de outubro de 1883 — Belo Horizonte, 17 de julho de 1957) exerceu as atividades de tipógrafo, escritor, jornalista e historiador. Transferiu-se em fins de 1895 para Belo Horizonte, tendo trabalhado como contínuo para a Comissão Construtora da Nova Capital. Foi distribuidor dos dois primeiros jornais fundados ali, o *Bello Horizonte* e *A Capital*. Em seguida, sucessivamente, trabalhou como caixeiro no comércio e foi aprendiz tipográfico na Imprensa Oficial do Estado, onde fez carreira. Cuidou como funcionário do Arquivo Público Mineiro, de uma seção dedicada à história de Belo Horizonte, onde constituiu o núcleo inicial do acervo do Museu da Cidade, que passou a levar seu nome nos anos de 1960. Como não é o foco deste trabalho, não nos aprofundaremos na produção ou na biografia de Abílio Barreto. Contudo, vale ressaltar que, até o momento, existem dois trabalhos que se propõem a analisar o esforço de Abílio Barreto em construir uma memória histórica para Belo Horizonte: MACHADO (2004) e ALVES (2008).

³³ Por *tradição inventada* “entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”. Para mais informações, conferir: HOBSBAWM; RANGER (1984).

para o Arraial do Curral D'El Rey no contexto urbano mineiro dos séculos XVIII e XIX. Barreto se dedicou a relacionar as origens históricas desse espaço urbano, atribuindo-as ao bandeirante João Leite da Silva Ortiz, tido como o pioneiro da fundação do Arraial do Curral D'El Rei. Segundo o historiador, João Leite funda o povoamento inicial do Arraial do, na Fazenda do Cercado, em meados de 1701. A origem histórica e de valoração de Silva Ortiz residia no fato deste ser genro de Borba Gato, outro bandeirante que teve papel de destaque na importante bandeira liderada por Fernão Dias. Além disso, ao escrever sobre as origens de Belo Horizonte, o autodidata Abílio Barreto se insere no rol do discurso de autores positivistas,³⁴ visto que seus estudos se pautavam na mera descrição de fontes documentais, tidas como índices de verdade desta linha de pensamento. É importante ressaltar que grande parte das informações sobre a população, economia e até geologia do espaço do Arraial do Curral D'El Rei, empregadas por Barreto em seus trabalhos, foram produzidas pelos engenheiros e técnicos da Comissão Construtora da Nova Capital - CCNC.

Apesar da orientação acima aludida, as contribuições de Barreto³⁵ para a história de Belo Horizonte são valiosas, cabendo destacar principalmente seu esforço em construir uma tradição histórica para o novo espaço urbano a partir do diálogo com outro escritor mineiro, Diogo de Vasconcellos, que no século XIX escreveu a *História Antiga e Média de Minas Gerais*. Outro fato que merece destaque no trabalho de Barreto é sua atuação como funcionário público estadual que reuniu um conjunto de artefatos materiais que foram utilizados na década de 1940 como núcleo inicial do Museu da Cidade de Belo Horizonte.³⁶ Além destas contribuições para a história dessa

³⁴ Para se pensar o contexto da pesquisa empreendida por Abílio Barreto, é interessante relacioná-la os trabalhos de Francisco Adolpho de Varnhagen, notadamente sua obra *História Geral do Brasil*, publicado em dois volumes, de 1877. Outro autor que pode ser visto como “precursor” de Barreto é João Capistrano Honório de Abreu, com sua obra fundamental *Capítulos de História Colonial*. Mesmo que o trabalho de Capistrano fosse a antítese metodológica do trabalho de Varnhagen, o objetivo era o mesmo: contar a história do Brasil Colonial de modo a construir tradições. Trata-se de fonte na qual Abílio Barreto utiliza bastante em suas pesquisas. Para mais informações, cf. IGLESIAS (2000) e REIS (2006-2007).

³⁵ Aproveitamos para ressaltar a necessidade de um estudo de fôlego que analise a vasta produção historiográfica, jornalística e literária (poesia, crônica, conto e romance) de Abílio Barreto. Consideramos ser esta uma lacuna no âmbito da crítica especializada, pois certamente uma leitura atenta de seus trabalhos seria de grande contribuição para a memória do autor e da própria cultura mineira.

³⁶ Outras duas publicações produzidas pela equipe do Museu ajudam a entender o Museu e Abílio Barreto na construção da memória de Belo Horizonte. VELHOS horizontes: um ensaio sobre a moradia no Curral Del Rei. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997 (Catálogo da exposição de média duração realizada pelo Museu Histórico Abílio Barreto entre 1997 e 2002) e PIMENTEL (2004).

cidade, Barreto contribuiu de forma direta com a presente dissertação, visto que foi o pioneiro a apresentar Alfredo Camarate como o primeiro cronista de Belo Horizonte.

Retomando a linha de pensamento de construção/invenção de uma tradição histórica por meio da sua memória histórica e descritiva, Barreto assim insere o Arraial do Curral D' El Rey na história de Minas:

Em 1701 a gente de Borba Gato, de D. Rodrigo e outros aventureiros, recentemente arribados às nossas plagas, começavam a povoar as circunjacências de Sabará e as margens do rio das Velhas – seduzidos pelas mesmas perspectivas de abundância do rico minério e atraídos por Bartolomeu Bueno –, pouco depois vieram renuir-se a ele seus primos e mais tarde genros João Leite da Silva Ortiz e Domingos Rodrigues do Prado.[...] João Leite, bem impressionado pelos aspectos atraentes da serra das Congonhas (mais tarde do Curral) e suas encostas, prevendo, talvez, encontrar boas faisqueiras de ouro, prolongou-se e, a certa altura, descobrindo um belo sítio com ótimas terras de cultura e magníficos pastos para criação deles se apossou, fixando-se definitivamente com numerosa escravatura nesse lugar, a que denominou Cercado, parte do mesmo solo em que está assentada a cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais.³⁷

Com o objetivo de construção do sentido histórico de sua narrativa, procede à atribuição de data mediante uso de documentação de sesmaria do século XVIII, procedimento que validaria a atribuição a João Leite do papel de fundador do Arraial:

Comessando a sua datta do pé do Serro das Congonhas³⁸ até Alagoinha, estrada vay para os curraes da Bahia, que será hua legoa, e de ditta estrada correndo para o rio das Velhas tres legoas por encheyo.³⁹

Após montar sua genealogia do Arraial, Barreto complementa a transcrição do documento com o seguinte comentário sentencioso:

Aí está, conservando a sua primeira denominação, a Lagoinha, um dos mais florescentes bairros da Capital e que assim se chamou pela existência de uma lagoa que foi mais tarde drenada e extinta pela Comissão Construtora da Nova Capital, entre 1894-1897. Para além daquele bairro ainda existe a velha estrada que ia em demanda dos currais da Bahia e do São Francisco e pela qual se fazia grande

³⁷ BARRETO, 1996a, p. 91.

³⁸ A região denominada Serro das Congonhas é a atual região de Serra do Curral, uma referência ao Arraial que se formou posteriormente a este documento.

³⁹ REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1905, p.31, p. 899-979, 904-905.

comércio dos mascates e boiadeiros. Nessas condições, que mais precisamos ainda para ter absoluta certeza sobre caber a João Leite da Silva Ortiz a glória de ter sido o primeiro homem civilizado que possuiu e habitou o solo de Belo Horizonte? Nada. A ele, pois, devemos grande preito de veneração, por ter sido o fundador de um dos mais antigos arraiais de Minas e aquele que havia de ser o centro irradiador da civilização e do progresso para todo o Estado, quando transformado em sua nova capital maravilhosa.⁴⁰

A propósito da atribuição da fazenda do Cercado como núcleo fundador do Curral D' El Rey existem algumas controvérsias geográficas e históricas apontadas por dois estudos, um de Waldemar de Almeida Barbosa⁴¹ e outro, de Virginia Valadares e Regina Belisário.⁴² Sobre essa questão vale ressaltar que a fazenda do Cercado se situava a cerca de 6 km da atual região do centro de Belo Horizonte, localizando-se na região da chamada zona suburbana da nova Capital, na região que hoje corresponde aos bairros Jardim América, Nova Cintra, Santa Lúcia e Havaí. Coincidência ou não, atualmente uma das principais ruas do bairro Jardim América se chama “estrada do cercadinho”. Segundo Waldemar de Almeida Barbosa, a teoria de Barreto está geograficamente equivocada, pois se o núcleo do Arraial do Curral D' El Rey partisse da Fazenda do Cercado, a região do largo da Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem estaria fora da região do Arraial e, posteriormente, da área central da Nova Capital. Vale lembrar que a região da Matriz acima citada é um dos espaços fundamentais para se pensar a vida urbana tanto do extinto Arraial como da atual Belo Horizonte, como veremos posteriormente nas crônicas de Alfredo Camarate.

Retomando o estabelecimento de João Leite no Arraial e o posterior desenvolvimento deste, tais fatos podem, em um primeiro momento, ser atribuídos ao ouro proveniente da lenda das famosas minas de ouro de *Sabarabuçu*,⁴³ devido à proximidade desta região ao rio das Velhas e da região de Sabará, de Caeté e de Nova Lima. Desprovido de reservas auríferas, o arraial do Curral Del Rei foi produtivo na

⁴⁰ BARRETO, 1996, p. 94.

⁴¹ Para mais informações sobre as desconstruções da obra de Abílio Barreto sobre a Belo Horizonte e suas origens e construção, ver BARBOSA (1985).

⁴² O Segundo estudo sobre as divergências acerca das origens de Belo Horizonte é VALADARES; BELISÁRIO (1991).

⁴³ De acordo com a lenda, a Serra do Sabarabuçu significava para os indígenas da região “Serra Resplandecente”. Era uma espécie de mito, criado pelos índios locais e alimentado por bandeirantes como Fernão Dias, que seria uma montanha brilhosa composta de ouro e diamantes. A lenda do *Sabarabuçu* tinha seu equivalente no “Cerro Potosí”, uma gigantesca jazida de prata localizada entre o Peru e a Bolívia, que foi amplamente explorada pelos colonizadores espanhóis. A Serra do Sabarabuçu foi o primeiro nome da atual Serra Piedade, que fica no município de Caeté.

lavoura e principalmente na pecuária, fortalecendo assim a alcunha de curral, como local de paragem de tropeiros, comerciantes, mineiros, e outros viajantes. Como o próprio Barreto afirma:

Com o comércio de gado dos sertões da Bahia, já vamos encontrar uma povoação feita, tendo começado por uma dependência fiscal. O gado era recolhido do *Curral del Rei*, depois contado no registro das *Abóbora*s, que isso se denominou Contagem. A topografia excepcionalmente favorecida destas paragens prestava-se para o estabelecimento de uma povoação dada à cultura e à vida pastoril.⁴⁴

Como é de conhecimento geral, a região do Curral D’El Rey não era provida de grandes jazidas de ouro, mesmo que sua localização fosse próxima de localidades dotadas desse tipo de minério. Assim, as matrizes econômicas do Arraial foram a pecuária e as pequenas lavouras, que ajudaram a manter a povoação além, claro, de seus pequenos comércios. As origens do Arraial do Curral D’El Rey partem das adjacências da Fazenda do Cercado, administrada por João Leite da Silva Ortiz, pois segundo Abílio Barreto o clima favorável e abastecido por terras férteis e minas d’água ajudaram a prosperar o pequeno povoado. Somando-se às condições naturais, a posição geográfica de entreposto na província ajudou na transformação do povoado em Arraial:

logo depois de fundada a fazenda do Cercado, foi surgindo o povoado, ao qual os habitantes deram o nome de Curral del Rei, por causa do cercado ou curral ali existente, em que se reunia o gado que havia pago as taxas do rei, segundo tradição corrente através de todos os tempos. [...] Segundo essa versão, o gado que pagava o imposto no Registro de Contagem, vinha pernoitar no curral referido. O Dr. Diogo de Vasconcelos escreveu, no seu *Jornal de Minas*, de 10 de abril de 1891: “A pequena povoação que ali existe tomou seu primitivo nome do curral que Tomé Portes del Rei, fundador das cidades de S. José e de S. João, construiu no fim do século 17 para a sua criação de gado. Sem qualquer outro documento escrito que prove a legítima ordem daquela denominação, transmitimos aos leitores ambas as versões colhidas na tradição.”⁴⁵

A formação do Arraial começa, portanto, com uma povoação nas proximidades do córrego Acaba-Mundo,⁴⁶ com uma capelinha simples e acanhada

⁴⁴ BARRETO, 1996, p.100.

⁴⁵ BARRETO, 1996, p.108.

⁴⁶ Este córrego, que hoje se encontra totalmente canalizado, nascia ao pé da Serra do Curral, na região do Bairro Sion, passando pela região da atual Avenida Afonso Pena e Parque Municipal. A alcunha de “Acaba-Mundo” se devia a relatos que qualquer pequena chuva que ocorresse proporcionava inundação

cercada de aproximadamente 30 a 40 cafuas de sapé. Esta capelinha foi atribuída a Nossa Senhora da Boa Viagem como padroeira, em menção à condição do Arraial de entreposto comercial e lugar para passagem de viajantes e comerciantes e outros.

Pertencente desde 1713 à comarca do Rio das Velhas,⁴⁷ o Arraial do Curral D'El Rey continuava como uma relevante freguesia da região. Em meados de 1720, por conta do aumento da animosidade entre paulistas e portugueses, João Leite da Silva Ortiz partiu para a região de Goiás com a família em busca de novas e prósperas reservas auríferas. Com o passar dos anos, o Arraial continuou a prosperar com a construção de casas de melhor qualidade que as antigas cafuas e com fazendas produtivas em lavoura e pecuária. Simultaneamente, entre os anos de 1791 e 1818, foi construída pela comunidade local a igreja matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, exemplificando a prosperidade do lugarejo. Abílio Barreto afirma, baseado no levantamento feito pelo pároco do Arraial, Francisco Dias Martins em seu livro *Traços Históricos e Descritivos de Belo Horizonte*, que:

em 1815 a freguesia de Curral del Rei dominava uma área de 95km, com uma população de quase 18.000 habitantes, distribuídos pela sede e capelas filiais de Sete Lagoas, Contagem, Santa Quitéria, Buritis, Capela Nova do Betim, Piedade do Paraopeba, Brumado, Itatiaiuçu, Morro do Mateus Leme, Neves, Aranha e Rio Manso. É ainda esse mesmo padre quem afirma que em 1846 a freguesia contava 18.227 habitantes; em 1864, 8.000; em 1877, 4.000; e, em 1893, 2.650.⁴⁸

Vale ressaltar que os números populacionais nos anos de 1815 e 1846, citados por Abílio Barreto através do padre Dias Martins, referem-se às populações somadas das localidades, tanto que se observa um decréscimo populacional com o passar dos anos devido ao desmembramento da freguesia. Retrato disso pode ser visto em censos realizados nos anos de 1823 a 1826, que apontam no Curral D'El Rey uma população em torno de 1.800 almas (pessoas) resididas em 230 fogos (residências). Em 1828, foi estabelecida na região a primeira organização escolar de ensino primário, “com a abertura de 87 cadeiras para instrução de ambos os sexos”.⁴⁹ Nesse período,

no curso d'água. Devido a isso foi um dos primeiros córregos a ser totalmente canalizados na região central da nova cidade.

⁴⁷ A denominação de comarca do Rio das Velhas é referente à Comarca de Sabará, que passou a ter este nome somente em 1866.

⁴⁸ BARRETO, 1996, p. 173.

⁴⁹ BARRETO, 1996, p.177.

Curral D'El Rey encontrou seu apogeu econômico com a criação de fábricas de tecidos na localidade motivadas pelo alto cultivo de algodão. Nesse mesmo contexto, no ano de 1838, Sabará foi elevada à categoria de cidade, e o Arraial foi categorizado como sendo um de seus distritos.

Ainda segundo Abílio Barreto e o Padre Francisco Dias Martins, na busca de ambos em construir uma tradição para o Arraial do Curral D'El Rey, repercutiram na localidade alguns acontecimentos ocorridos em Minas e no Brasil. São citados por ambos os autores movimentos políticos dos habitantes do Arraial, como a Revolta entre Liberais e Conservadores, no Governo Imperial, que teve participação de figuras políticas mineiras como Teófilo Otoni, Cônego Marinho e José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, que culminou no Arraial em um movimento classificado como a “Revolução Eleitoral do Curral D'El Rei”.⁵⁰ Em seguida ocorrem a Guerra do Paraguai, a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, que são analisados por ambos como movimentos de grande repercussão no Arraial. Apenas para se situar a questão, em 15 de novembro de 1889, com a Proclamação da República na cidade do Rio de Janeiro, capital do país, a população local do Arraial considerou aquilo como mais uma parada militar.⁵¹ Então o que dizer da repercussão desse movimento em um arraial de pouco mais de 2.000 habitantes no mesmo momento, na região central de Minas Gerais? Sobre a questão da Proclamação da República no Arraial, vale aqui destacar a citação de um jornal da época por Abílio Barreto:

A notícia desse grande acontecimento foi celebrada no Arraial com ruidosas festas, conforme a seguinte notícia publicada pelo *O Contemporâneo*, de Sabará, n.9, de 24 de novembro de 1889: “No Curral del Rei, chegada a notícia da proclamação da República no País, o povo percorreu as ruas do arraial dando vivas à República, orando os Srs. José Carlos Vaz de Melo, Silvério Ribeiro de Camargos e Cândido de Araújo. A concorrência foi geral, sem distinção de cores políticas dos antigos partidos militantes.”⁵²

É a partir desse alinhamento político ao novo regime que o Clube Republicano do Arraial, em 15 de dezembro 1889, reunindo seus 30 membros, delibera

⁵⁰ Para mais informações, ver os trabalhos de BARRETO, 1996, p. 182-187, MARTINS, 1997 e BARBOSA, 1979, p. 573-596.

⁵¹ Uma leitura mais aprofundada dos reflexos imediatos da Proclamação da República será apresentada no próximo tópico deste estudo.

⁵² BARRETO, 1996, p. 229.

por trocar o nome do Arraial de Curral D'El Rei, que demonstrava resquícios da monarquia já deposta. Em uma reunião do grupo foram apresentados em uma lista os nomes mais pertinentes para a localidade, que são *Terra Nova*, *Santa Cruz*, *Nova Floresta*, *Cruzeiro do Sul* e *Novo Horizonte*. Este último nome foi proposto pelo capitão José Carlos Vaz de Melo, presidente do Clube. Em seguida, o mestre da escola local Luís Daniel Cornélio de Cerqueira propôs o nome de *Belo Horizonte*, justificando que este nome se alinhava às características do Arraial, mas, por votação dos membros do Clube, foi escolhido o nome de *Novo Horizonte*, para a localidade.

Após essa deliberação, outra reunião do Clube Republicano, ocorrida no dia 06 de janeiro de 1890, define a troca de nome da principal rua do Arraial, então denominada *Rua do Saco*, que passa a se denominar *Rua General Deodoro*, em referência direta ao líder do novo regime político brasileiro. Nessa mesma reunião, foi criado um gabinete de leitura, chamado de *Novo Horizonte*. Logo em seguida os representantes do Clube Republicano apresentaram em Sabará a proposta da troca de nome do Arraial de Curral D'El Rey para Novo Horizonte e, ao fim do mês de fevereiro, o capitão José Carlos Vaz de Melo apresentou a proposta para o governador do Estado de Minas Gerais, João Pinheiro da Silva. Durante a reunião, o capitão apresentou o nome proposto, *Novo Horizonte*, e os nomes votados na reunião do Clube Republicano, tendo sido escolhido por João Pinheiro o nome de *Belo Horizonte* para o Arraial⁵³. Assim, por meio do Decreto nº36 de 12 de abril de 1890, definiu-se oficialmente a troca de nome do Arraial de Curral D'El Rey para Belo Horizonte.

Com estas considerações estabelecemos um breve panorama social e político do Arraial às vésperas da sua escolha em 1893 para sediar a Nova Capital de Minas Gerais, de modo a preparar o terreno para as relações de força que irão se constituir na escolha do espaço para a cidade dos sonhos republicanos.

⁵³ Para mais informações, ver BARRETO, 1996, p. 229-233.

1.3. A “demanda histórica” por uma nova capital: um jogo de escalas

Duas economias, duas mentalidades, duas épocas.
Luta que terminaria com a fundação de Belo Horizonte.

Afonso Arinos de Melo Franco, *Um estadista da República*

A partir da Proclamação da República no Brasil, em 15 de novembro de 1889, uma série de mudanças políticas, sociais, econômicas, ideológicas e culturais passou a ocupar o foco das novas forças políticas no poder. Pode-se dizer que uma espécie de jogo de escalas nas esferas nacional, regional e local acirrou a luta destes grupos pela hegemonia no poder e tomou conta do Brasil no final do século XIX, repercutindo diretamente na vida de seus cidadãos. Assim, amparados pelo lema de que a ordem leva ao progresso, os donos do poder na república brasileira tratavam de construir um discurso baseado no intenso e complexo século XIX, cuidando em projetar suas ações no século XX. Os líderes da elite republicana, colocando esta forma política como definitiva e capaz de sanar as mazelas do povo brasileiro, insistiam que sua ideologia se pautava num discurso baseado na modernidade, em contraponto ao período monárquico. Processaram-se diversas intervenções na vida social brasileira que seriam implementadas, como a intensificação da imigração europeia, o estabelecimento de novas datas e heróis cívicos, a intervenção nos antigos centros e a criação de novos espaços urbanos. Vale aqui destacar dois trechos provenientes das Constituições Federal do Brasil e, respectivamente, a do Estado de Minas Gerais, que mencionam a construção de novas capitais logo da implantação da República.

Decreto nº7, de 20/11/1889, do Governo Provisório, assinado por Deodoro da Fonseca:

Art.20: Até a definitiva constituição dos Estados Unidos do Brasil, aos governadores dos mesmos Estados competem as seguintes atribuições:
Parágrafo 1º: Estabelecer a divisão civil, judicial e eclesiástica do respectivo Estado e ordenar a mudança de sua capital para o lugar que mais convier.⁵⁴

Em contrapartida, na Constituição Mineira de 15 de junho de 1891, lê-se o seguinte nas disposições legais: “Art.13: É decretada a mudança da capital do Estado

⁵⁴ MELLO, 1996, p. 35.

para um local que, oferecendo as precisas condições higiênicas, se preste à construção de uma grande cidade”.⁵⁵

Desse modo, o Brasil entrava na *Belle Époque* posto em um terreno frágil e com lideranças conflitantes vividos nos primeiros anos da república brasileira, gerida por uma elite positivista, excludente e utilitarista, que buscava estabelecer uma “nova nação” de acordo com os moldes eurocêtricos que eram sua referência de civilização.

O historiador José Murilo de Carvalho apresentou dois estudos⁵⁶ fundantes para se pensar a proclamação e institucionalização da República no Brasil, levando em conta os recursos utilizados pelo novo regime e seus reflexos na configuração da vida social. De acordo com Carvalho, uma das questões iniciais para o novo regime era construir um ideal de nação, pautando-se ora nos exemplos dos Estados Unidos, ora da França. Outra preocupação consistia em trazer a massa para dentro do regime, visando a legitimá-lo institucionalmente, pois, conforme aponta o historiador,

[o] instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno é, naturalmente, a ideologia, a justificativa racional da organização do poder. [...] A elaboração de um imaginário é parte integrante de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo.⁵⁷

Constatadas as limitações do regime republicano na criação de uma identidade nacional, procedeu-se à construção de símbolos e heróis como Tiradentes, Maria e Mariane, e a bandeira e o hino. A manipulação e a construção do imaginário foram metas dos intelectuais republicanos, mas os mesmos esbarraram em restrições estabelecidas por eles mesmos em suas utopias. A própria fragmentação do novo regime em correntes de pensamento já apresentava a fragilidade do mesmo para se consolidar de imediato. Estas linhas consistiam no liberalismo à moda americana, o jacobinismo à moda francesa, e o positivismo. Vale ressaltar que prevaleceu o liberalismo americano na implantação da República.

⁵⁵ MELLO, 1996, p. 35.

⁵⁶ Para tal análise tomamos como referência os estudos de CARVALHO (2004 e 2005).

⁵⁷ CARVALHO, 2005, p. 09-10.

Referenciais teóricos, como a Revolução Francesa, e a construção de símbolos republicanos norte-americanos, como o de George Washington, foram fortes referências para os republicanos brasileiros. A busca por símbolos que ajudavam a exorcizar a monarquia, como a elevação de Tiradentes ao cargo de herói nacional, a constituição de hinos nacionais, de bandeiras e da constituição de um novo calendário cívico se mostra pertinente, visto que nos auxilia a ler o processo de construção do imaginário e da prática política republicana. A política para as massas seria estabelecida não apenas no campo simbólico, mas também na prática urbana, com a construção e revitalização de centros urbanos, o estabelecimento de monumentos em praças públicas e a reconstrução das normas de ensino primário. Assim, a tradição inventada precisa ter seus aparatos e justificativas, o tempo passado (a monarquia) precisava ser apagado da memória coletiva, de modo a ser desconstruída em seus elementos fundacionais a família imperial e sua ação e símbolos.

Nesta construção das utopias republicanas em busca do controle e pedagogia do imaginário coletivo, veremos duas vertentes importantes: no campo simbólico, uma referência à Revolução Francesa de 1789; no campo prático, nas ações, a influência dos Estados Unidos. Esses traços se fazem presentes no cotidiano do Brasil ao final do século XIX, tal como nos mostra Lúcia Lippi Oliveira em seu estudo sobre as festas que o regime republicano brasileiro estabeleceu logo de início:

As revoluções têm que lidar ao mesmo tempo com a organização de uma nova vida social e política e com a construção de um imaginário capaz de recuperar um equilíbrio perdido ao longo do tempo. Assim, ao se iniciar um momento novo, precisa-se evocar um tempo remoto. Lá estariam as raízes, o sentido verdadeiro do homem e da sociedade. Esta ubiquidade das revoluções, marcadas por ter um pé no futuro e outro no passado, tem se delineado de diferentes maneiras. [...] A Revolução Francesa foi pródiga em construir símbolos nacionais capazes de garantir coesão social em substituição à antiga tradição monárquica e aristocrática. Bandeira, hino, datas comemorativas, cerimônias, procissões, marchas, festas, para a deusa da razão e heróis objetivavam garantir a obediência, a lealdade e a cooperação dos súditos, ainda mais quando estes tinham-se tornado cidadãos.⁵⁸

Dessa maneira, o regime republicano precisava de bases mais sólidas para se sustentar que apenas o campo das ideias, mesmo considerando a força do poder

⁵⁸ OLIVEIRA, 1989, p. 173.

simbólico na sociedade moderna. A primeira década do regime republicano foi caótica, pois ao mesmo tempo em que precisa se estabelecer enquanto regime político, o mesmo não tinha forma e nem sustentação suficiente para se colocar. A iniciativa adotada para sua própria sobrevivência foi o uso da força para legitimar suas ações. Com isso, tem início a política do “bota-abaixo”, que foi a tônica dos primeiros anos da República no Brasil, implicando no contexto turbulento que culminou em várias revoltas populares. Essa lógica excludente buscava justificar suas ações arbitrárias decorrentes de sua fragilidade interna e da incapacidade de se legitimar que não fosse pelo viés da força das armas. A propósito do descontentamento das massas com o novo regime, lembra José Murilo de Carvalho que,

[e]m frase que se tornou famosa, Aristides Lobo, o propagandista da República, manifestou seu desapontamento com a maneira pela qual foi proclamando o novo regime. Segundo ele, o povo, que pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos, assistira a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar.⁵⁹

Vale ressaltar nessa análise que um dos líderes do movimento republicano brasileiro tinha percebido, imediatamente, na implantação do novo regime seu pecado original: sem o povo não se constrói uma nação. Não intentamos aqui refletir de modo maniqueísta colocando o Estado como opressor e o povo como vítima de um sistema perverso. Trata-se, antes, de pensar a cidadania em entendimento amplo, em uma espécie de um “jogo de escalas”, atuando nos interstícios do desenvolvimento de seus micropoderes. Assim, acreditamos que seja mais coerente entender a história como fenômeno social, enfatizando o papel da literatura como fonte documental imprescindível para a leitura dos processos históricos. O contexto da transição do Império para a República se configura em um importante e decisivo processo histórico em que a implantação deste novo regime político se propagandeava de modo diferente ao colocar o povo como o protagonista de suas ações – sendo que, na prática, tal fenômeno não ocorria.

Dessa maneira, a invenção das tradições conheceu sua face mais incisiva no ideário da nação, com sua capacidade de envolver a massa esfacelada e entregue à sua própria sorte, vendendo-lhes a promessa de torná-los cidadãos por meio da República.

⁵⁹ CARVALHO, 2005, p. 09.

No caso brasileiro, a questão se mostra de modo mais contundente, pois remete a fatores como a abolição da escravidão, a imigração e o grande número de pessoas desocupadas nas cidades. A lacuna a partir da qual atuaram os propagandistas da república foi exatamente a falta de participação popular e o desinteresse do Império em promovê-la. Por exemplo, o trabalho no final do século XIX no Brasil apresentava um país predominantemente agrário, abrangendo as regiões de norte ao sul, com fazendas de café, cana-de-açúcar, leite, gado, seringueiras, por exemplo. Nas cidades, ainda pouco povoadas, limitava-se a pequenas fábricas e comércios e ao funcionalismo público e militar. Nesse contexto, não havia muitas perspectivas para um conjunto significativo de pessoas sem ocupação que perambulava pelas cidades, fato que se tornou de imediato um dos grandes desafios a ser resolvido pelo novo regime. Assim, a promessa de que essas pessoas passariam ao grau de cidadãos durante a República seria posta à prova logo em seus primeiros anos.

Retomando a construção do campo simbólico como instância legitimadora do regime republicano, vemos uma das ações de promoção e projeção de uma república dos sonhos no imaginário coletivo mediante a elaboração de textos cívicos sob encomenda, como

o livro de “Festas Nacionais” (1893) de Rodrigo Otávio,⁶⁰ que [...] foi indicado como leitura para a mocidade brasileira [...] As festas republicanas podem ser divididas em duas categorias: aquelas que privilegiam a fraternidade universal (1º de janeiro; 14 de julho; 12 de outubro e 2 de novembro) e as que se referem diretamente à fraternidade nacional (21 de abril; 3 de maio; 7 de setembro e 15 de novembro).[...] A inspiração intelectual dessas comemorações está longe de indicar princípios revolucionários e parece ser muito próxima do pensamento positivista de Comte.⁶¹

Vale ressaltar que a coalizão de forças políticas durante o período da implantação da República no Brasil fornece indícios para pensarmos o contexto social da época que apresentava lacunas principalmente no campo simbólico. Foi a partir dessas lacunas que intelectuais monarquistas, presentes em espaços como o Instituto

⁶⁰ Rodrigo Otávio de Langgard Meneses, nascido em Campinas (SP) em 1866 e falecido em 1944 no Rio de Janeiro. Foi jurista e magistrado, com destacado papel na vida política brasileira. Desempenhou cargos como de secretário da Presidência da República no governo de Prudente de Moraes (1894-1896), vice-presidente da Liga das Nações (1920), subsecretário de Estado das Relações Exteriores (1920-21), vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro fundador da Academia Brasileira de Letras, onde ocupou a cadeira 35, cujo patrono é Tavares Bastos.

⁶¹ OLIVEIRA, 1989, p. 182.

Histórico e Geográfico Brasileiro, conseguiram legitimar e valorizar o governo imperial e a figura de Pedro II, a ponto de que foi creditado ao governo imperial a paz e a unidade nacional, e ao imperador, atribuídas as designações de estadista e filósofo. Como os intelectuais republicanos não conseguiram deslegitimar essas representações no campo das ideias, resolveu-se que o apagamento da memória imperial deveria se dar no campo prático, com a remodelação e/ou construção de centros urbanos e de monumentos públicos à memória da República. Cabe aqui destacar que essa disputa pela escrita da história nesse momento reflete nitidamente os pontos de tensão entre os grupos dominantes naquele tempo. Em relação a este embate no controle do imaginário, onde Republicanos e Monarquistas travaram uma guerra discursiva, José Murilo de Carvalho é contundente ao concordar com Lucia Lippi Oliveira:

Falharam os esforços das correntes republicanas que tentaram expandir a legitimidade do novo regime para além das fronteiras limitadas em que encurralara a corrente vitoriosa. Não foram capazes de criar um imaginário popular republicano. Nos aspectos em que tiveram êxito, este se deveu a compromissos com a tradição imperial ou com valores religiosos. O esforço despendido não foi suficiente para quebrar a barreira criada pela ausência de envolvimento popular na implantação do novo regime. Sem raiz na vivência coletiva, a simbologia republicana caiu no vazio, como foi particularmente o caso da alegoria feminina. [...] Não por acaso, o debate mais vivo gira ainda em torno do mito de origem e das utopias republicanas. [...] A falta de uma identidade republicana e a persistente emergência de visões conflitantes ajudam a compreender o êxito da figura de herói personificada em Tiradentes. O herói republicano por excelência é ambíguo multifacetado, esquartejado. Disputam-no várias correntes; ele serve à direita, ao centro e à esquerda. Ele é Cristo e o herói cívico; é o mártir e o libertador; é o civil e o militar; é o símbolo da pátria e o subversivo. A iconografia reflete as hesitações. Com barba ou sem barba, com túnica ou de uniforme, como condenado ou como alferes, contrito ou rebelde: é a batalha por sua imagem, pela imagem da República.⁶²

Os jogos de escala demonstrados na instabilidade política nos primeiros anos da República são refletidos na comparação entre o Império e a República, e a incapacidade do segundo em manter a unidade nacional, gerenciada pelos monarquistas. O separatismo nos âmbitos nacional e estadual será uma questão constante na primeira década da república brasileira. Exemplo local deste movimento será exemplificado no debate em torno da nova capital de Minas Gerais, que dividirá o congresso mineiro nas bancadas regionais e nas disputas entre os republicanos e monarquistas.

⁶² CARVALHO, 2005, p. 141.

Neste contexto da Proclamação da República se insere Minas Gerais. Como ocorreu em todo o país, com a mudança de regime recrudesciu o acirramento da rivalidade entre grupos locais, agravando as disputas por hegemonia política. Como veremos a seguir, o processo que culminou com a escolha da região do Arraial do Belo Horizonte para sediar a nova capital de Minas Gerais não se deu de forma linear e muito menos tranquila. Para tanto, faremos aqui um breve relato do modo pelo qual se deu a escolha da localidade na região central do estado para sediar o símbolo do republicanismo mineiro: a Cidade de Minas.

As disputas de poder foram uma tônica na história mineira desde sua descoberta e formação no início do século XVII até a manutenção de sua unidade territorial durante o Império e nos primeiros anos da República. Estado com dimensões proporcionais a países da Europa, Minas Gerais possuía uma constelação de arraiais e regiões econômicas extremamente distintas, sendo a busca por uma unidade regional fruto de grande esforço político baseado na justificativa econômica do fortalecimento mediante a união das diversas regiões produtoras. Como lembra Maria Efigênia Lage Resende,

[d]entro do agitado clima de disputas políticas que se segue ao 15 de novembro, avulta em Minas Gerais a luta entre os novos e expressivos grupos econômicos da Mata e do Sul, zonas cafeicultoras, contra a decadente zona de mineração; disputa de poder político que envolve definitivamente a questão da localização da sede administrativa do Estado.⁶³

Neste panorama político e social, dimensões separatistas, lutas de oligarquias locais e a mudança da capital de Minas, que estavam hibernadas durante o Império, retornaram com toda a força após a Proclamação da República. No congresso mineiro, já no ano de 1891, debates sobre os temas citados acima eram o foco principal dos discursos políticos. Dentre os vários grupos, a força das regiões Sul e da Zona da Mata se sobressaía devido à sua prosperidade econômica diante das outras regiões mineiras, ambas eram zonas de produção de café, produto que se encontrava em plena expansão e já trabalhando com a transição desse capital para o investimento monetário, com a criação de bancos na região. Assim, os cafeicultores e banqueiros dessas regiões,

⁶³ RESENDE, 1974, p. 601.

que se tornaram prósperas, criaram de certo modo um problema político para o poder central de Minas, sediado em Ouro Preto. Desse modo, o movimento de mudança da capital começa acirrado em 1891 e se polarizara entre dois grupos: os “mudancistas” e os “não-mudancistas”. Logo, a primeira opção dada é uma localidade na região do Rio das Velhas, Arraial do Belo Horizonte. Vale lembrar aqui que a ideia de se construir uma nova capital para Minas Gerais esteve presente nos planos da Inconfidência Mineira, em 1789, assim, nada mais oportuno que retomar o debate pela troca da capital no contexto de turbulência política e social, onde o regime republicano atribuía todas as mazelas atuais à inércia dos anos do governo imperial.

Em 1891, com a promulgação da primeira constituinte mineira, as conversas sobre a mudança da capital retornam com força total e logo a região do Arraial do Belo Horizonte é proposta, local este fortemente combatido pelos políticos representantes do Sul e da Zona da Mata mineiros e também pelos representantes de Ouro Preto. A mudança da capital aventada pelo então governador Augusto de Lima foi combatida principalmente pelo argumento de que se precisaria de justificativas técnicas para legitimar a escolha do novo centro administrativo do Estado. Entretanto, havia uma questão quase que consensual: a de que Ouro Preto não conseguia se estabelecer como capital. Mas o debate político entre “mudancistas” e “não-mudancistas” se estendeu com a apresentação de várias possibilidades de locais para a nova capital. Cada bancada dava como sugestão a região do Estado que representava no legislativo mineiro, fazendo com que esta diversidade de propostas colocasse duas posições. A primeira era a insatisfação da maioria com Ouro Preto. Como essa rejeição era apresentada por várias forças regionais, temia-se a possibilidade de uma fragmentação territorial do Estado. A segunda questão consistia no fato de que esse impasse era o que os “não-mudancistas” queriam que ocorresse, visto ter sido fomentado pelos mesmos e utilizado como argumento para se travar a mudança da capital.

Nesse contexto, uma figura que terá papel de destaque será a do político Affonso Penna que, enquanto senador, defendia a mudança da capital para a região do Vale do Rio Doce. Mas essa hipótese era frontalmente descartada pelos políticos da Zona da Mata e do Sul de Minas, que queriam a capital mais próxima possível da sua região. O papel dos políticos dessa região, proeminente economicamente por conta da alta rentabilidade da exploração do café, colocou a questão separatista como eminente,

caso não fossem ouvidos em suas reivindicações, como mostra Maria Efigência Lage de Resende:

A força da Mata e do Sul se fazia sentir vivamente no Congresso. Ou tirava-se a capital de Ouro Preto ou arcava-se com consequências desastrosas para o Estado. A bandeira separatista era acenada no Congresso Constituinte ora por um, ora por outro congressista, especialmente os da Mata. A discussão sobre a questão da discriminação das rendas dos municípios foi, sobretudo, uma luta travada com a Mata e onde novamente a tônica foi o separatismo. A questão ilustra a estreita dependência em que o resto do Estado se encontrava em relação às zonas cafeeicultoras.⁶⁴

A separação de uma região do porte como a região da Zona da Mata e do Sul de Minas do restante do Estado representaria perdas significativas que poderiam causar seu colapso econômico. Retomando um pouco a questão no campo das ideias, ponto colocado pela região cafeeicultora, que vivia tempos prósperos, era de que sustentava as outras regiões de Minas, principalmente a região central, decadente da exploração aurífera e o Norte, que já vivia em situação de penúria. Para os “mudancistas”, os políticos “não-mudancistas” e a cidade de Ouro Preto representavam o antigo regime Monarquista inerte e falido. Em contrapartida, os políticos “não-mudancistas” justificavam que se a região Sul e da Zona da Mata prosperava, era devido ao apoio dado a esta durante o período imperial com a construção de ferrovias para o escoamento da produção e com o estímulo à imigração europeia, que foi mantido pelo governo republicano. Desse modo, esse clima hostil entre os políticos mineiros apresentava o ambiente instável que se configurou nos primeiros anos da República no Brasil. Por fim, em meados de 1891, uma situação surgiu como uma solução para o impasse:

A solução surgiu de uma proposição do deputado Adalberto Ferraz, representante do Sul, que, aprovada, transformou-se no artigo 13 das disposições transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1891. A aprovação contou inclusive com o apoio de vários “anti-mudancistas”. Sem indicar o local, conseguiu-se tomar a “mudança” uma determinação constitucional. Manter a ideia, e mantê-la nas mãos do Congresso, portanto, sob controle, era o objetivo da maioria “mudancista”. Visando a protelar ou a matar a ideia, preferiam os “anti-mudancistas” combatê-la no Congresso do que deixá-la nas mãos do Executivo, de posição declaradamente “mudancista”.⁶⁵

⁶⁴ RESENDE, 1979, p. 610.

⁶⁵ RESENDE, 1974, p. 612.

Assim, no dia 14 de outubro de 1891 foi instituída uma Comissão de Estudos para se indicar os locais a serem avaliados para sediar a nova capital. Essa Comissão delibera pela indicação das localidades de Belo Horizonte, Paraúna, Várzea do Marçal, Barbacena e, por último, Juiz de Fora, que foi indicada pelo Congresso Mineiro. Desse modo, estavam estabelecidas as localidades que sediaram a nova capital, frustrando planos como o de Affonso Penna de levar a capital de Minas para a região do Vale do Rio Doce. O mesmo Affonso Penna terá papel decisivo na mudança da capital, a partir do ano seguinte, quando tomou posse como governador do Estado, em julho de 1892.

Dando seguimento às questões institucionais para a mudança da capital, Penna instituiu a Comissão de Estudos da Nova Capital, nomeando o engenheiro politécnico Aarão Reis para presidi-la. Em relação a essa Comissão, o perfil de trabalho e dos seus membros já daria uma amostra do que viria a ser a CCNC, como analisa Heliana Angotti Salgueiro:

A equipe de Estudos das Localidades indicadas para a Nova Capital era composta por Aarão Reis, cinco engenheiros civis, um médico higienista, um desenhista, um auxiliar administrativo e cinco auxiliares técnicos. Os aspectos estudados pela Comissão foram: “considerações topográficas (sítio e paisagem); climatologia (levantamentos meteorológicos); condições nosológicas (epidemias e moléstias comuns); qualidade dos mananciais, calculando-se tecnicamente a viabilidade do suprimento regular de água em função do número futuro de habitantes (análises bacteriológicas e potabilidade); sistemas de esgotos (saneamento interno); e sistema de coleta e transporte de lixo (saneamento externo); facilidades de edificação e construção em geral (das condições de desapropriação à existência de pedreiras e possibilidades de extração e fabricação de demais materiais de construção); recursos de vida (comércio e indústria); iluminação pública e particular; e viação urbana e suburbana”.⁶⁶

Apesar do perfil dessa Comissão, foram os aspectos políticos que se tornaram o fiel da balança na escolha da localidade para a nova capital, contrariando a isenção positivista projetada por Aarão Reis. Segundo a historiadora Maria Efigênia Resende, Aarão Reis deu mais atenção nos estudos às regiões de Várzea do Marçal e de Belo Horizonte. A primeira região agradava aos políticos da Zona da Mata e do Sul, por sua localização próxima geograficamente. Por outro lado, Belo Horizonte atendia aos

⁶⁶ SALGUEIRO, 1997, p. 151-152.

interesses de Affonso Penna e de seu grupo político, que queria uma capital situada no centro do Estado. Uma questão em que se pautou o apoio de Affonso Penna à escolha de Belo Horizonte se devia ao fato de essa região atender à necessidade de ser um ponto de equilíbrio, localizando-se no centro do Estado, ajudando assim a região Norte. O relatório final com os resultados dos estudos de Aarão Reis e sua comissão foram entregues em dezembro de 1893, mas por conta do clima extremamente turbulento, a leitura final do resultado e escolha da localidade da nova capital foi transferida de Ouro Preto para Barbacena.

Com a leitura do Relatório de Aarão Reis as atenções ficaram polarizadas entre Várzea do Marçal e Belo Horizonte, obscurecendo o debate em torno das outras localidades. Algumas questões duvidosas no relatório de Aarão Reis tenderam para a escolha de Várzea do Marçal no início, mas, no final, por uma diferença de dois votos a mais, Belo Horizonte foi escolhida como local para a nova capital do Estado. Sobre esse processo, algumas questões merecem ser ressaltadas. A primeira é que a escolha de Belo Horizonte resultou logicamente de uma maioria no Congresso Mineiro, que era composta por representantes das regiões Norte, Central e alguns representantes da região do Campo das Vertentes. Foi esta coalização de forças que ajudou o grupo de Affonso Penna a se legitimar enquanto força política no Estado perante as regiões Sul e da Zona da Mata, fortes economicamente, mas que não faziam frente, como força política, ao grupo opositor. Outra questão consiste no fato de que, no grupo que escolhera Belo Horizonte, havia muitos “não-mudancistas” e outros membros que, em um primeiro momento, queriam a capital no interior do Estado. Mas entre todos exista o consenso de medir forças com a zona cafeeira com vistas a se estabelecerem politicamente em Minas. Mas para Affonso Penna a questão da mudança da capital também tinha outra motivação:

A questão do desequilíbrio econômico envolvia claramente a unidade política. Toda a política de Affonso Penna estava exatamente pautada na procura de caminhos que pudessem conduzir a um almejado equilíbrio, tão vital aos interesses políticos do Estado. É essa constatação que parece justificar a posição de Affonso Penna em favor de Belo Horizonte. Evitar que a capital fosse colocada em zona estrategicamente favorável à Mata e ao Sul, era evitar o agravamento do desequilíbrio econômico, numa fase em que o separatismo,

originado desse mesmo desequilíbrio, ameaçava constantemente a unidade política do Estado.⁶⁷

Dessa forma, a escolha e o debate em torno da escolha de Belo Horizonte evidenciaram uma questão: a disputa entre regiões decadentes e prósperas em Minas Gerais, e a vitória da região decadente em prol da unidade do Estado. Assim, estava posta a situação e, de dezembro de 1893 a dezembro de 1897, dava-se a construção e inauguração da Nova Capital.

1.4. A formação da Comissão Construtora da Nova Capital: o Arraial civiliza-se

Para se projetar a construção da Nova Capital entre os anos de 1894 a 1897, faz-se necessário apresentar um breve perfil da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) e de seu engenheiro-chefe, Aarão Reis. Todos os trabalhos realizados pela CCNC, como o estudo das localidades para a nova capital, o levantamento cadastral do Arraial até a Revista Geral dos Trabalhos de construção da Nova Cidade, foram pautados em uma lógica racional de planejamento urbano do século XIX. As referências são as das revitalizações dos grandes centros urbanos europeus e americanos, pautadas na utopia moderna da cidade ideal: higiênica, funcional e bela.

Avançando um pouco no tempo e espaço, faremos a seguir uma apresentação da transcrição do ofício nº 26, datado de 23 de março de 1895, apresentado ao Governo na ocasião da entrega das Plantas Cadastral e Geodésica da Nova Capital, documento este redigido por Aarão Reis. Vale a pena atentar para os traços positivistas presentes no discurso de Reis:

Acompanham estes dois exemplares da planta geral, uma planta geodésica, topográfica e cadastral da área destinada à edificação da nova capital, e mais um exemplar da planta geral desta desenhada sobre a topografia local; plantas estas que peço a V.Ex.a se digne devolver-me, porque são necessárias ao trabalhos em andamento.

É minha tenção mandar fazer primeiramente uma reprodução ligeira, ainda que grosseira, mesmo no país para facilitar a venda dos primeiros lotes; preparo porém, outra redução, mais cuidada e com a topografia local, a fim de mandar reproduzi-la, no estrangeiro, circulada por gravuras de visitas atuais deste arraial, de alguns dos edifícios em construção e projetados, tipos de futura arborização da

⁶⁷ RESENDE, 1974, p. 618.

cidade e seus arruamentos, de maneira a dar uma idéia do que virá a ser a nova cidade.

Foi organizada a planta geral da futura cidade dispondo-se na parte central, no local do atual arraial, a área urbana, de 8.815.382 m², dividida em quarteirões de 120m x 120m pelas ruas, largas e bem orientadas, que se cruzam em ângulos retos, e por algumas avenidas que as cortam em ângulos de 45°.

Às ruas fiz dar a largura de 20 metros, necessária para a conveniente arborização, a livre circulação dos veículos, o tráfego dos carris e os trabalhos da colocação e reparações das canalizações subterrâneas. Às avenidas fixei a largura de 35m, suficiente para dar-lhes beleza e o conforto que deverão de futuro, proporcionar à população.

Apenas a uma das avenidas⁶⁸ – que corta a zona urbana de norte a sul, e é destinada à ligação dos bairros opostos – dei a largura de 50 metros, para a constituí-la em centro obrigatório da cidade e, assim forçar a população, quanto possível, a ir-se desenvolvendo do centro obrigatório da cidade e, assim forçar a população, quanto possível, a ir-se desenvolvendo do centro para a periferia, como convém à economia municipal, à manutenção da higiene sanitária, e ao prosseguimento regular dos trabalhos técnicos.

Essa zona urbana é delimitada e separada da suburbana por uma avenida de contorno,⁶⁹ que facilitará a conveniente distribuição dos impostos locais, e que, de futuro, será uma das mais apreciadas belezas da nova cidade.

A zona suburbana, de 24.930.803 m², – em que os quarteirões são irregulares, os lotes de áreas diversas, e as ruas traçadas de conformidade com a topografia e tendo apenas 14m de largura circunda inteiramente a urbana, formando vários bairros, e é por sua vez envolvida por uma terceira zona de 17.474.619 m², reservada aos sítios destinados à pequena lavoura.

Para a localização dos primeiros 30.000 habitantes estão reservadas apenas as seções I a VII da área urbana (com 4.394.212 m²) e as I e VI da zona suburbana (com 3.855.993 m²), compreendidas todas na faixa determinada por duas linhas paralelas traças pelos eixos das avenidas Cristóvão Colombo e Araguaia.

Esta faixa, somando 8.250.205 m², é muito superior à indispensável para a localização dos 30.000 habitantes; foi determinada pela

⁶⁸ Essa Avenida, a principal desde o projeto inicial da cidade, sempre teve o nome de Affonso Penna, modo pelo qual torna-se evidente o objetivo de perpetuar a memória deste homem público por meio de sua monumentalização no espaço urbano. Como foi dito anteriormente, Penna era o governador do Estado na época da transferência da nova capital, além de ter cuidado pessoalmente da contratação de Aarão Reis, com quem já havia trabalhado em outros projetos. Affonso Augusto Moreira Penna nasceu em Santa Bárbara, Mina Geral, no dia 30 de novembro de 1847. Advogado, jurista e político, membro do Partido Republicano Mineiro, foi deputado federal, governador do estado de Minas Gerais, vice-presidente, e presidente do Brasil, falecendo no Rio de Janeiro, 14 de junho de 1909, antes de terminar seu mandato.

⁶⁹ A avenida em questão é a atual Avenida do Contorno, mas que teve inicialmente o nome de avenida de 17 de dezembro em menção ao decreto do ano de 1893 que selecionou a localidade do Arraial para sediar a nova capital do estado.

impossibilidade de restringi-la a mais com lotes urbanos e suburbanos como a exige a lei.

O preparo, porém, das ruas, avenidas e praças deverá ser feito lentamente e à medida a afluência da população for exigindo, o que poderá ser regulado por meio das concorrências a que terá de ser submetida, necessariamente, a venda de lotes das diversas seções.

Sendo superior a 850 o número de lotes a marcar com as letras F e P e preciso marcar igual número de urbanos e suburbanos pela seção II; depois, porém, que tiverem os interessados feito suas escolhas, procurarei limitá-los somente às indicações seções urbanas e I e VI.

A parte central dessa faixa – onde dá-se a confluência do córrego Acaba-mundo com ribeirão Arrudas e existem várias fontes naturais, sendo muito acidentada a topografia do terreno – ficou reservada para o grande Parque, já em construção, o qual, pela ondulação do solo, exigirá pequeno dispêndio relativo para tornar-se o maior atrativo da nova cidade, cujo clima seco e saudável, é dos melhores que há no Estado de Minas Gérias.

Acham-se já designados na planta os lotes dados em pagamento aos antigos proprietários do arraial, com as letras BH, e, bem assim, os quarteirões a lotes a reservar, com as letras R r; os lotes destinados aos empregados públicos, com a letra F, e os destinados aos ex-proprietários de Ouro Preto, com a letra P; marcados estes dois em número duplo metade na parte urbana, metade na parte suburbana, para escolha tudo de acordo com o Regulamento e as ordens de V.Exa.

Vão denominadas as praças, avenidas e ruas, tendo sido escolhidos nomes de cidades, rios, montanhas, datas históricas mais importantes do Estado de Minas Gerais e União, e bem assim, de alguns cidadãos que, por seus serviços relevantes merecem ser perpetuados na lembrança do povo.

Com a apresentação destas plantas fica encerrado o primeiro período – se não o mais trabalhoso e árduo, aí certo o mais importante – da espinhosa tarefa que me foi cometida pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

Saúde e fraternidade.

Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Francisco Sá. – M.D. Secretário d’Estado dos Negócios d’Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais.

Aarão Reis
Engenheiro-Chefe⁷⁰

Vale ressaltar o uso político-pedagógico no caráter aglutinador de Minas Gerais, interna e externamente às suas fronteiras, trabalho que se deu no período

⁷⁰ Para mais informações sobre a toponímia das ruas e logradouros de Belo Horizonte, ver GOMES, (2008).

imperial e que foi apropriado e reinventado pelo discurso republicano. Este empreendia a educação do corpo e das mentes, em um projeto de modelagem dos cidadãos. Para o projeto republicano mineiro, o caráter histórico da construção de uma nova capital, a Cidade de Minas, tinha um componente pedagógico que ultrapassava a esfera econômica e social, pois ao mesmo tempo em que se abria um novo espaço urbano, regeneravam-se dois outros espaços, o antigo Arraial e a cidade de Ouro Preto. O Arraial seria apagado do mapa e devidamente registrado em suas limitações como símbolo do período imperial, dando lugar a uma cidade moderna, funcional e higiênica para as futuras gerações. Enquanto isso, Ouro Preto passaria a ser vista;

como raiz original de Minas e ao mesmo tempo torná-la centro sagrado da República brasileira. Espaço que podia ajudar a fixar e a identificar a nação brasileira com o Estado sob a égide da República. Desta maneira, Belo Horizonte surgia como a outra face da moeda.⁷¹

Desse modo, para empreender tal projeto cientificista, racional e positivista, a CCNC precisava conhecer de perto o Arraial para se projetar a nova cidade. Vale ressaltar novamente que as Plantas Cadastral e Geodésica da Nova Capital foram os trabalhos finais de um processo iniciado em fevereiro de 1894 com os primeiros levantamentos feitos pelos técnicos da CCNC. Assim, é interessante apresentarmos uma breve descrição da CCNC e de seu corpo técnico como um todo, tendo em vista que a fonte e objetivo principal desta pesquisa é analisar exatamente a produção literária de um destes técnicos, Alfredo Camarate que, sob o pseudônimo de Alfredo Riancho, relatou o primeiro ano de atividades da comissão.

A CCNC foi criada por decreto em 14 de fevereiro de 1894. Chefiada pelo engenheiro civil Aarão Leal de Carvalho Reis, a CCNC se instalou no arraial de Belo Horizonte em 1º de março do mesmo ano e iniciou imediatamente os trabalhos de levantamento dos dados técnicos necessários para levar adiante duas tarefas básicas: projetar a nova cidade e construir, até dezembro de 1897, as partes necessárias e suficientes para a instalação do governo mineiro (MINAS GERAES, 1895a: 118-129; BARRETO, 1996, v.2: 45). A organização básica da CCNC comportava três esferas claramente delimitadas: administrativa, financeira e técnica. Entre março de 1894 e maio de 1895, sob a direção de Aarão Reis, a CCNC chegou a ter 147 integrantes, sendo 57 funcionários administrativos e 90 técnicos (48 engenheiros, 11 desenhistas e 31 condutores4) (MINAS GERAES, 1895b).⁷²

⁷¹ MELLO, 1996, p. 35.

⁷² AGUIAR, 2013, p. 05.

Com um intervalo de três anos para a demolição do Arraial e a construção da Cidade de Minas, os técnicos da CCNC iniciaram as suas atividades de modo intenso, como se pode ver no trecho abaixo:

As atividades iniciais da área técnica da CCNC foram projetar um ramal ferroviário para ligar o arraial às linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil e ao porto do Rio de Janeiro, permitindo o fornecimento de materiais, a vinda de mão-de-obra e o abastecimento da povoação; planejar o abastecimento de água e as redes de esgoto da nova cidade; determinar as características e o valor dos edifícios e terrenos existentes no arraial para que fossem desapropriados, de modo a assegurar ao Estado o controle de todas as terras necessárias para a construção da nova cidade; e, não menos importante, determinar as características do meio físico para traçar a nova cidade. Era preciso conhecer o que já existia para propor o que viria a existir e para atender às expectativas da sociedade mineira, de acordo com o lema *o saber para prever, a fim de prover*.⁷³

Para se chegar aos loteamentos, plantas e, posteriormente, edificações da nova cidade, com suas ruas, praças, casas e prédios, fazia-se necessário um trabalho minucioso e rápido. Este envolveu o mapeamento do local onde seria instalada a região urbana com suas áreas centrais e, posteriormente, as zonas suburbanas e rurais. Os trabalhos iniciais para registro das residências com seus moradores, casas, comércios, fábricas, fazendas e outras propriedades precisavam ser feitos de modo cuidadoso, registrando-se tudo. A CCNC produziu nesse período uma vasta documentação, como as chamadas “cadernetas de campo”.⁷⁴ Nestas foram registrados detalhes de cada uma das propriedades do Arraial, com desenho de seu lote, além de observações gerais, como benfeitorias e hortas, por exemplo. Mais de duas centenas destas cadernetas foram produzidas, e hoje se encontram devidamente preservadas para consulta sob a guarda do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, do Museu Histórico Abílio Barreto e também do Arquivo Público Mineiro.

Um dos objetivos principais dessa produção documental consistia na guarda e produção de cartas, cadernos, ofícios, até fotografias (por meio do gabinete

⁷³ AGUIAR, 2013, p. 05.

⁷⁴ Cabe ressaltar que quase a totalidade da vasta produção documental realizada pela CCNC entre 1893 e 1897 se encontra bem acondicionada, e de fácil acesso nas duas instituições citadas acima e também no Arquivo Público Mineiro. No ano de 2003, as três instituições empreenderam a complexa tarefa de realizar um banco de dados unificado com todos os documentos da CCNC que, posteriormente, foi disponibilizado no endereço eletrônico www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br.

fotográfico),⁷⁵ incluindo posteriormente pinturas. No entendimento de Aarão Reis e da CCNC, para além da necessidade de terem um conhecimento aprofundado do Arraial de Belo Horizonte, era necessário documentar todo o processo de desapropriações dos moradores da localidade. Dessa maneira, documentos cartográficos, administrativos, cartoriais, e fotográficos tinham extrema importância. Desta documentação ficou um legado de informações que hoje serve tanto ao poder público como para trabalhos de pesquisa de diversas áreas do conhecimento – como no caso desta pesquisa, pois as crônicas do engenheiro-arquiteto português Alfredo Camarate, aqui analisadas, foram produzidas no decorrer do ano de 1894, período em que ocorre este mapeamento cadastral do Arraial. Assim, podemos propor que o trabalho efetuado por Camarate em suas crônicas consistiu em um “mapeamento cultural” que, pelo viés da análise literária, nos proporciona uma leitura da memória social do processo de demolição e construção da nova capital.

Nos dois capítulos que se seguem projetaremos a contextualização histórica feita aqui, a fim de demonstrar as possibilidades de leitura dos discursos presentes nas crônicas de Alfredo Camarate por meio de conceitos da teoria literária e da história cultural.

⁷⁵ Sobre o chamado Gabinete Fotográfico da CCNC falaremos de modo mais aprofundado nos dois próximos capítulos. Contudo, vale destacar os estudos de CAMPOS (2008) e ARRUDA (2011) como obras de referência sobre o tema.

II CAPÍTULO
POR ENTRE MONTES E VALES: UMA CARTOGRAFIA LITERÁRIA DO
ARRAIAL DE BELO HORIZONTE

2.1. Alfredo Camarate: estrangeiro e cronista-construtor por entre Montes e Vales

Como dito no capítulo anterior, Alfredo Camarate atuou como funcionário na CCNC, exercendo também as atividades de cronista e crítico musical e cultural nas páginas dos jornais cariocas e mineiros. Neste capítulo, veremos como ocorreu a chegada do multifário Camarate ao pacato Arraial de Belo Horizonte, além de procedermos à análise dos cinquenta e quatro textos em questão publicados por esse autor sob o pseudônimo de Alfredo Riancho no periódico *Minas Gerais* (Diário Oficial do Estado de Minas Gerais) no decorrer do ano de 1894 – ocasião em que o autor descreveu e registrou o cotidiano daquele arraial que, após intensas mudanças, tornar-se-ia cidade e capital de Minas Gerais em 1897.

Projetar a figura do multifacetado e irrequieto Alfredo Camarate equivale a pensar nos sujeitos produzidos pela intensa segunda metade do século XIX, tempo incerto e marcado pela mentalidade e conflitos próprios da modernidade – período caracterizado pela vivência de choque entre tempos e valores antagônicos. Nascido em Lisboa a 30 de março de 1840, Camarate, sujeito viajado e de espírito crítico e empreendedor, chegou ao Brasil em 1872, falecendo na cidade de São Paulo em 27 de janeiro 1904, aos 64 anos, em situação financeira nada confortável, além de não haver atingido reconhecimento por parte do grande público.

A propósito de sua formação profissional existem algumas controvérsias que serão abordadas no decorrer deste capítulo, sendo a primeira delas a que diz respeito à formação acadêmica do escritor e de suas ocupações antes de desembarcar no Brasil. Para nos auxiliar no detalhamento do perfil de Camarate, faremos uso do texto do próprio autor e de estudos de outros para a comparação de informações e interpretações. Inicialmente, Camarate nos informa que,

[s]e os bens da fortuna nunca me proporcionaram meio de ser colecionador, os encargos da minha profissão, como conservador do museu de arte ornamental, na Academia Real das Belas Artes de Lisboa, e as minhas incessantes viagens puseram-me em contato com

tudo ou quase tudo quanto há de belo, nas diversas províncias de Belas Artes.⁷⁶

A partir dessas informações podemos esboçar um perfil profissional para Alfredo Camarate como sendo dotado de conhecimento em Belas Artes, familiarizado com referências eruditas e experimentado em viagens. Em seguida, Camarate nos fornece indicações mais objetivas quanto à sua formação profissional:

Eu tive a felicidade de ser modestíssimo discípulo de um notável discípulo de arquitetura, da Academia de Belas Artes de Paris, considerei sempre o estudo desta disciplina artística muito mais perfeito, completo e metodizado na França do que na Itália e mesmo na Alemanha. A França arquitetônica moderna é, no meu entender, o único modelo a seguir, porque se adapta, com pequenas modificações, aos povos do norte, do sul, das zonas frígidas ou das zonas quentes.⁷⁷

Na citação acima, podemos visualizar o entendimento de Camarate do papel da arquitetura e de sua relação com o urbanismo, característica crescente na Europa na segunda metade do século XIX. Além disso, podemos observar como a influência da reforma em Paris, promovida pelo Barão de Haussmann,⁷⁸ torna-se decisiva para o português como uma experiência urbana moderna. Por último, cabe esclarecer que “o notável discípulo de arquitetura da Academia de Belas Artes”, citado como mestre de Camarate, tratava-se do renomado arquiteto Pierre Daumet.⁷⁹ Esses traços auxiliam a

⁷⁶ RIANCHO, 1985, p. 56.

⁷⁷ RIANCHO, 1985, p. 100-101.

⁷⁸ Georges-Eugène Haussmann, nasceu em Paris a 27 de Março de 1809, foi advogado, funcionário público, político e administrador francês. Nomeado prefeito de Paris por Napoleão III, de quem obteve o título de Barão. Haussmann foi o grande remodelador urbano de Paris, projetando o um novo planejamento da cidade francesa, entre os anos de 1853 e 1870. O Barão contou com a colaboração de arquitetos e engenheiros renomados de Paris na época. Por seu trabalho de reurbanização de Paris, com todos os prós e contras que um trabalho como este proporciona, o Barão Haussmann, também ficou conhecido como o "artista demolidor". Este projeto de Paris colocou Haussmann na história da arquitetura e urbanismo moderna, pois o mesmo incluía novas vias de trânsito, sistemas de esgotos e distribuição de águas além de criação de parques e jardins, e novos edifícios públicos. Pela amplitude deste projeto, a chamada “Paris de Haussmann”, se tornou referência de ideal moderno, higiênico e funcional para as novas e velhas cidades na segunda metade do século XIX em outros países da Europa e na América, como Belo Horizonte, La Plata e Washington, por exemplo. Haussmann faleceu em Paris no dia 11 de Janeiro de 1891, aos 81 anos de idade.

⁷⁹ Pierre Jérôme Honoré Daumet, arquiteto francês nascido em 23 de Outubro de 1826 em Paris. Daumet venceu o *Prémio de Roma* em 1855, na categoria arquitetura, trabalhou em projetos de arquitetura extremamente relevantes como do Palácio da Justiça em Paris, na reconstrução do Château de Chantilly, e na Basílica de Sacré-Coeur, também em Paris, entre os anos de 1884 a 1886. Vale lembrar que Daumet foi o primeiro dos cinco arquitetos que na sequência completaram o edifício após a morte de Paul Abadie. Por sua atividade amplamente reconhecida lecionou para diversos estudantes de arquitetura franceses e estrangeiros, que foram formados por Daumet, inclusive Charles-Louis Girault, Charles McKim e Austin W. Senior. Em 1908, Daumet ganhou a medalha de ouro do Instituto Britânico de Arquitetos. Daumet faleceu na cidade de Paris aos 84 anos de idade em 12 de dezembro de 1911.

compreender melhor o delineado nos estudos empreendidos por Abílio Barreto, Eduardo Frieiro e em recentes trabalhos acadêmicos, que consideram Alfredo Camarate como engenheiro-arquiteto. Contudo, consideramos que tal informação contém dois equívocos: o primeiro é que o próprio Camarate, em seus textos, nunca se coloca como engenheiro-arquiteto, visto que ele se identifica apenas como arquiteto de formação, como vimos nas citações acima. A esse propósito, vejamos o perfil traçado pelo próprio autor em uma de suas crônicas sobre os trabalhos de construção da nova capital, redigidas sob o pseudônimo de Alfredo Riancho:

O terceiro dá pelo nome de Alfredo Camarate, foi educado na Inglaterra, mas detesta as bebidas alcoólicas. É baixo e calvo (os calvos estão em maioria nesta razão social). É arquiteto e com pergaminho; mas, sobre a sua competência arquitetônica, esquivo-me a dizer palavra, porque Alfredo Camarate é o meu mais íntimo e fiel amigo, para quem não tenho segredos, nem arrufos, ganhando e gastando ambos, como se a bolsa fosse comum... Nestas circunstâncias, o meu juízo sobre ele seria fatalmente dado como suspeito!⁸⁰

A segunda questão que impossibilita estabelecer a formação de Camarate como engenheiro-arquiteto é a cisão ocorrida na França, ao final do século XVIII, entre a Escola de Belas Artes e a Escola Politécnica⁸¹. Tal divisão preconizava que a formação dos arquitetos se daria na Escola de Belas Artes e a dos engenheiros, na Escola Politécnica, o que estabelecia uma distinção nítida entre as duas formações, colocando-as em campos bem definidos, demarcando assim a especificidade da atuação dos arquitetos e as atribuições da arquitetura. Esta cisão corresponde às novas demandas dos grandes centros urbanos europeus, ocasionadas pela Revolução Industrial, que promoveu o desenvolvimento de novos materiais e técnicas construtivas. Some-se a isso uma nova sociedade urbana, oriunda da ascensão de uma burguesia que tinha como objetivo deixar suas marcas em edificações privadas e públicas a partir da adesão de princípios da nova arquitetura em suas edificações.

⁸⁰ REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1985, p. 130.

⁸¹ Para mais, ver: OLIVEIRA, Carolina Bortolotti de; PEREIRA, Margareth da Silva. A formação do profissional de Engenharia no Século XIX: da educação técnica ao repertório artístico na França e na Inglaterra Vitoriana. (disponível em: <http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh4/trabalhos/Carolina%20Bortolotti%20A%20FORMA%C3%87%C3%83O%20DO%20PROFISSIONAL%20DE%20ENGENHARIA%20NO%20S%C3%89CULO%20XIX.pdf>)

Ainda sobre a cisão dos campos de arquitetura e engenharia, outra questão proeminente, relacionada às anteriormente mencionadas, consistia na necessidade de se remodelar os centros urbanos europeus, agora cada vez mais populosos, cuja estrutura urbana defasada necessitava de novos projetos. Com isso, a Escola Politécnica formava engenheiros especializados com foco nas novas demandas dessa sociedade, como a falta de sistemas de abastecimento de água e de gás, tratamento de esgoto e saneamento urbano, redes de iluminação pública, redes de transportes terrestres, vias como pontes e viadutos, além de melhorias portuárias, em alguns casos. Já o profissional de arquitetura se voltava aos projetos residenciais, à decoração de interiores e às discussões a respeito de suas atribuições na intervenção das cidades, uma vez que o urbanismo se tornava uma disciplina científica alinhada às belas artes, à história da arte e à cultura humanística. Assim, a partir destas informações consideramos ser possível lançarmos novas luzes sobre a predileção de Alfredo Camarate pelas letras, artes e museus como traço que o distingue do pragmatismo politécnico adotado por seus colegas engenheiros da CCNC.

Chegado ao Brasil em 1872, Camarate fixou residência no Rio de Janeiro, onde contribuiu como crítico musical e cultural do *Jornal do Comércio*, tendo simultaneamente atuado como inspetor no Conservatório Imperial de Música. Sobre seu papel na crítica musical e teatral, Américo Pereira, em sua obra *O maestro Francisco Vale*, aponta Camarate como o fundador da crítica musical no Brasil. Ainda sobre essa faceta, Christine de Medeiros analisa a contribuição e o papel pioneiro de Alfredo Camarate ao assinar uma coluna no recém-inaugurado *Jornal do Brasil* durante o ano de 1891, conforme a citação abaixo:

Em 9 de abril de 1891, com uma tiragem de 5 mil exemplares, circulou na cidade do Rio de Janeiro a primeira edição do *Jornal do Brasil*,— fundado por Rodolfo Dantas e Joaquim Nabuco, entre outros —, cujo formato inspirado no modelo do jornal francês *Temps*, veio inovar os métodos tradicionais da imprensa diária e ocupar seu espaço entre os grandes jornais da época. Alfredo Camarate, jornalista procedente do *Jornal do Commercio*, foi o primeiro crítico teatral a assinar a coluna *Theatros e Salões*.⁸²

⁸² HELIODORA *apud* MEDEIROS, 2008, p. 01.

Além disso, Camarate contribuiu para outros jornais do Rio de Janeiro, São Paulo e Buenos Aires. Vale lembrar que o mesmo ainda participou, junto com Coelho Neto (sob o pseudônimo Anselmo Ribas), de uma excursão literária que fez o trajeto de Ouro Preto a Vassouras, que resultou no livro *Por montes e vales*, publicado em 1893. Consideramos que essa excursão, juntamente com alguns desestímulos em relação à imprensa carioca e interesses de cunho financeiro, tenha sido decisiva para que Camarate tenha optado por seguir para Ouro Preto em 1893, rumando para o Arraial de Belo Horizonte no ano seguinte. Baseamos essa hipótese no texto transcrito abaixo, publicado na *Gazeta Musical* em 1893. Apesar de extensa, julgamos imprescindível sua reprodução na íntegra, visto que ela oferece um perfil de Camarate pela pena de um de seus contemporâneos:

TRANSCRIÇÃO ALFREDO CAMARATE

O nome que epigrapha estas linhas é o de um bom camarada, cuja ausência hoje saudosamente lamentamos. É um batalhador de menos ao nosso lado. Não desertou do seu posto que ele sempre honrou com a sinceridade de sua penna; mas as dificuldades da vida forçaram-no a ir procurar algures uma collocação, onde fossem mais bem aproveitadas suas aptidões, onde seu trabalho encontrasse uma compensação vantajosa.

Alfredo Camarate veio muito cedo e há muitos annos para o Brazil; aqui, no Rio de Janeiro, entregou-se primeiramente às lides do commercio; mas esse terreno era muito estéril para o seu espirito preocupado com cousas de arte.

As graves cogitações do Dever e Haver, as partidas dobradas do Diário e o exame dos títulos do Rasão não conseguiram absorvel-o; e, um bello dia, eil-o no Jornal do Commercio a educar o indígena com as suas criticas artísticas.

Não ha contestar: Alfredo Camarate foi o primeiro jornalista que no Rio de Janeiro iniciou a critica artística, principalmente a critica musical, e os seus brilhantes artigos honraram por muito tempo as columnas do Jornal do Commercio, onde elles, felizmente, ficaram registrados para a gloria desse brasileiro adotivo.

Mudando de proprietário o velho orgam, Alfredo Camarate não encontrou mais o apoio que lhe davam naquella folha, e um bello dia em que melindrou-se, mandou sua demissão.

Começou então para o nosso collega uma verdadeira peregrinação pela imprensa e o seu talento deixou vestígios na Gazeta de Notícias, no Jornal do Brazil, no Industrial e em muitos outros jornaes. Infelizmente, porém, esta Capital Federal ainda não é o que muita

gente pensa, e um jornalista que se occupa de cousas da arte não encontra trabalho remunerador que baste para prover a subsistência de uma família decente. Além disso, Alfredo Camarate nunca procurou ter leitores por meio de escândalos; nunca embebeu sua penna na baba da inveja ou no fel da calúnia e, finalmente, nunca procurou obter collocações para que não estivesse habilitado, ameaçando com a diffamação, no jornal em que escrevia, prevalecendo-se da circulação deste.

Nada disso. Alfredo Camarate teve sempre a compreensão nítida e elevada do papel da imprensa, da sua responsabilidade, e nunca transitou com a sua probidade de jornalista. Nestas condições, comprehende-se que elle não podia, com os seus belos artigos, influir no balcão do jornal em que escrevesse, e por isso mesmo era julgado um redactor de luxo, nesta terra de mercantilismo e de charlatães, onde o merecimento tem fatalmente de ceder o logar aos parvenus, aos sábios improvisados de um dia para outro, que monopolisam todos os conhecimentos e lançam aos outros o labéo de ignorantes.

Perdoe-nos o nosso collega entrarmos sem cerimonia pela sua vida a dentro, e dizermos aos nossos leitores algumas verdades, que sua delicada susceptibilidade quererá talvez calar.

Alfredo Camarate é casado com uma senhora distinctissima e tem uma filha – mimosa existência efflorescente – a quem elle dá esmeradissima educação moral e intellectual; é um homem de elevada intellectualidade; habilitado a certas e imprescindíveis condições de conforto e convive em um meio digno delle. Pois bem! Para levar por diante sua vida, Alfredo Camarate viu-se reduzido ultimamente à mensalidade de duzentos mil réis! Isto é, ganhava apenas o necessário para ... morrer de fome!

Homem forte, enérgico, affrontando com todo o desassombro a adversidade, ele reconheceu que não poderia continuar a residir nesta aldeia grande, e foi arraialar-se em Ouro Preto, onde a sua actividade tem sido aproveitada e vantajosamente remunerada. Mesmo depois que elle foi-se para Minas, não tem deixado de soffrer aqui. Em um dos jornaes desta cidade, naquelle mesmo onde elle mais prodigalisou o seu talento, dignificando sua profissão, procuraram deprimil-o. A tentativa, porém, foi ridícula e mesquinha, e em lugar de attingil-o, cahiu por terra, revelando e denunciando a ignorância crassa, a inépcia de quem a forjou. Esse jornal, accusando o recebimento da Segunda Mazurka Melódica de Camarate, disse: “É uma composição que tem modulações em muitos tons diffetentes, o que a torna de difícil comprehensão”.

Há uma única habilidade nesta noticia: a de dizer muitas asneiras em poucas palavras; apesar d’isso, ella há de doer muito a Alfredo Camarate, a quem lembraremos, para que se console, o velho leão da fabula.

Alfredo Camarate sabe também que há no Rio de Janeiro corações que sentem profundamente a injustiça que o feriu na indiferença com que o deixaram partir; sabe mais que a imprensa vive ainda pelo balcão, os que nutrem desses proventos, empregados para os meios mais

inconfessáveis, nunca merecem a estima e o respeito dos artistas sinceros, que vêm um pouco neste paiz de cegos e que sabem fazer justiça ao mérito e desprezo a inépcia petulante.

A Gazeta Musical cheia de orgulho abre suas paginas no estylo fluente da prosa de Alfredo Camarate e espera vel-o ainda revigorado e retemperado pelo salubérrimo clima de Ouro Preto, militando na imprensa fluminense ao nosso lado. (Da Gazeta Musical do Rio de Janeiro).⁸³

Ao desembarcar em Minas Gerais em 1893, Alfredo Camarate contribuiu, a partir dessa data, publicando no recém-inaugurado *Jornal Minas Gerais*,⁸⁴ de Ouro Preto, além de publicar também no periódico *O Contemporâneo*, de Sabará, cidade da qual o Arraial de Belo Horizonte era distrito naquela época.

Outra notícia biográfica sobre Alfredo Camarate está presente na *Enciclopédia de literatura brasileira*, de Afrânio Coutinho e José Galante de Sousa, na qual o autor aparece nos dois volumes da edição nos verbetes Alfredo Camarate e Alfredo Riancho:

[...] jornalista, crítico, flautista, arquiteto, veio para o Brasil em 1872. Pseudônimos: A. Fava, Alfredo Riancho, Frei Alfredo da Penitência Riancho, Callado, Júlio Huelva, Tonhão Pimenta. Bibliografia; Et. Coetera. 1887. Red.: O Mosquito (1874-1876), Gazeta de Notícias (1875-1891), Diário Popular (1877-1882), O Besouro (1878-1879), Jornal do Comércio, todos no Rio de Janeiro; Comércio de São Paulo (1898-1901), Correio Paulistano (1899), Gil Brás (1903) O tempo, todos de São Paulo.⁸⁵

Na pesquisa de Afrânio Coutinho e José Galante de Souza, está presente a extensa produção de Camarate nas imprensas carioca e paulista. Contudo, observamos uma lacuna concernente aos anos de 1891 a 1898, período no qual Camarate se encontrava em Minas Gerais, mais precisamente em Ouro Preto e Belo Horizonte, trabalhando na Comissão Construtora e colaborando em periódicos locais, lacuna pesquisada por Abílio Barreto e Eduardo Frieiro.

⁸³ *Jornal Minas Geraes*, n. 196, de 22 de julho de 1893, p. 6. Transcrição – Alfredo Camarate – da *Gazeta Musical* do Rio de Janeiro *apud* SEGANTINI, 2010, p. 13-15.

⁸⁴ O diário oficial do Estado de Minas Gerais lançado em 1892 na então capital do Estado, em Ouro Preto.

⁸⁵ COUTINHO; SOUSA, 2001, p. 406.

Na primeira metade do século XX, Alfredo Camarate foi redescoberto e considerado por estudiosos de Belo Horizonte, como os escritores Eduardo Frieiro e Abílio Barreto, como sendo o primeiro cronista da cidade a trazer à tona o conflito de temporalidades que se dá quando da transformação do Arraial em cidade de Belo Horizonte. Segundo Frieiro, a escolha de Alfredo Camarate em utilizar o pseudônimo de Alfredo Riancho nas crônicas do *Minas Gerais* foi uma homenagem a seu pai, que se chamava Augusto Riancho Camarim da Costa Camarate. Frieiro ainda acrescenta que Olavo Bilac, em carta a Afonso Arinos, na qual debochava dos longos nomes das altas linhagens da segunda metade do século XIX, citava Camarate de modo debochado como “Riancho de Camarim Camarato Camarote y Belotas de S. Tomé de Riba-Acima”.⁸⁶ As crônicas de Camarate, intituladas “Por montes e vales”, foram organizadas, reunidas e editadas por Frieiro na *Revista do Arquivo Público Mineiro* em 1985. No texto de introdução, o crítico afirma que a reunião dos textos de Camarate era uma espécie de justiça a este que foi o primeiro cronista da nova capital. O escritor mineiro justifica a importância das crônicas do arquiteto português, pois essas se configuram numa espécie de diário de viagens de um guia que colhe e narra impressões sobre o Arraial, valendo-se como registro interessante do cotidiano do Arraial em seus vários matizes, que abrange desde o formato das edificações, passando pelas ruas, pessoas, costumes, hábitos, comidas, saúde pública, festas e religiosidade.

A partir de uma análise contextualizada das crônicas de Camarate, buscaremos apreender alguns aspectos de como esse estrangeiro traduz a cidade durante o primeiro ano de atividades da CCNC em Belo Horizonte. No trecho abaixo, é possível notar como o viajante estrangeiro, com passagens por Inglaterra, Irlanda, Itália e África, se vale da analogia para realçar o “aspecto pitoresco” do caminho de chegada a Belo Horizonte.

Enveredamos por uma rua extensíssima, muito larga, muito parecida com alguns caminhos de certas povoações da África Ocidental. Umas casas muito humildes com aparências de cubatas e, nos intervalos das casas, longos muros de barro vermelho, assombrados por árvores frutíferas. Mas tudo aquilo muito limpo, muito alinhado e sempre da mesma forma e com o mesmo encanto se chega a Belo Horizonte; “um belo horizonte; na realidade”!⁸⁷

⁸⁶ FRIEIRO, 1965, p. 18.

⁸⁷ RIANCHO, 1985, p. 33-34.

Durante sua estada no Arraial, as crônicas de Camarate não passaram despercebidas pela imprensa local de Belo Horizonte, como demonstra Abílio Barreto na citação que se segue:

Entre os recém-chegados para os trabalhos da nova capital, o culto e brilhante espírito de Alfredo Camarate, que, em seus livros e na imprensa, usava o pseudônimo de Alberto Riancho, ora o de Alberto Screw. Tão depressa chegou, como iniciou pelas colunas do *Minas Gerais* (ainda que Ouro Preto) uma série de interessantíssimas crônicas sobre pessoas, costumes e coisas do arraial de Belo Horizonte, que tanto o impressionou.⁸⁸

2.2. Os primeiros prelos da imprensa mineira

Antes de prosseguirmos com a análise das cinquenta e quatro crônicas escritas por Alfredo Camarate, procederemos à contextualização do periódico no qual eram veiculadas, o Diário Oficial do Estado, *Minas Gerais*. Para tanto, faremos uma breve descrição de alguns fatores e momentos históricos que tornaram possível a instalação da tipografia oficial em Minas Gerais, sem perder de vista sua relação com o processo de constituição da imprensa nesse estado e no Brasil ao final do século XIX.

Os séculos XVIII e XIX podem ser considerados como momentos de idas e vindas para o processo de construção da imprensa no Brasil, especificamente em Minas Gerais. Por conta do Pacto Colonial, não havia autorização para a implantação de tipografias no Brasil antes de 1808 – muito menos de um aparato de imprensa. Como todo pedido de instalação de tipografias era negado, várias tipografias ilegais foram criadas – e cassadas com veemência pela Coroa Portuguesa. Com a chegada da Família Real, D. João VI autorizou a instalação das primeiras tipografias no país, atendendo a antigas reivindicações. Assim surgiu a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que começou a circular em 10 de setembro de 1808. Em Minas Gerais a primeira publicação surgiu quinze anos depois em Ouro Preto, com o periódico *Compilador Mineiro*, que iniciou suas atividades em 13 de outubro de 1823.⁸⁹

⁸⁸ BARRETO, 1996, p. 51.

⁸⁹ Para mais, ver; VEIGA, José Pedro Xavier da. A imprensa de Minas Gerais (1807-1897). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano III, 1898. p. 169-249.

A impressão de periódicos e livros ganhou muita força no Brasil a partir da década de 1820 motivada pela *Revolução do Porto*,⁹⁰ que desarticulou o poder de D. João VI em Portugal e, por consequência, as relações entre a Metrópole e sua Colônia na América do Sul. Com isso, a difusão da imprensa no Brasil entra no que o historiador Nelson Werneck Sodré,⁹¹ em seu estudo sobre a história da imprensa no Brasil, considerou como a primeira de suas quatro fases, denominada como a *Fase Colonial*, ocorrida entre 1808 até 1822 e caracterizada como uma fase em que os periódicos reproduziam o discurso do poder vigente. Ainda conforme Sodré, a segunda fase, designada por *Imprensa Publicista*, deu-se de 1822 a 1840, período no qual os jornais atuavam como instrumentos políticos de posicionamento e oposição em relação ao governo vigente, fazendo uso de uma linguagem um tanto quanto agressiva. Em seguida sucede a *Imprensa Informativa e Literária*, que acontece durante os anos de 1840 até 1889, época em que o publicismo perde espaço e os jornais informativos e literários adquirem maior destaque. Nessa fase, escritores como José de Alencar e Machado de Assis começam a ganhar espaço com suas crônicas nos periódicos. A partir de 1889 se dá o que Sodré classifica como a fase da *Grande Imprensa*, período no qual a comunicação começa a se tornar um grande negócio no Brasil. Além disso, o espaço literário nos jornais se encontrava em alta com a presença de cronistas como João do Rio e Lima Barreto.

Apenas a partir de 1823 se deu o início de implantação de tipografias e jornais em Minas Gerais,⁹² na prática a sexta província do Brasil a contar com periódicos e tipografias com atividades regulares. Com o foco em Minas Gerais,⁹³ podemos observar, durante a década de 1820, a criação de diversos periódicos que tiveram vida efêmera (em torno de um a dois anos de duração) por uma série de fatores. Dentre alguns desses jornais cabe destacar os seis primeiros jornais mineiros: *Compilador Mineiro* (1823), *Abelha do Itaculamy* (1824), *O Universal* (1825), *O*

⁹⁰ A *Revolução do Porto*, conhecida também como *Revolução Liberal do Porto*, foi um movimento de cunho liberalista que iniciado em 1818, mas que chegou ao seu auge em 1820, na cidade do Porto e depois se espalhou por Portugal. Seus desdobramentos e consequências acarretaram mudanças políticas e econômicas tanto em Portugal como no Brasil. Para mais informações, ver RAMOS (2000) e ANDRADE (1983).

⁹¹ Cf. SODRÉ, 1999.

⁹² Para mais informações sobre este tema do início da imprensa em Minas Gerais, ver LINHARES (1995) e VEIGA (1898).

⁹³ Em relação à imprensa em Minas Gerais, vale conferir o trabalho de MENDES; REZENDE; CAETANO, 2011.

Diário do Conselho do Governo da Província de Minas (1825) e *O Patriota Mineiro* (1825). O jornal que mais durou foi *O Universal*, que circulou por mais de dezoito anos, chefiado pelo polêmico Bernardo Vasconcelos com suas drásticas mudanças políticas, de liberal a fervoroso conservador.

Por questões econômicas e políticas, todos esses jornais eram impressos em Ouro Preto, então capital da província, que concentrou a produção da imprensa até o final da década de 1880. Com o declínio econômico de Ouro Preto e a ascensão da Zona da Mata, ocasionada pela produção cafeeira, que naquele momento já fazia a transferência de capital para os setores financeiro e industrial, a industrializada cidade de Juiz de Fora passa a figurar como grande polo da imprensa mineira, situação que perdurou até a década de 1920. A imprensa juizforana se caracterizava por um jornalismo informativo e literário, em parte por sua pujança econômica e também pela proximidade com o Rio de Janeiro, ofuscando a presença de Belo Horizonte na imprensa mineira até os anos 1920, quando são criados nessa cidade os modernos *Diário da Manhã* (1927) e *Estado de Minas* (1928):

O *Diário da Manhã* foi criado por Augusto de Lima Jr., com uma proposta editorial inovadora, e com maquinário bem moderno para a época, utilizando rotativa e linotipos. O jornal colocou Minas numa fase que Sodré (1999) denominou de “grande imprensa”, quando os jornais se tornaram empresas importantes. Mas por ser de oposição, o diário não conseguiu sobreviver. Por isso, Augusto de Lima Jr. vendeu a empresa para um grupo de jovens, entre os quais estavam Milton Campos e Pedro Aleixo. Estes, a partir de 07 de março de 1928, criaram o *Estado de Minas*. O novo diário representou um marco para que Belo Horizonte se consolidasse como centro da imprensa mineira.⁹⁴

No que concerne à criação do jornal *Minas Gerais* e da Imprensa Oficial do Estado, os mesmos surgiram apenas em 1891, quando o presidente do Estado de Minas Gerais, Francisco Faria Alvim, promulgou a Lei nº 8 em 06 de novembro de 1891, que estabeleceu a fundação da Imprensa Oficial de Minas Gerais, situada nas dependências provisórias do antigo Palácio dos Governadores.⁹⁵ Estava, assim, implantada a Imprensa Oficial de Minas Gerais em Ouro Preto, então capital do estado. O *Minas Gerais* é o jornal em circulação mais antigo em Minas Gerais, fruto de uma atmosfera política e

⁹⁴ MENDES; REZENDE; CAETANO, 2011, p. 16.

⁹⁵ Esta edificação atualmente é a sede da Escola de Minas e Metalurgia, em Ouro Preto.

cultural que reinava no final do século XIX, propagada por vários fatores ligados diretamente à Proclamação da República em 15 de novembro de 1889. Contudo, o *Minas Gerais* também foi fundado com a função de exercer controle ideológico, pois naquele momento a imprensa mineira vivia seu auge na Zona da Mata, mais precisamente na cidade de Juiz de Fora, que já se colocava como postulante à sede da capital de Minas Gerais. Segundo Jairo Mendes, Guilherme Rezende e Paulo Henrique Caetano, parece que esta fragmentação dos polos de produção da imprensa mineira tenha contribuído para que apenas o diário oficial seja o mais antigos dos jornais mineiros, conforme argumento presente na citação abaixo:

Na história das Minas Gerais, a imprensa não se concentrou em um único centro. Por causa das mudanças econômicas e os processos de imigração dentro da Província (depois Estado), os jornais em períodos diferentes concentraram-se em Ouro Preto (1823-1885), Juiz de Fora (1885-1927) e Belo Horizonte (1927 em diante). Esta é uma das principais razões de nenhum jornal mineiro importante do século XIX ter sobrevivido até os dias de hoje. A mais importante publicação que existe desde o século XIX é órgão oficial do Estado, o Minas Gerais, que começou a circular em 1892. Outros Estados ainda mantêm vivos jornais do período oitocentista, como Pernambuco (Diário de Pernambuco – 1825), Rio de Janeiro (Jornal do Commercio – 1827; Jornal do Brasil – 1891) e São Paulo (Estado de São Paulo – 1875).⁹⁶

Até a fundação da Imprensa Oficial, só era possível publicar em Minas Gerais por meio de pequenas tipografias particulares ou nas topografias do Rio de Janeiro. O *Minas Gerais*, publicado em 1892, foi marcado pela insuficiência de recursos, caracterizada pelas instalações precárias e falta de infraestrutura técnica em Minas. Diante das dificuldades encontradas, principalmente frente à grave contenção econômica e falta de pessoal, o Governo viu-se obrigado a contratar técnicos, artistas e mestres-salas junto à Imprensa Nacional do Rio de Janeiro. Com isso, em 21 de abril de 1892 a publicação do *Minas Gerais* e dos impressos oficiais se regularizaram, data esta convenientemente vinculada ao aniversário de execução de Tiradentes. Nos primeiros anos de funcionamento a tipografia oficial se viu as volta com dificuldades de pessoal e técnicas, pois se formavam poucos artífices e aprendizes de tipografia, somando-se a isso a instabilidade política e econômica do primeiro período republicano, em que se iniciaram os debates sobre a mudança da capital do Estado de Ouro Preto para outra localidade. No ano de 1896, quatro anos após a criação do *Minas Gerais*, o governo

⁹⁶ MENDES; REZENDE; CAETANO, 2011, p. 11.

decidiu pela transferência da Imprensa Oficial para a nova capital, Belo Horizonte. Assim, o Diário Oficial do Estado passou a ser rodado em um edifício localizado em sede própria e com instalações adequadas, situado na Avenida Paraopeba, atual Avenida Augusto de Lima, onde se encontra até os dias atuais.

Como vimos, os primeiros momentos da imprensa mineira e a transformação do Arraial de Belo Horizonte na capital do Estado ocorrem em paralelo. Como futura cidade moderna (e modelo para a República), o Arraial não passaria incólume ao surto periodista, sendo agitado pelo surgimento de vários periódicos, como o *Bello Horizonte*, criado em setembro de 1895, seguido pelos jornais *A Capital*, de janeiro de 1896, *Aurora*, de novembro de 1896, *Tiradentes*, de abril de 1897 e o *Bohemio*, de julho de 1897. Portanto, antes mesmo da inauguração da nova capital, em 12 de dezembro de 1897, já se vivia na cidade um clima de efervescência jornalística.

Assim, após esse breve contexto, que nos auxiliará a situar a produção de Alfredo Camarate sobre as transformações do Arraial em capital, passemos ao exame do gênero pelo qual esse escritor se notabilizou: a crônica.

2.3 A crônica, do jornal para o livro: algumas considerações

Para pensarmos nas crônicas de Alfredo Camarate como testemunho histórico e literário dos primeiros momentos da demolição do Arraial de Belo Horizonte e da construção da Nova Capital, faz-se necessário propor algumas considerações em relação à crônica, seus desdobramentos, funções, características e espaços de circulação, como jornais e livros. Assim, começamos esta breve análise do gênero partindo de uma afirmação de Jorge de Sá sobre a crônica que sai do jornal e vai para o livro. De acordo com o crítico, ao passar por esse processo, o texto não ganha status de produção canonizada, mas ultrapassa sua condição inicial e efêmera, tornando-se perene ao “consumo imediato”.⁹⁷

⁹⁷ SÁ, 1992, p. 07.

Partindo de estudos sobre a história da literatura brasileira, podemos observar como a crônica contribuiu decisivamente para a formação dos escritores e de seu público leitor. Um dos pontos de destaque da crônica é a sua sincronia com a oralidade das ruas, sua humanização, fator importante para um gênero literário. Assim, a relação das crônicas e cronistas com os jornais no final do século XIX se torna uma conexão imprescindível para a popularização desse gênero literário e de seus autores com seus leitores. Como foi apresentado no tópico anterior, o nascimento dos primeiros periódicos no Brasil se conecta com as gradativas mudanças na sociedade brasileira ao longo do século XIX, que começa como colônia, passa pela independência de Portugal e se torna República no final daquele intenso século. Com isso, os periódicos acompanharam as mudanças de um país agrário e rural que principia a caminhar rumo à urbanização e à industrialização de suas cidades, configurando-se em outro tipo de sociedade. Ainda sobre as crônicas produzidas nos periódicos brasileiros durante o final do século XIX e início do século, nota-se como tema principal a questão do tempo moderno, ágil e pragmático, que se instaurava como reflexo do pensamento republicano para o país.

Desse modo, analisar a produção literária de Alfredo Camarate no Arraial do Belo Horizonte, no contexto de demolição deste espaço para a construção de uma cidade-capital nos moldes modernizantes, implica projetar um plano ideológico que transcende o campo das ideias e se executa no espaço físico. O discurso presente nas crônicas de Camarate, considerado enquanto membro da CCNC, mostra-se empenhado em debater os hábitos europeus na Belo Horizonte em 1894, engendrando nada mais que uma pedagogia ideológica dos cidadãos e futuros habitantes da nova capital, como que preparando-os para o novo tempo que se inaugurava. Para ilustrar tal raciocínio é importante pensar neste trecho de uma crônica de Camarate sobre a mudança da capital de Minas Gerais:

O que, em todo caso, vi desde logo, é que o bom, hospitaleiro, mas inerte povo mineiro desta localidade, não se preparou para abrir os braços, com avidez e desafogo, à inesperada fortuna que lhe entrou pela casa a dentro.” [...] As poucas e mal fornecidas vendas não se premuniram nem de qualidades nem de quantidades de gêneros, proporcionadas ao número e categoria dos recém-chegados; nem o êxodo de centenas de pessoas caídas aqui de todas as partes do Estado,

despertou os desejos de ganância, tão fáceis de despertar, em qualquer outra parte do mundo.⁹⁸

Alfredo Camarate publicou em média duas crônicas por semana no jornal *Minas Gerais*, na seção intitulada “Por entre montes e vales”. Esses textos, em sua maioria, variavam entre um discurso estrangeiro sobre a modernidade que batia à porta de Belo Horizonte e em outros momentos versavam acerca de assuntos mundanos. Ao abordar as questões técnicas da CCNC presentes nas crônicas de Camarate, Abílio Barreto explicita as seguintes impressões:

Consoante já tivemos oportunidade de dizer, ninguém, observou melhor nem descreveu com mais autoridade e segurança sobre os costumes, a vida, as belezas e os defeitos do Arraial de Belo Horizonte, nos primeiros dias de trabalhos da Comissão Construtora do que Alfredo Camarate, na série interessantíssima de crônicas publicas no *Minas Gerais*, sob o pseudônimo de Alfredo Riancho e com o título de *Por entre montes e vales*. Por julgá-las assim e, no propósito de tornar a mais completa e exata possível a nossa história, não passaremos adiante enquanto não transladarmos para aqui vários tópicos dessas formosas páginas de observação autêntica daquele espírito luminar, que a 1º de abril de 1894 escrevia: “O povo de Belo Horizonte e circunvizinhanças sabia, pelo menos... [...] Nos escritórios trabalhava o pessoal de pena e lápis, escriturários, desenhistas e arquitetos; pelos campos, pelas velhas ruas do arraial andavam os engenheiros e os condutores e operários, com os seus instrumentos e cadernetas e ferramentas, a explorar, a medir o solo, que iam crivando de estacas. Informando os seus leitores sobre o andamento presto que iam tendo os trabalhos preparatórios para a construção da cidade” [...] tais notícias era confirmadas e ampliadas por Alfredo Camarate [...].⁹⁹

Esse discurso acelerador do tempo histórico, alinhado à ideologia modernizante do final do século XIX, não considera as características locais, pois a questão de ordem do dia é ser moderno. Os sistemas infalíveis para a política, a saúde e a cultura são implementados como soluções para as mazelas do Brasil, que é situado no discurso em um tempo perdido. Em Belo Horizonte, a questão é literalmente mais dramática, na medida em que se precisa construir uma cidade para 200 mil pessoas sobre um arraial em que vivem dois mil habitantes, em um intervalo de tempo de quatro anos. O terreno precisava ser preparado nas mentes e corpos, simultaneamente aos trabalhos feitos no espaço urbano, de modo a inscrever no imaginário dos cidadãos uma nova cartografia do arraial. Para tanto, o discurso imagético do Gabinete Fotográfico da

⁹⁸ RIANCHO, 1985, p. 35.

⁹⁹ BARRETO, 1996, p. 95.

CCNC teria de estar alinhado ao discurso literário veiculado nas crônicas publicadas em jornal duas vezes por semana.

Portanto na gênese das crônicas de Camarate podemos pensar nas questões propostas por Marília Rothier Cardoso¹⁰⁰ em seu artigo, “Moda da crônica: frívola e cruel”, quando a autora propõe a seguinte leitura das crônicas escritas no final do século XIX:

O cronômetro pode servir de índice para o discurso brasileiro na virada do século. Deseja-se o progresso imediato para descontar cem anos de atraso. Políticos e literatos registram sua admiração pela técnica e seu empenho em que o país assuma a feição moderna, exibida pelas metrópoles europeias. Tudo deve vir rápido – os trens, as notícias, a mudança nas instituições.¹⁰¹

O andar, o olhar e a pena de Alfredo Camarate, bem como os trabalhos (e as lentes) da Comissão estavam conectados a este discurso de acertar os relógios do Brasil com a modernização à moda europeia. Suas crônicas, apesar de veicularem um discurso ambíguo em relação à modernidade, encenam o presente de várias perspectivas, colhendo imagens, impressões e tipos do arraial no limiar da capital. Contudo, o cronista aparenta sensibilizar-se com o local em certos momentos, insinuando-se nas entrelinhas de seus relatos, como no trecho abaixo:

Em Belo Horizonte, tenho feito o que sempre fiz em todos os pontos que tenho visitado: sigo pelas ruas, travessas e praças ao acaso; colhendo, na inesperada variedade de episódios que o acaso me proporciona, muito melhor e proveitoso ensinamento.¹⁰²

Assim, Camarate reproduz em seus escritos noções de modernidade que trouxe consigo da Europa do século XIX, além da experiência que colheu na imprensa do Rio de Janeiro. Com a missão de escrever no Diário Oficial do Estado e encarregado de criar relatos sobre esse processo de demolição/construção de modo a validá-lo para os donos do poder e torná-lo menos traumático para os habitantes locais, entendemos que ele,

¹⁰⁰ CARDOSO, 1992.

¹⁰¹ CARDOSO, 1992, p. 137.

¹⁰² RIANCHO, 1985, p. 34.

[p]ara se apresentar, a cada semana, diante dos leitores, [...] cria atrações, descobre excentricidades e emprega ditos alheios, “metendo-lhes o jocoso”. Se não o entendem, de pronto, tanto melhor. [...] Criador de padrões de elegância, o cronista é, assim, como o costureiro que, duas vezes ao ano, desenha modelos – acessíveis a baronesas e a bailarinas.¹⁰³

Dessa maneira, após essa pontuação das crônicas de Camarate, podemos retomar as reflexões sobre esse gênero literário, como suas primeiras linhas no Brasil e suas transformações. Para tanto, alinhamos nossa análise contextual da crônica com o pensamento de Jorge de Sá, que sugere que “a atmosfera política reafirma, assim o valor sociológico da crônica na construção do painel de uma época”.¹⁰⁴ A partir dessa dinâmica, podemos pensar aqui em algumas questões concernentes ao cronista, seu texto e seu público leitor. Para isso, é importante pensarmos em determinados pontos de partida para a análise literária da crônica, publicada em livro ou jornal, em seguida analisar o ponto de vista do narrador-repórter do texto. Em seguida, é necessário projetar o diálogo entre o narrador e leitor, observando o foco narrativo, em qual pessoa o cronista se coloca no texto e se há a ficcionalização de fatos e pessoas ou não. Outra questão apontada por Jorge de Sá consiste na análise da semiologia presente no discurso do texto durante o processo de construção associativa das imagens, questão muito presente no texto de Alfredo Camarate sobre a vida cotidiana no Arraial. Por fim, outros dois pontos de análise merecem ser considerados: o lirismo reflexivo e o jogo lúdico entre sujeito e objeto, bem como a estrutura narrativa que estabelece a troca de experiências entre autor e leitor.

Colocados acima os pontos de partida de nossa análise, podemos projetar a estruturação das crônicas em um contexto amplo, viabilizando captar a teia de significados presentes nos textos do cronista. Desse modo, podemos pensar nas crônicas de Alfredo Camarate e sua relação com o início da imprensa no Brasil, em sintonia com as experiências vividas na imprensa europeia e repercutidas nos grandes centros brasileiros como Rio de Janeiro e São Paulo, trabalho que, obviamente, seria replicado para outros polos urbanos. Como aqui foi destacado a partir de um trecho de uma das crônicas de Alfredo Camarate, uma de suas preocupações consistia em andar pelo arraial colhendo as impressões do cotidiano, sem seguir roteiros pré-estabelecidos ou,

¹⁰³ CARDOSO, 1992, p. 139.

¹⁰⁴ SÁ, 1992, p. 19.

ainda, as regras de guias de viagens. De certo modo, vemos nesta atitude a reprodução do hábito de *flanar* pelo espaço, recolhendo de modo livre as diversas nuances do cotidiano multifacetado que o espaço urbano possa proporcionar – obviamente tomadas as devidas proporções sobre classificar o Arraial do Belo Horizonte como espaço urbano. Com isso, a experiência do cronista se torna presente em seu texto exatamente pelo fato de o mesmo transitar pela cidade/arraial com os pés no chão, de modo próximo àquilo que desperta seu interesse de observação. Essa relação do cronista com seu objeto será destacada por estudiosos da literatura, como, por exemplo, na citação abaixo, extraída do estudo de Antonio Candido sobre a crônica:

[...] O fato de ficar tão perto do dia-a-dia age como quebra do monumental e da ênfase. [...] a crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas. Em lugar de oferecer um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes, pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas. [...] A sua perspectiva não é a dos que escrevem do alto da montanha, mas do simples rés-do-chão.¹⁰⁵

Vale aqui projetar a constituição da crônica alinhada ao início da imprensa escrita nos jornais brasileiros durante a segunda metade do século XIX, iniciada com o caráter de folhetim, com notas de rodapé sobre as questões cotidianas relacionadas à literatura, política, sociedade e artes, dentre outras. Sua efemeridade venceu o tempo, talvez por sua despretensão de durar, visto que lidava com temas do dia-a-dia de modo direto. Com isso, a narrativa e a linguagem da crônica a tornaram documento da historiografia literária e memória cultural no Brasil. Talvez a relação profícua entre a crônica e o jornal tenha se solidificado exatamente pela aparente efemeridade de ambos, pois o jornal perece no dia seguinte à sua publicação, tal como a crônica, em certos casos. Portanto, a crônica veiculada no jornal, por seu texto simples, direto e fluido, ao tratar de temas palpáveis da população em geral, consolidou-se como uma opção honesta de texto literário.

Ao longo deste percurso, foi largando cada vez mais a intenção de informar e comentar (deixando a outros tipos de jornalismo), para ficar sobretudo com a de divertir. A linguagem se tornou mais leve, mais descompromissada e (fato decisivo) se afastou da lógica argumentativa ou da crítica política, para penetrar poesia adentro.¹⁰⁶

¹⁰⁵ CANDIDO, 1992, p. 14.

¹⁰⁶ CANDIDO, 1992, p.15.

A partir dessa lógica, podemos pensar na sintonia da crônica e dos jornais como espaço de produção literária no Brasil em fins do século XIX e início do século XX, período em que não havia um mercado editorial consolidado que abrisse espaço para escritores em início de carreira. Em artigo dedicado a analisar as relações entre a crônica, escritores e os jornais, a crítica literária Walnice Nogueira Galvão¹⁰⁷ aponta questões fundamentais sobre esse processo histórico. Em um texto curto e pontual, Galvão apresenta a relação entre a literatura, os literatos e os jornais no Brasil. Vale destacar as modulações que a autora faz de perfis de escritores por conta das produções literárias que caracterizaram seus estilos e períodos em que produziram:

No célebre inquérito literário de João do Rio – *O momento literário*, 1905 –, uma das intenções era apurar se o exercício do jornalismo prejudicava a prática da literatura. As respostas variaram, mas, de modo geral, o saldo foi considerado positivo. Para Brito Broca, a literatura brasileira muito deve à imprensa dos Oitocentos, que a implementou de várias maneiras, além dessa. E, de fato, Machado de Assis, além da crônica literária ou teatral, foi redator parlamentar e mesmo mero tarimbeiro, sem que nada disso lhe fizesse mal algum ao estilo. [...] Todavia, aconteceu gradativamente que o jornal, ao se modernizar, foi ficando cada vez menos literário, como logo percebe quem tenha pesquisado periódicos daquele século, que até crônica em francês tinham. Na mesma linha estampavam variada matéria literária, como folhetins, poemas, contos e trechos de dramas, ou até dramas completos. Devagar, nesse processo, iria passar o primeiro plano o caráter mais noticioso do novo jornal, onde irão preponderar a reportagem, a cobertura de crimes escandalosos, os esportes e as entrevistas. Os escritores seriam convocados para executar essas tarefas, e muitos atendiam, mas não gostavam.¹⁰⁸

Cabe destacar, no trabalho de Galvão, a categorização dos escritores a partir de seu tipo de produção que, segundo a autora, mostra-se determinante para se pensar a criação da crônica como gênero literário entre o final do século XIX e o início da segunda metade do século XX. Os nove perfis são os que se seguem relacionados a seguir: “tipo tempo integral”: Brito Broca; escritores que se dedicaram ao jornalismo durante toda sua produção intelectual. “Tipo crisálida”: Sérgio Buarque de Holanda, Décio de Almeida Prado; escritores e ou estudiosos que exerceram o papel de críticos literários e culturais em notas de rodapé. Posteriormente, com o auge da maturidade profissional, dedica-se exclusivamente à vida acadêmica. “Tipo tribuna”: Mario de

¹⁰⁷ GALVÃO, 2004.

¹⁰⁸ GALVÃO, 2004, p.623.

Andrade; escritor que utilizou o espaço nos jornais para defender suas ideias em torno da literatura e da sociedade, utilizando-se das páginas dos periódicos como plataforma de criação. “Tipo evolutivo”: Antônio Cândido, Tristão de Ataíde, Augusto Meyer, Álvaro Lins, Otto Maria Carpeaux; estudiosos que, enquanto professores e pesquisadores, produziram artigos sobre literatura, cultura e sociedade nos jornais, até que este tipo de atividade fosse restringido com o advento do chamado *press release* pelas editoras. “Tipo relutante”: Clarice Lispector; escritores que, por questões de ordem financeira, contribuíam com artigos em jornais e revistas de modo semanal. Em determinados casos, utilizavam pseudônimos por recomendação dos chefes de redação para não intimidar os leitores dos jornais, em uma nítida distinção dos leitores de livros e de jornal. *Tipo militante*: Oswald de Andrade; por meio das páginas dos jornais, redigia escritos diários que defendia suas propostas e conceitos. No caso de Andrade, a defesa e a divulgação do *Modernismo* foram propagadas por crônicas com perfil político e intelectual. “Tipo tudo-menos-jornalista”: Euclides da Cunha; Nesse caso o autor se apresenta ao leitor do jornal com suas profissões e ou formações, mas nunca se colocando como jornalista. No caso de Euclides da Cunha, o autor de *Os Sertões*, apresentava-se como engenheiro e escritor, mas nunca como jornalista, mesmo que boa parte da sua produção de escritor estivesse vinculada à atividade nos jornais, como *O Estado de São Paulo*. “Tipo entusiasta declarado”: Carlos Drummond de Andrade; o poeta mineiro é um caso interessante de escritor que valorizava o trabalho de crônicas e outros textos para jornais. Ainda segundo Walnice Galvão, Drummond afirmava que “o jornalismo é indispensável para o escritor, a quem ensina duas lições sem preço: de um lado, clareza e concisão; de outro, disciplina, pois o escritor, a seu ver, é preguiçoso por natureza.”¹⁰⁹ Além desses, há ainda o último, o “Tipo refratário”: João Guimarães Rosa; escritores que não davam a menor importância ao jornalismo, produzindo crônicas e textos para jornais e revistas extremamente dispare de sua obra. Walnice Galvão ainda concluiu que, “o debate sobre ser o exercício do jornalismo pernicioso para a prática da literatura não só é antigo como suscita posicionamentos declarados a torto e a direito.”¹¹⁰

A partir desta análise panorâmica das relações entre os escritores e os jornais e, posteriormente, os livros, Galvão também destaca o caso de escritores

¹⁰⁹ GALVÃO, 2004, p. 627

¹¹⁰ GALVÃO, 2004, p. 628.

mineiros como Cyro dos Anjos e Roberto Drummond. O papel desses nos jornais é interessante para se pensar nessa relação entre os literatos e os periódicos. No caso de Cyro, sua obra mais conhecida, *O Amanuense Belmiro*, nasceu da reunião de crônicas publicas inicialmente no jornal *A Tribuna*. Já o jornalista Roberto Drummond alternava suas contribuições diárias em jornais de Minas Gerais e de outros estados com as suas crônicas esportivas, não abrindo mão de sua produção ficcional com títulos como *Hilda Furacão* e *Hitler manda lembranças*. Ainda sobre esse autor, outra questão relacionada ao trabalho em jornais consiste no fato de, anos depois da sua morte, suas crônicas sobre futebol terem sido reunidas e editadas em livro.

A relação entre os jornais e as crônicas foi objeto de estudos de importantes estudiosos do assunto, destacando-se aqui Afrânio Coutinho, Antônio Cândido e Jorge de Sá. No caso de Afrânio Coutinho, podemos destacar a seguinte citação:

O fato de ser divulgado em jornal não implica em desvalia literária do gênero. Enquanto o jornalismo tem no fato seu objetivo, seu fim, para a crônica o fato só vale, nas vezes em que ela utiliza, como meio ou pretexto, de que o artista retira o máximo partido, com as virtuosidades de seu estilo, de seu espírito, de sua graça, de suas faculdades inventivas. A crônica é na essência uma forma de arte, de palavra, a que se liga forte dose de lirismo. É um gênero altamente pessoal, uma reação individual, íntima ante o espetáculo da vida, as coisas, os seres. O cronista é solitário com ânsia de comunicar-se. E ninguém se comunica do que ele, através desse meio vivo, álcere, insinuante, ágil que é a crônica. [...] A literatura, sendo uma arte – cujo meio é a palavra – e portanto oriunda da imaginação criadora, visando a despertar o prazer estético – nada mais literário do que a crônica, que não pretende informar, ensinar, orientar. E tanto ela não é indissolivelmente ligada ao jornal [...]¹¹¹

Dessa maneira, um dos pontos que pode nos levar a projetar a hipótese acerca da vivacidade da crônica nos jornais (e posteriormente nos livros) talvez consista em sua sincronia com a oralidade das ruas e sua humanização. Sendo assim, podemos relacionar o papel das crônicas de Alfredo Camarate em Belo Horizonte com as crônicas de Paulo Barreto (João do Rio) no Rio de Janeiro, e a prática da *flanêrie* pela nova metrópole e sua vida mental.

¹¹¹ COUTINHO, 2001, p. 305.

2.4. As tensas relações de fronteiras: Arraial-Cidade-Capital

Analisar as crônicas de Alfredo Camarate sob a metodologia proposta pela crítica sociológica pode viabilizar a leitura das fronteiras estabelecidas entre o autor português e seu objeto. Neste caso, procuramos dialogar com as abordagens de Raymond Willians, Antonio Cândido e Luis Costa Lima sobre as respostas que a crítica sociológica possibilita ao se analisar um determinado objeto de estudo, reafirmando assim o papel destas fronteiras entre o autor local/estrangeiro, o arraial/cidade e o processo de demolição/construção no qual se inserem Camarate e o Arraial do Belo Horizonte. Dessa maneira, a análise do discurso de Alfredo Camarate acerca da construção de Belo Horizonte se torna menos latente se o estudarmos pelo viés da crítica sociológica que, como propõe Costa Lima,

se volta para área dos discursos e, dentro dela, aponta para a da literatura, frequentemente com o propósito de ilustrar, exemplificar ou comprovar uma interpretação de caráter bem mais abrangente: a interpretação de certa sociedade.¹¹²

A partir da leitura das crônicas de Alfredo Camarate, intituladas “Por entre montes e vales”, é possível estabelecer uma série de relações de fronteiras que são enunciadas pelo autor em suas andanças pelo Arraial, mesmo considerando aqui o Arraial do Belo Horizonte como um lugarejo acanhado e ainda no limiar entre ruralidade e Cidade-Capital moderna. Com esta metodologia, buscamos reafirmar a proposta de Antônio Cândido, de não “dispensar nem menosprezar disciplinas interdependentes como a sociologia da literatura e a história literária sociologicamente orientada, bem como toda a gama de estudos aplicados à investigação de aspectos sociais das obras”.¹¹³

Antes de darmos início à análise propriamente dita, cabe-nos estabelecer a diferenciação necessária entre campo e cidade, no presente caso tipificada pelas imagens do Arraial e da Cidade-Capital, de modo a não incorrermos em anacronismos na leitura do processo histórico. O crítico inglês Raymond Williams¹¹⁴ chama a atenção para o fato de que a cidade está atrelada às chamadas grandes realizações humanas, ao

¹¹² LIMA, 2002, p. 661.

¹¹³ CANDIDO, 1985, p. 18.

¹¹⁴ WILLIAMS, 2011.

ápice do projeto de civilização ocorrido no final do século XIX, que consiste em construir cidades, particularmente cidades modernas e funcionais que atuam como uma espécie de vitrine de um governante (neste caso dos republicanos mineiros). Assim, a cidade capital serve de vitrine do novo regime que se projeta sobre um acanhado arraial, que remete ao regime monárquico, simbolizado pelos republicanos como relacionado a séculos de estagnação do Brasil. Nesse contexto, o olhar de Alfredo Camarate em relação ao arraial de Belo Horizonte é um olhar alinhado aos valores elencados por Raymond Williams na passagem abaixo:

O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a ideia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar do barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar do atraso, ignorância e limitação.¹¹⁵

Esta percepção de Alfredo Camarate é descrita logo em sua terceira crônica publicada em 25 de março de 1894, na qual o autor transmite sua primeira impressão sobre o espaço do arraial e o tipo de sua população:

O que, em todo caso, vi desde logo, é que o bom, hospitaleiro, mas inerte povo mineiro desta localidade, não se para abrir os braços, com avidez e desafoço, à inesperada fortuna que lhe entrou pela casa a dentro. [...] As poucas e mal fornecidas vendas não se premuniram nem de qualidades nem de quantidades de gêneros, proporcionadas ao número e categoria dos recém-chegados; nem o êxodo de centenas de pessoas caídas aqui de todas as partes do Estado, despertou os desejos de ganância, tão fáceis de despertar, em qualquer outra parte do mundo.¹¹⁶

A percepção espacial e cultural de Alfredo Camarate em relação ao Arraial de Belo Horizonte se mostra diretamente ligada às concepções de cidade moderna europeia que o mesmo presenciou em Lisboa, Paris e Londres, sendo recorrente em suas crônicas para estabelecer as tensas fronteiras entre o cronista e o espaço narrado. Ao transmitir suas primeiras impressões sobre o Arraial, o autor estabelece uma comparação com a experiência adquirida nas outras localidades que conheceu, como se pode ver no trecho abaixo, em que menciona a ausência de conforto e higiene nas acomodações disponíveis no Arraial:

¹¹⁵ WILLIAMS, 2011, p. 11.

¹¹⁶ RIANCHO, 1985, p. 35.

Um fazendeiro abriu um hotel, a instantes rogos de seus amigos e mantém-o, com a independência de quem está fazendo um favor a seus hóspedes; os proprietários de prédios, a muito custo, caíram a fachada dos seus modestos casebres e, para que se veja como aqui se faz errada idéia do que são as exigências da higiene e do moderno *comfortable*, basta dizer que são raríssimos os quartos de cama que tenham, por soalho, outra coisa que não seja a vermelha terra da localidade, molhada e batida, por processos absolutamente primitivos.¹¹⁷

Vale aqui ressaltar a análise de Raymond Williams para a figura humana na cidade, a complexidade de interações e a notável mobilidade das relações sociais no cenário urbano, guardadas as devidas proporções. Desse modo, faz-se importante analisar o discurso de Camarate sob o prisma da crítica sociológica, notadamente quando o cronista tece comentários sobre os aspectos gerais e específicos do Arraial, apresentando sua dimensão de mundo e, simultaneamente, estabelecendo fronteiras por meio de seu olhar de viajante estrangeiro em um espaço que se encontra em remodelação. Como observador atento do cotidiano e do espaço, Camarate afirma que “em Belo Horizonte tenho feito sempre o que fiz em todos os pontos que tenho visitado: sigo pelas ruas, travessas e praças ao acaso, colhendo, na inesperada variedade de episódios que o acaso me proporciona, muito melhor e proveitoso ensinamento (...)”.¹¹⁸ Como menciona Williams, para escritores como Dickens, Balzac, Baudelaire e Dostoiévski a cidade se apresenta como cenário complexo, e em alguns momentos, como local de mistério e estranheza, propiciados pela experiência isolada e individual em meio à multidão, experiências que depois serão compartilhadas com seus leitores. Essa dimensão do caminhar pela cidade dialoga com a análise de Williams quando o mesmo afirma que

[...] isto também se aplica, de modo geral, àqueles episódios que encontramos com tanta frequência, de Dickens a Wells, em que um personagem entre numa cidade adormecida e é dominado pela ideia de que há uma infinidade de vidas ocultas tão perto dele.¹¹⁹

Analisando esta experiência do transeunte na cidade, em que a multidão pode causar repulsa e/ou compaixão, Camarate estabelece um contraponto entre o

¹¹⁷ RIANCHO, 1985, p. 35.

¹¹⁸ RIANCHO, 1985, p. 34.

¹¹⁹ WILLIAMS, 1989, p. 315.

clima, o ambiente e o aspecto dos moradores do Arraial com as metrópoles europeias na crônica de 10 de maio de 1894:

Em Belo Horizonte, a vida continua, na sua suave e encantadora monotonia, que, como a toadilha dos fados populares, acaba por adormecer nesse meio sono, que representam a suprema delícia do dormir acordado. Por todas as ruas, travessas e largos, por todas as picadas e veredas, o solo já está crivado de estacas, enterradas com a cabeça à flor da terra e com o seu prego cravado e a sua testemunha encostada junto aos muros ou à beira de viçosos valados; a todas as horas e por todos os montes e vales das circunvizinhanças, os engenheiros, manuseando o nível, o teodolito ou trânsito, condutores e auxiliares, tudo numa faina de quem quer chegar depressa, e sempre com a convicção de que não chegarão tão depressa quanto o dr. Aarão Reis desejaria. [...] Quem anima as cidades não são as suas grandes populações; mas o caráter geral, o temperamento, a educação e hábitos daqueles que as compõem. [...] Deserto povoado, em Londres, Paris, Viena e outras cidades povoadas. A vida de Belo Horizonte não se devia portanto ressentir da exiguidade da sua população; mas sim do caráter lhano ou arredio dos seus recém-chegados.¹²⁰

Nessa crônica Camarate mais uma vez analisa a questão da modernidade e seus reflexos na vida social de Londres, Paris, Viena, Ouro Preto e Belo Horizonte, chegando à conclusão de que quem faz a cidade são seus habitantes e o modo como estes enxergam a vida. Assim, com a chegada de forasteiros em Belo Horizonte, Camarate lança a questão em torno da criação de um espaço de sociabilidade para a prática e fruição da dança e do canto, reflexo assim dos novos tempos que Arraial vivia. Mas, dentro da perspectiva de desconstrução da população do Arraial, Camarate disserta sobre a saúde debilitada da população em contraposição ao clima aparentemente salutar do Arraial de Belo Horizonte com a então cidade capital brasileira:

O tipo geral deste povo é doentio. Magros, amarelos, pouco desempenados na maioria, havendo proporção de defeituosos, aleijados e raquíticos. Ora, esta fisionomia quase geral da população de Belo Horizonte desarmoniza completamente com a amenidade do clima, com o ar seco e batido quase constantemente pela brisa, com a natureza do solo que é magnífica e com a boa saúde e pantagruélico apetite que tem todos os que para aqui tem vindo e que, em mais de um mês de residência, já iriam percebendo sintomas e prenúncios de mal-estar futuro. [...] a julgar pela alimentação que nos proporcionam no hotel e pela de algumas casas que tenho visitado, o povo de Belo Horizonte, num clima como depauperante e abafadiço como o do Rio

¹²⁰ RIANCHO, 1985, p. 66-68.

de Janeiro, não seria magro, nem amarelo, nem franzino; seria apenas uma multidão de cadáveres!¹²¹

Sobre as crônicas de Alfredo Camarate, podemos inserir mais uma questão, concernente à recepção de seus textos. Em um primeiro momento, pode soar pejorativa a descrição do arquiteto português sobre o arraial e sua população, visto que ele parece ter por foco apenas apontar os problemas de ambos. Decerto podemos compreender isso como uma estratégia de desqualificação do espaço, um procedimento semelhante ao realizado pelo Gabinete Fotográfico desta mesma CCNC, que tinha por objetivo registrar o que seria apagado do mapa e o que seria construído. No campo discursivo da história e da memória, há que se pensar como esse Arraial seria apagado da memória histórica? Quais imagens deveriam ser guardadas? Como tais imagens deveriam ser retratadas? Assim, a título de hipótese, consideramos que as crônicas de Alfredo Camarate se possibilitam se direcionar à construção de um terreno discursivo e imagético para se apagar do mapa e da memória o Arraial do Belo Horizonte para, com isso, preparar um terreno limpo e sem vícios para a nova cidade que seria erguida sobre este solo. Desse modo, os textos de Camarate funcionavam como mais uma ferramenta ideológica para construir o campo simbólico e prático idealizado pelos governantes mineiros, justificando a necessidade da nova capital em um lugarejo atrasado e sem perspectivas, com argumentos fornecidos por um técnico estrangeiro, viajado e experiente – principalmente se pensarmos que Camarate escreve para o Diário Oficial do Estado. Este espírito propagandista da CCNC e do Governo para a construção da nova cidade é recorrente no discurso de Camarate, tanto que, na crônica de 30 de setembro de 1894, o arquiteto português coloca que;

[p]ensar-se que o dr. Aarão Reis aceitou a missão de formar, em quatro anos uma grande capital, com edifícios, encanamentos de águas e de esgoto, com ruas e avenidas calçadas, para duzentos mil habitantes, é um absurdo que não deve entrar na cabeça de ninguém. Formar um núcleo para a população provável, por estes quinze ou vinte anos; fornecer-lhes todas as regalias e confortos de uma cidade moderna: deixar projetado, sem vícios de origem, todo o resto da cidade, que se virá emendar, no núcleo central, com toda a facilidade e à medida que o crescimento da população o exija é o que tem de fazer o ilustre engenheiro. [...] Ponham-se à venda os lotes de terrenos; comece-se a construir alguns edifícios públicos; anuncie-se, nos jornais da Capital Federal e nos de todos os Estados, que, em Belo

¹²¹ RIANCHO, 1985, p. 43.

Horizonte, há um campo vastíssimo para toda a espécie de atividade é o que parece da mais instante necessidade.¹²²

Determinadas crônicas de Camarate podem ser vistas mais como um olhar estrangeiro sobre o espaço urbano, como uma desconstrução da população na ótica da *Tipologia do encontro*,¹²³ do que como uma mera ressonância da antipatia vigente da população de Ouro Preto pela transferência da capital do Estado, como em alguns momentos talvez possa transparecer. Vale lembrar que entre a construção de Belo Horizonte e meados da década de 1920, a cidade foi apelidada pelos chamados “não-mudancistas”, como “cretinópolis” e “poeirópolis”, dentre outros nomes depreciativos.

Para uma leitura ampla e uma análise pertinente sobre Camarate como um estrangeiro no Arraial e a propósito de como o cronista português constitui seu discurso sobre o Arraial, seus habitantes e os desdobramentos da construção da capital, consideramos profícuo estabelecer um diálogo com a proposta de estudo apresentada por Myriam Ávila. Em seu trabalho a crítica estabelece quatro tipos de texto: o turista, o de demarcação de fronteiras, o de colonização e o fantasmático.¹²⁴ Esta demarcação chamada de *Tipologia do Encontro* parte de estudos da pesquisadora ao analisar a construção de discursos em relatos de viagem desde o século XVI até o século XIX, onde o olhar estrangeiro, particularmente europeu, é o prevalecente no que concerne à construção de imagens dos espaços literários latino-americano/brasileiro/mineiro¹²⁵. A partir desse quadro apresentado por Ávila, consideramos possível enquadrar o discurso e a *persona* de Camarate nas quatro categorias, pois, como uma das características da crônica consiste em ser um gênero “ao rés-do-chão”, em cada um de seus textos o autor se atém a um aspecto diferente do Arraial, o que possibilita esta variedade de análises de seu olhar sobre o outro e acerca do espaço.

Ao lermos o excerto abaixo sob a tipologia do turista, por exemplo, observamos como o cronista se atém às características geográficas e do ambiente do Arraial:

¹²² RIANCHO, 1985, p. 163.

¹²³ ÁVILA, 2008, p. 71.

¹²⁴ ÁVILA, 2008, p. 72.

¹²⁵ ÁVILA, 2008, p. 71.

enveredamos por uma rua extensíssima, muito larga, muito parecida com alguns caminhos de certas povoações da África Ocidental. Umas casas muito humildes com aparências de cubatas e, nos intervalos das casas, longos muros de barro vermelho, assombreados por árvores frutíferas. Mas tudo aquilo muito limpo, muito alinhado e sempre da mesma forma e com o mesmo encanto se chega a Belo Horizonte; “um belo horizonte; na realidade”!¹²⁶

Outra possibilidade consiste em abordar seus textos tendo por foco a demarcação de fronteiras, como, por exemplo, no fragmento que se segue, em que Camarate analisa as celebrações religiosas locais colocando em questão de sua própria identidade:

[...] com uma pompa natural e espontânea, muito de ver-se e admirar-se. [...] era sobretudo de um efeito imponente e comovente, pelos milhares de velas que a acompanhavam e que, na cauda do préstito, formavam um grande foco luminoso, que parecia lutar, com vantagem, com o esplêndido luar que iluminava aquela noite.¹²⁷

Como um estrangeiro (e ainda por cima português) a trabalhar no processo de demolição/construção da nova cidade, podemos ler as crônicas de Camarate a partir da tipologia da colonização, como nesta apreciação da arquitetura do interior da Igreja Matriz do Arraial:

por dentro, tem poucas pinturas, e essas suponho que sejam más, e digo “suponho”; porque a sanha e vandalismo dos restauradores foi tão grande, nos princípios deste século, sobretudo no Estado de Minas, que é muito possível que, por debaixo daquelas pastadas infrenes dos restauradores, haja obras-primas da pintura; fato que se dá particularmente em Mariana, Ouro Preto e em outras localidades deste Estado.¹²⁸

Por fim, a quarta e última relação de Camarate com seu objeto configura-se na relação *fantasmática*, que consiste em uma análise de discurso que percebe a construção da imagem do outro não por uma experiência concreta e sim com a projeção do ideal do narrador. Nesta categoria, o estrangeiro olha para seu objeto negando-o, no caso da análise de Ávila negando a condição humana do mesmo, no caso desta pesquisa Camarate nega o que era mais caro naquele momento: a civilização moderna. Portanto, mais uma vez para justificar o projeto de construção de uma cidade-capital naquele

¹²⁶ RIANCHO, 1985, p. 33-34.

¹²⁷ RIANCHO, 1985, p. 38.

¹²⁸ RIANCHO, 1985, p. 37.

momento de transição da monarquia para a república no Brasil, nada mais pertinente que negar a civilização moderna no Arraial classificando-o como selvagem. Como se pode observar no trecho abaixo citado pelo cronista português sobre o processo de demolição do Arraial,

fitam os olhos sobre nós, não só todos os brasileiros como todos os povos do mundo; visto que uma cidade e demais uma cidade destinada a ser a capital de um Estado do florescente como o de Minas, erguida sobre um solo nu e simplesmente desbravado, é acometido de que só se vangloriam os Estados Unidos da América do Norte e a República Argentina.¹²⁹

A aplicação das categorias propostas por Myriam Ávila na análise das crônicas de Alfredo Camarate teve como objetivo distinguir os aspectos sociais, culturais, políticos e psíquicos no discurso do português sobre este processo de demolição do arraial e a construção da nova cidade. Parte dessa reflexão se insere no contexto da transição monarquia para a república, mas também em um diálogo latente com um discurso pós-colonial, tendo em vista que parte de um arquiteto português que trabalha na comissão encarregada de construir uma nova capital para Minas Gerais. Tal projeto da construção da nova capital estava inserido justamente em um contexto da modernidade vivida nos grandes centros europeus na segunda metade do século XIX e que chegava ao Brasil com o lema do progresso como missão, condição essa presente no próprio discurso republicano brasileiro dualista da ordem e progresso. Portanto, podemos observar nas crônicas de Camarate momentos de atração/repulsa em relação ao Arraial. Por esta razão utilizamos como referencial o estudo de Myriam Ávila, que montou a sua *Tipologia do Encontro*, com a proposta de analisar a

[...] negociação em jogo, no encontro com o estrangeiro, que possam servir de parâmetro para o estudo de relatos de viagem e da representação do forasteiro na ficção. Essa reflexão faz parte de uma pesquisa sobre o discurso sobre o colonialista no Brasil e sobre as condições que presidiram a um possível discurso pós-colonial. Ao se descreverem os mecanismos subjacentes aos vários graus de aproximação do radicalmente outro, busca-se efetivar uma contribuição contemporânea sobre a alteridade.¹³⁰

¹²⁹ RIANCHO, 1985, p. 187.

¹³⁰ ÁVILA, 2008, p.79.

Com isso finalizamos este primeiro momento de apreciação crítica das crônicas de Camarate, de modo a preparar terreno para o próximo capítulo, no qual serão ressaltadas “as condições pelas quais se opera a transformação do fato literário em fato social”.¹³¹

¹³¹ LIMA, 2002, p. 663.

CAPITULO III
POR ENTRE ESCOMBROS, LETRAS E MEMÓRIAS: BELO HORIZONTE
EM IMAGENS E MEMÓRIAS LITERÁRIAS.

3.1. O cronista-narrador por entre as fronteiras da história, memória, rastros e restos

As crônicas de Alfredo Camarate sobre o início do processo de demolição do Arraial do Belo Horizonte para a construção da nova capital de Minas propiciam um diálogo profícuo com conceitos originários do campo da História, tais como os de memória, rastro e resto. Para darmos início a essa aproximação propomos o contato dos textos de Camarate com as reflexões de Walter Benjamin a propósito das noções de história e narrador. Contudo, antes disso, se faz necessário observar as crônicas de Camarate como sendo pertencentes à modalidade das crônicas de viagem. Feita essa caracterização, trataremos em um primeiro momento das questões levantadas nos relatos do viajante Camarate para, em seguida, analisar esse discurso sob o prisma benjaminiano.

Ao chegar ao Arraial, Camarate sinaliza alguns aspectos do local que lhe chamaram a atenção, evidenciando traços de suas jornadas por outros locais da Europa, África e Brasil. Na passagem abaixo, o autor inicia seu relato a partir de uma consideração sobre o transporte ferroviário que, segundo terceiros,

Diz[-se] que as estradas de ferro mataram a poesia das viagens. Eu, que conheci a poesia da traquitana, da sege, do churrião a da mala-posta, lanço este suposto assassinato na verba-tempos da mocidade, primavera em que todas as flores são viçosas e perfumadas, em que todas as mulheres são anjos e arcanjos de formosura, em que as mais turvas e limosas águas se nos afiguram límpidas e cristalinas; primavera, em que todos os pássaros cantam e gorjeiam, mesmo quando se desplumam na muda; estação em que tudo é diáfano, suave, cambiante e cor-de-rosa! [...] No Brasil, digam o que disserem os pessimistas, é fácil viajar por estradas de ferro e, se as viagens entre nós não são tão agradáveis como poderiam ser, não é das perspectivas diretoras que provém o mal; mas sim da invencível inércia do nosso povo que nem a mira no ganho e no interesse anima; fatal falta de iniciativa, que transforma todas as estações de ferro em desertos; quando, em todos os países, elas são os seus verdadeiros oásis!¹³²

Nesse trecho, extraído da crônica que abre a coletânea de textos da seção “Por entre Montes e Vales” em 14 de março de 1894, é possível observar elementos característicos da narrativa de viagem, como o autor se propondo a narrar desde o meio

¹³² RIANCHO, 1985, p. 26.

de transporte que utilizou para chegar ao local, passando por aspectos da paisagem como a vegetação e os animais, finalizando com exposição de aspectos das pessoas e da sociedade. A primeira questão que chama nossa atenção é o modo como Camarate reflete acerca do fato de que “estradas de ferro mataram a poesia das viagens”. A referência às ferrovias remete diretamente à industrialização e à aceleração do tempo promovidas pela Revolução Industrial, que impôs uma nova dinâmica econômica e social na sociedade ocidental a partir da segunda metade do século XIX. Ao abordar essa questão, Camarate parece lançar um olhar lírico e nostálgico a ela ao evocar um tempo mais lento em que era possível observar os detalhes do mundo com mais calma. Na sequência da citação exposta acima, o cronista lança mão de sua condição de estrangeiro para tecer observações sobre o Brasil, como ao mencionar que a dificuldade de se viajar pelas estradas de ferro brasileiras se deve mais à inércia da população local, posicionando-se como um colonizador a falar de um povo colonizado a que falta familiaridade aos hábitos civilizados. A nosso ver, esse olhar sobre o Brasil apresentado por Alfredo Camarate se enquadra no seguinte comentário de Alfredo Bosi, segundo o qual “a nação brasileira é – enquanto terra de escravos – uma nódoa no cenário feito de ondas de luz, verdes matas, céu de anil. E o *retinir dos ferros do cativo* destoa da *imensa orquestra*, é um *som discorde e vil*.”¹³³

Dessa maneira, ao considerar que essa natureza rica e plácida é ocupada por um povo inerte e sem ambição, consequentemente fadado ao fracasso, o olhar lançado por Camarate se mostra como reflexo de uma junção de estigmas criados pela elite oligárquica no Brasil e de alguns pensadores europeus da segunda metade do século XIX. Assim, aos olhos desse estrangeiro, o progresso promovido pela Revolução Industrial, que resultou na ascensão de nações da Europa e dos Estados Unidos da América, destoava da realidade vivida na América do Sul, configurando um período que Alfredo Bosi, em *Dialética da Colonização*, chama de “Sob o signo de Cam” em analogia à passagem bíblica sobre Cam. Nessa passagem no Antigo Testamento, Cam, após se desentender com seu pai, Noé, é amaldiçoado, e passa a ser escravo para o resto de sua existência, sendo essa maldição estendida aos seus descendentes, que formariam os povos da África em países que correspondem atualmente à Etiópia, Núbia e Somália. Assim, de acordo com o crítico, os dogmas do imperialismo racial elaborados pelos

¹³³ BOSI, 1992, p. 247.

teóricos europeus do século XIX se difundiram na sociedade brasileira da época, embasando a ideia de que os brasileiros seriam um povo condenado à servidão por conta da sua inércia, legitimando assim olhares como o de Camarate. Somente com a abolição da escravidão e a chegada do ideário republicano que daria a sensação de dar condições para que se propusesse a romper com a lógica senhorial da monarquia no Brasil, de modo a criar uma nova dinâmica social, cultural e econômica no país. Ainda segundo Bosi, estéticas como o Romantismo validaram estereótipos como esse sobre o povo brasileiro, que só passaria a ser questionado na literatura por escritores como Lima Barreto. Ao analisar a abolição, o crítico propõe que a sociedade brasileira produz imagens de si para si e para os outros em um movimento dialético que se dá em duas direções, como explicitado na citação abaixo:

O Treze de Maio não é uma data apenas entre outras, número neutro, notação cronológica. É o momento crucial de um processo que avança em duas direções. Para fora: o homem negro é expulso de um Brasil *moderno*, cosmético, europeizado. Para dentro: o mesmo homem negro é tangido para os porões do capitalismo nacional, sórdido, brutesco. O senhor liberta-se do escravo e traz ao seu domínio o assalariado, migrante ou não. Não se decretava oficialmente o exílio do ex-cativo, mas este passaria a vivê-lo como um estigma na cor de sua pele¹³⁴.

Dessa maneira, o olhar do outro que se configura nos relatos de viagem, em que um estrangeiro observa a realidade social e seus sujeitos como objeto de conhecimento, passa a ser uma constante na literatura do e sobre o Brasil, particularmente no período entre os séculos XVI e início do XX. A partir disso, ao situarmos os diários de viagem de Alfredo Camarate na tradição literária mencionada por Bosi, consideramos que esses se configuram como uma mirada para dentro. Esse modo de observar, que visava a auxiliar na escrita de uma narrativa para o Brasil do século XIX, ao enfatizar menos as transformações que as contradições, favoreceu a construção de estereótipos. Desse modo, podemos pensar nos romances e textos de viagem escritos por brasileiros e estrangeiros durante esse período como esforço em construir uma tradição cultural original e originária, erigida a partir do nada, tal

como “eternos Adãos” que parecem se definir escritores e estudiosos no Romantismo brasileiro. Caberia a eles nomear, classificar o que diferenciaria a sua literatura nacional de outras. E, estabelecido o

¹³⁴ BOSI, 1992, p. 272.

marco inaugural, o destino da produção cultural que a ele se seguisse seria repeti-lo sem cessar, apenas “desenvolvendo” o que aí já se achasse “em embrião”. Ou segundo acertada observação de Antônio Candido: “resultaria uma espécie de espectrograma em que a mesma cor fosse passando das tonalidades esmaecidas para as mais densamente carregadas, até o nacionalismo triunfal dos indianistas românticos.” A pesquisa da origem, no caso desses primeiros românticos brasileiros, significa, então, a busca de um *referendum* para o próprio ideário artístico. E a possibilidade, em meio a gêneses lineares – em que cor local e nacionalidade são as linhas mestras –, de erigir a própria produção em exemplo de realização, ponto de chegada neste traçado progressivo de abasileiramento. E se os traços distintivos de tal singularidade literária são a descrição da natureza tropical, a seleção de heróis particularmente marcados por sinais de honradez e brasilidade, a reafirmação de uma unidade nacional, qualquer obra passada ou contemporânea que escapasse, em maior ou menor medida, a tal delimitação teleológica, seria excluída, sem maiores pesares, da cadeia quase familiar de filiações a uma “origem solene” recém-fabricada¹³⁵.

Em suma, essa busca pela origem se apresenta como uma possibilidade de inventar um passado e reelaborar o presente, como no caso do uso das crônicas de Camarate por Abílio Barreto em suas obras sobre a história antiga e média de Belo Horizonte, em que os relatos do cronista auxiliam Barreto na construção de uma tradição histórica e memorialística para a capital. O argumento maior de Barreto consiste em traçar uma origem para Belo Horizonte que auxilie na construção de uma tradição para a cidade com poder de convencimento e valoração de um passado. Portanto, nada mais pertinente que utilizar as crônicas de Camarate que, com seu olhar estrangeiro, valoriza a construção da nova capital como um rito da modernidade trazido pela República para o Brasil. Além disso, o olhar do português para o cotidiano confere vida aos habitantes do arraial, colocando o leitor em contato com o local, como se estivesse ao lado destas pessoas. Tal constatação salta aos olhos quando confrontarmos os escritos de Camarate com os documentos administrativos e textos literários da época, gesto que possibilita uma leitura historicamente contextualizada da narrativa de Camarate.

Cabe aqui lembrar o caráter híbrido da crônica, que transita entre a literatura e o jornalismo, trabalhando prioritariamente com temáticas do cotidiano de modo a estabelecer um índice comum em relação ao público leitor. Consideramos que esse recurso é bem utilizado por Camarate em suas crônicas sobre o Arraial, pois o autor, em seus textos, aborda desde as ruas e vielas, passando pelas casas, hotéis, a hábitos

¹³⁵ SÜSSEKIND, 1990, p. 17.

alimentares, culturais e religiosos dos habitantes do local. Faz-se interessante, aqui, estabelecer uma analogia entre o cronista e a figura do narrador, pois, de acordo com a afirmação de Walter Benjamin,

a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos. A figura do narrador só se torna plenamente tangível se temos presentes estes dois grupos.¹³⁶

A nosso ver, esse diálogo se mostra produtivo quando aplicado ao caso do trabalho de Alfredo Camarate, visto que esse, ao mesmo tempo em que registra o cotidiano do Arraial com sua leitura do espaço, também dialoga com moradores locais, como no trecho abaixo, em que comenta sobre o bócio dos habitantes mediante apresentação de uma poesia jocosa sobre esta enfermidade:

O papo p'ra ser bonito
Tem de ser de três caroços;
Um de lado, outro do outro
E um no meio do pescoço.¹³⁷

Este narrador que observa o cotidiano do arraial, projetando sobre esse a construção da nova cidade, promove movimentos de aproximação e repulsa com o espaço em que se encontra ao recolher para seu texto fragmentos do cotidiano local. A pesquisadora Marcelina de Almeida, em seu artigo intitulado “Por entre Montes e Vales – um relato de viagem”,¹³⁸ propõe a leitura e a análise das crônicas de Camarate publicadas no jornal *Minas Gerais* como produto histórico carregado de características do gênero conhecido como relato de viagem. Conforme propõe Almeida, o texto de Camarate está em sintonia com os relatos de viagem produzidos na época por autores como Saint-Hilaire, Agassiz, Rugendas, Maria Graham, John Mawe, Debret e Eschwege, dentre outros viajantes que atravessaram o Brasil ao longo dos séculos XVIII e XIX. Como bem analisa a pesquisadora, as crônicas de Camarate trazem à tona um discurso que se apresenta como

mistura da ciência com a dimensão divina da natureza, a visão dramática que envolve as questões mundanas e sobrenaturais e o conflito do indivíduo com o mundo, ou seja, elementos importantes do

¹³⁶ BENJAMIN, 1994, p. 198.

¹³⁷ RIANCHO *apud* FRIEIRO, 1985, p. 21.

¹³⁸ ALMEIDA, 2012.

movimento romântico, especificamente, do romantismo alemão marcam a literatura de viagem. Alfredo Camarate, português de nascimento, educado dentro dos padrões britânicos, escreveu 54 (cinquenta e quatro) crônicas acerca de sua estadia no Arraial do Belo Horizonte, no momento em que se estabelecia e consolidava a construção da nova capital de Minas Gerais. Embora não tenham sido redigidos com a expressa conotação de relato, os escritos de Camarate emergem como literatura de viagem clássica do século XIX, na medida em que reforçam mitos e estigmas e aponta para elementos comuns a estes relatos e permite enxergar uma cidade, ainda embrionária, na visão de um estrangeiro.¹³⁹

Conforme essa chave de leitura, vemos um Alfredo Camarate viajante a perceber o espaço onde transita na crônica “Por Montes e Vales”, publicada em 21 de março de 1894, em qual relata sua viagem de Sabará a Belo Horizonte da seguinte maneira:

Enveredamos por uma rua extensíssima, muito larga, muito parecida com alguns caminhos de certas povoações da África Ocidental. Umas casas muito humildes com aparências de cubatas e, nos intervalos das casas, longos muros de barro vermelho, assombreados por árvores frutíferas. Mas tudo aquilo muito limpo, muito alinhado e sempre da mesma forma e com o mesmo encanto se chega a Belo Horizonte; “um belo horizonte; na realidade”!¹⁴⁰

Esse trecho do texto de Camarate nos permite observar como as experiências que o autor carrega contribuem para a construção imagética do espaço do Arraial, como ao se referir a “povoações da África Ocidental” para delinear certo ar agreste ao trajeto e à natureza que encontra em seu caminho. No entanto, pode-se observar inserido nesse discurso o cuidado de Camarate, como membro da CCNC, em tratar do termo “Belo Horizonte”, pois esta é a primeira crônica do português no arraial e nela o autor já se refere ao “belo horizonte” que se projetava com a chegada da comissão e seu projeto para este espaço. A nosso ver, essa narrativa de viagem remete à análise proposta por Almeida, que afirma

[ser] possível identificar em seu discurso todos os elementos de encantamento diante da paisagem, próprio da retórica romântica do século XIX, bem como o deslumbramento com a tecnologia e a modernidade marcante deste período: a máquina, o trem de ferro, como elemento catalisador de uma nova concepção de civilização e mundo¹⁴¹.

¹³⁹ ALMEIDA, 2012, p. 3.

¹⁴⁰ RIANCHO, 1985, p. 33-34.

¹⁴¹ ALMEIDA, 2012, p. 05.

Ao mesmo tempo em que era um forasteiro no Arraial, Camarate se familiarizava com o cotidiano dos moradores, a ponto de comentar sobre os hábitos religiosos e alimentares da população. A questão da aproximação e repulsa de Camarate em relação a esse Arraial se mostra recorrente nas crônicas, pois ao mesmo tempo em o autor se insere no lugar, em certos momentos se desloca para fora. Desse modo se torna latente nas crônicas do arquiteto português a busca do autor por temas que chamem a atenção do leitor e que estejam, ao mesmo tempo, atrelados ao discurso do projeto ao qual Camarate se vinculava. Em seu diálogo direto com seus leitores, fazia referências a suas viagens e vivências no exterior, colocando-se no papel de cronista estrangeiro que estava ali “de passagem”, apenas transmitindo suas impressões ora para valorizar as virtudes ora para depreciar o Arraial e seus moradores. Como vemos abaixo,

Um fazendeiro abriu um hotel, a instantes rogos de seus amigos e mantém-o, com a independência de quem está fazendo um favor a seus hóspedes; os proprietários de prédios, a muito custo, caíram a fachada dos seus modestos casebres e, para que se veja como aqui se faz errada idéia do que são as exigências da higiene e do moderno *confortable*, basta dizer que são raríssimos os quartos de cama que tenham, por soalho, outra coisa que não seja a vermelha terra da localidade, molhada e batida, por processos absolutamente primitivos.¹⁴²

Ainda nesta linha da crônica de viagem, Camarate assim complementa suas considerações em torno do clima e alimentação no arraial:

A julgar pela quantidade que ingiro de alimentos, o clima de Belo Horizonte deve deixar a perder de vista o da Sicília, de Nice ou da Madeira! Ao almoço, temos: feijão, arroz, carne-de-vento, e às vezes, fresca, batatinhas fritas e café! [...] Ao jantar, em compensação, temos: feijão, arroz, carne-de-vento, e às vezes carne fresca, batatinhas fritas e café! [...] Para que se faça idéia do pouco que este povo se preparou, para receber este luzido exército de hóspedes, basta dizer que o pão é fabricado por uma família, que se dedica a ganhar regulares somas de dinheiro com intermitências nos fornecimentos e exclusivamente por dedicação e favor.¹⁴³

Nos dois trechos destacados acima podemos observar justamente essa questão do dentro e do fora como objeto dessa dinâmica de aproximação e repulsa que ocorre sob o prisma do universo europeu, mundo do qual Camarate fazia parte e o qual agradava a elite a brasileira da época, que via nesse o modelo de civilização a ser

¹⁴² RIANCHO, 1985, p. 35.

¹⁴³ RIANCHO, 1985, p. 36.

seguido. Assim, podemos dizer que a narrativa do cotidiano feita por Alfredo Camarate se apresentava como sendo diplomática ao valorizar algumas características locais tendo como referência elementos externos, pois ao mesmo tempo em que o cronista relata a precariedade das instalações dos hotéis e restaurantes, estas se contrapõem à qualidade da comida. Outro aspecto interessante desse trecho é a mentalidade do consumo promovida pelo capitalismo na Europa do século XIX que ainda não havia chegado ao Arraial. Novamente aqui vemos o olhar estrangeiro impregnado da dinâmica colonizador-colonizado, em que aquele vê na falta de ambição deste uma inércia perante a vida moderna que batia à porta daquele local. Retomamos outra vez os comentários de Marcelina Almeida na citação que se segue, de modo a reiterar o caráter documental das crônicas de Camarate para propor a análise das mesmas como documento histórico produtivo do momento de demolição do Arraial para a construção da Cidade de Minas.

Através da narrativa de Camarate é possível perceber a ambigüidade do projeto, a ambigüidade do lugar, a ambigüidade que, certamente, permeou o cotidiano do povo do lugar que se viu despojado, desalojado, impedido de participar das decisões que culminaram na demolição do arraial e na construção da cidade, mas que não tiveram outra alternativa senão conviver com toda a tragédia e glória que personificou a construção da nova capital de Minas Gerais.¹⁴⁴

A ambigüidade a que Almeida chama a atenção se mostra encoberta na constituição da narrativa de Camarate, como podemos observar na crônica publicada em 01 de abril de 1894. No texto desse dia, Camarate apresenta seu olhar estrangeiro sobre a população de modo mais ácido, questionando a mentalidade do povo brasileiro, tomando os habitantes do arraial como metonímia daquele ao refletir sobre despreparo dos mesmos para receber os membros da CCNC, suas famílias e outras pessoas interessadas na especulação e nas oportunidades de todo o tipo que o projeto da nova capital possibilitava.

Hão de passar dois, três séculos, sobre o povo brasileiro; as conquistas da sua civilização hão de leva-lo ao mais elevado grau de povos cultos, e o brasileiro, por entre o grande número de suas ótimas qualidades, ainda há de conservar o arraigado vício da imprevidência! Se não fosse essa secreta e inexplicável proteção da Providência; que é do melhor tom chamar agora o Acaso. [...] Essa fatal amenidade de clima; essa contraproducente uberidade de nosso solo, inspirou-nos exagerada confiança nos recursos naturais da mãe-pátria. O “Deus

¹⁴⁴ ALMEIDA, 2012, p. 13.

dará”, frase que provem mais do fatalismo árabe do que da nossa piedade cristã, resolve, ou supõe-se resolver, todas as dificuldades da vida; sem nos lembrar que é o “Deus dará”, que nos leva à ruína e à casa de penhores; à perniciosíssima improvidência, com que olhamos para o nosso futuro e para os dos nossos filhos; à confiante inação, diante dos perigos internos e externos da nação; a todos os perigos, enfim; porque o nosso “Deus dará” é aplicado tanto às questões comerciais como às de higiene, a todas as ameaças sociais, a todos os perigos políticos nacionais ou internacionais; porque o “Deus dará” é panaceia para todas as enfermidades, como certos remédios de Ayer, e garante de todos os males, mesmo os do “veneno” que se não cura com triaga¹⁴⁵!

Assim, Camarate exemplifica a cultura local inserida em um contexto mais amplo, a cultura brasileira. Retomando ainda a mentalidade e a cultura local, mas agora no terreno da religiosidade, Camarate assim se refere às celebrações da Semana Santa:

[...] uma coisa não se pode negar ao povo de Belo Horizonte: é a sinceridade das suas crenças. O que nas outras terras católicas é carolice, aqui é o preto leal, culto verdadeiro e fervoroso, homenagem despida de lantejoulas, que muitas vezes transformam as festas do culto sagrado em apoteoses cenográficas dotadas de mágica!¹⁴⁶

Essa leitura do outro, proposta por Camarate, pode aqui ser vista como um documento rico para a memória social, tanto para uma análise histórica como para crítica literária. Sobre o primeiro campo, Marcelina de Almeida conclui que

[o] relato de Camarate é precioso, [pois] conta uma história que poderia ter sido permitida, a memória daqueles que viveram no Arraial do Belo Horizonte e que, poderia ter sido silenciada. As narrativas de Camarate, algumas delas carregada dos preconceitos, das visões estereotipadas clássicas de sua época, nos permitem um confronto com o passado do arraial, com o passado da Capital e a redescoberta do personagem, Camarate, como um personagem ímpar neste capítulo da história da capital.¹⁴⁷

A partir dessa apreciação, propomos um diálogo das crônicas de Camarate com a reflexão sobre o conceito de história, tal como pensado por Walter Benjamin quando o mesmo afirma que “o cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia

¹⁴⁵ RIANCHO, 1985, p. 40.

¹⁴⁶ RIANCHO, 1985, p. 42.

¹⁴⁷ ALMEIDA, 2012, p. 15.

aconteceu pode ser considerado perdido para a história”.¹⁴⁸ Partindo dessa proposição benjaminiana, analisaremos o *corpus* dos textos do cronista português tendo em vista a junção de história e espaço, de modo a explorar as relações entre a demolição do Arraial com o discurso do progresso que, inevitavelmente, caminha para a ruína, sem descuidar dos vínculos de cotidiano, memória e história como construções individuais e coletivas.

Em sua leitura da topografia e a arqueologia do tempo na obra de Walter Benjamin, Marcio Seligmann-Silva afirma que

a tradução das ruínas e fragmentos da História que se transformam em imagens da memória e são reunidos/traduzidos em montagens de citações numa espécie de reescritura barroca do tempo – tende para uma *espacialização* do temporal. Em Benjamin, o tempo é explodido; só restam as ruínas onde a memória passa a habitar.¹⁴⁹

A nosso ver, esse mapeamento espacial é feito e descrito por Camarate, pois o cronista, ao descrever o Arraial, afirma que

em Belo Horizonte tenho feito sempre o que fiz em todos os pontos que tenho visitado: sigo pelas ruas, travessas e praças ao acaso, colhendo, na inesperada variedade de episódios que o acaso me proporciona, muito melhor e proveitoso ensinamento [...] ¹⁵⁰

Desse modo, parece-nos produtivo ler as caminhadas de Camarate a partir da escrita memorialística dos espaços proposta por Benjamin, seja como exercício de topografia que visa a uma montagem feita com cacos da história. No presente caso, entendemos que crônicas publicadas em jornais, por seu caráter a princípio efêmero, podem vir a se tornar documentos de história e cultura ao serem lidas mediante uma perspectiva histórica de matriz benjaminiana.

A partir dessa proposta, consideramos que o trabalho de cronista de Camarate dialoga diretamente com o Gabinete Fotográfico da CCNC, departamento criado para registrar os trabalhos da comissão e do qual Camarate fez parte – assunto ao qual nos ateremos mais detidamente adiante. O referido Gabinete foi criado oficialmente pelo Estado com o objetivo de registrar imagens do espaço a ser destruído e do novo espaço que seria construído. Assim, a CCNC faria um trabalho institucional e

¹⁴⁸ BENJAMIN, 1994, p. 223.

¹⁴⁹ SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 404.

¹⁵⁰ RIANCHO, 1985, p. 34.

simultaneamente memorialístico de congelamento do tempo, registrando o passado e o presente em fotografias. Simultaneamente, Camarate também realizava seu trabalho de guardião da memória por meio do registro textual, construindo leituras do Arraial a partir de suas experiências. Portanto, pensar esta confluência entre as “Cenas Literárias” de Camarate e as “Cenas Fotográficas” da CCNC permite, a nosso ver, ampliar a leitura do processo de demolição do Arraial e de construção da nova cidade. Ao examinarmos as fotografias, vemos que essas geralmente apresentam as humildes edificações do lugarejo com os moradores locais misturados aos funcionários da Comissão. Posteriormente, em um segundo momento do desenrolar das obras, nota-se que a ênfase das imagens recai sobre a demolição/construção da nova cidade, enfatizando os pares tempo/progresso e ruína/redenção, como ilustra o comentário abaixo de Camarate:

fitam os olhos sobre nós, não só todos os brasileiros como todos os povos do mundo; visto que uma cidade e demais uma cidade destinada a ser a capital de um Estado do florescente como o de Minas, erguida sobre um solo nu e simplesmente desbravado, é acometido de que só se vangloriam os Estados Unidos da América do Norte e a República Argentina.¹⁵¹

Assim, ao ampararmos nossa leitura deste registro do cotidiano como um presente direcionado para o futuro nas reflexões de Benjamin sobre o passado/presente, vemos uma sucessão de imagens mutiladas e fragmentadas do espaço observado por Camarate e pelas lentes da CCNC. Este processo de imagens em imagens se aproxima bastante da passagem abaixo sobre o cinema, em que Seligmann-Silva afirma que

o tempo é congelado em imagens paralisadas: o seu decorrer só se dá aos trancos. O tempo é pulverizado e o movimento – signo máximo da imagem-movimento do cinema – é desmontado. Junto com o tempo, o espaço também só se manifesta sob forma de *ruínas*.¹⁵²

A citação acima traz uma noção fundamental para o conceito de história de Walter Benjamin, o qual permeia esta pesquisa, pois retomando o pensador alemão, consideramos que “articular historicamente o passado, conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo”.¹⁵³ Assim, como a ideia de reminiscência é um dos aspectos mais caros

¹⁵¹ RIANCHO, 1985, p. 167.

¹⁵² SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 413.

¹⁵³ BENJAMIN, 1994, p. 224.

do presente trabalho, trataremos as imagens percebidas, registradas e guardadas pelo cronista-narrador Alfredo Camarate em suas perambulações no Arraial do Belo Horizonte como sendo *ruínas* salvas do esquecimento justamente por um dos agentes encarregados de seu apagamento.

Desse modo, a história, vista do prisma proposto por Benjamin, teima em perceber e problematizar justamente as contradições do processo histórico. Assim, quando Camarate registra em suas crônicas o cotidiano do Arraial, ele finda por registrá-lo para a posteridade, mesmo que o objetivo principal de seus textos tenha sido o de apresentar imagens do arraial de modo depreciativo (e o foi, por muitas vezes), a simples menção desse espaço cria o seu *rastro*. Esta noção, cara à sociologia da história e da literatura, é extremamente importante para percebermos momentos de mudança, como no caso vivido por Alfredo Camarate no Arraial do Belo Horizonte. Para aprofundarmos a leitura desse conceito, recorreremos ao trabalho da filósofa Jeanne Marie Gagnebin,¹⁵⁴ de modo a observarmos como o texto de Camarate ajuda a estabelecer a conexão paradoxal entre o Arraial e a Nova Capital, pois mesmo com a demolição do primeiro, ele ainda reside, mesmo que de modo frágil, na nova cidade. Sobre este paradoxo entre o Arraial e a Nova Capital, a própria CCNC e os textos de Camarate proporcionam rastros que criaram esta conexão histórica. De acordo com Gagnebin,

[n]a tradição filosófica e historiográfica, o conceito de “rastro” é caracterizado por sua complexidade paradoxal: presença de uma ausência e ausência de presença, o rastro somente existe em razão de sua fragilidade: ele é rastro porque sempre ameaçado de ser apagado ou de não ser mais reconhecido como signo de algo que assinala.¹⁵⁵

Como dito anteriormente, o trabalho de registro burocrático da CCNC com relatórios, dossiês e fotografias, somado às crônicas de Alfredo Camarate, tinha por objetivo inicial registrar e propor uma desconstrução do Arraial. Entretanto, a documentação burocrática e os textos literários gerados por essas atividades criaram um acervo de informações que atua como rastro ligando o passado e o futuro no tempo presente. Tal paradoxo será recorrente no presente capítulo, visto que procuraremos compreender como o cronista narrou o presente do Arraial, de modo a projetar seu apagamento para o futuro, acabando por conservá-lo na memória.

¹⁵⁴ GAGNEBIN, 2012.

¹⁵⁵ GAGNEBIN, 2012, p. 27.

Um exemplo das lutas no campo da memória pelo controle do futuro, guardadas as devidas proporções, consiste no episódio citado por Camarate sobre a falta de zelo da CCNC com os corpos dos antigos posseiros do Arraial. Com o objetivo de criar uma nova edificação por sobre o então cemitério local, os restos mortais dos antigos moradores são arrancados de suas covas sem qualquer cuidado ou respeito, proporcionando um espetáculo de horrores mencionado por Camarate em sua crônica publicada em 23 de maio de 1894:

Há só uma coisa que me constrange e comove, no meio de toda esta lufa-lufa necessária, para fazer surgir, do nada, uma capital que deve trazer desde o nascedouro, todos os resultados benéficos das conquistas deste século – é que, de há dois meses para cá vejo enterrarem-se, numa cova que mal daria, em tamanho, para o corpo de um recém-nascido, cadáveres sobre cadáveres desenterrando-se crânios dos antigos posseiros, ainda trazendo pedaços de pele pregados ao osso, e isto acompanhado do nauseabundo cheiro de cadáveres mal curtidos, de profanações (que não outra coisa) com os crânios rolando pela terra onde todos pisam; essa terra que dá ingresso ao Templo de Cristo, que, entre todos os respeitos que pregou, também pregou o respeito pelos mortos! Parece que, em Belo Horizonte, a luta pela vida se prolonga, continua e emenda, na luta pela cova!¹⁵⁶

Essa talvez seja, no conjunto das cinquenta e quatro crônicas de Alfredo Camarate/Riancho, uma das mais emblemáticas no sentido do trabalho de apagamento físico e simbólico empreendido pela CCNC a cargo do Estado. O cronista-narrador que por vezes olha de fora para os habitantes do Arraial, colocando-se ironicamente a partir de preconceitos eurocêntricos, na passagem acima se constrange e comove com a luta pela vida que, segundo o autor, “se prolonga, continua e emenda, na luta pela cova”! Esta passagem dialoga diretamente com a reflexão a propósito dos *restos* e da luta pelo direito à memória, pois como menciona Gagnebin,

[a] observação, feita por Benjamin bem antes da existência dos campos de concentração, aponta para uma temática essencial, mesmo que pouco desenvolvida, na sua reflexão: a importância do túmulo, do respeito devido aos mortos (lembro que Benjamin anota criticamente o gesto pretensamente iluminista dos protagonistas das “Afinidades eletivas”, de Goethe, que não hesitam em remover túmulos para transformar um cemitério em jardim); nem os mortos, segundo a tese

¹⁵⁶ RIANCHO, 1985, p. 79-80.

VI, “Sobre o conceito da história”, estão em segurança diante da profanação do inimigo que não para de vencer.¹⁵⁷

Dessa maneira, ao analisarmos o trato da CCNC com o Arraial, percebemos que a comissão tinha por objetivo claro apagar os rastros que permitissem qualquer rasura no projeto civilizatório proposto para a nova cidade. Sob uma justificativa modernizadora, o olhar pejorativo registrado sobre o Arraial, além de ser intencional, que visava a valorizar e auxiliar na propaganda do projeto de construção da nova cidade, acabou por proporcionar, ao longo do tempo, o levantamento de questões sobre os ausentes da história, tal como propôs Benjamin em sua concepção historiográfica. Mais uma vez recorremos às reflexões de Gagnebin para explicitar em que consiste tal teoria:

[...] a historiografia crítica de Benjamin procura por rastros deixados pelos ausentes da história oficial (os oprimidos, *die Unterdrückten*), à revelia da historiografia em vigor e, também, por rastros de outras possibilidades de interpretação de uma imagem imutável dos acontecimentos e das obras do passado, tal como é transmitida pela tradição em vigor. Procuram por aquilo que escapa ao controle da versão dominante da história, introduzindo na epicidade triunfante do relato dos vencedores um elemento de desordem e de interrogação [...] Esses rastros são geralmente pouco visíveis num duplo sentido: não se destacam, não são os “traços dominantes de uma época”, como se costuma dizer, e também são muito mais detalhes que parecem aleatórios, restos insignificantes que, à primeira vista, poderiam e deveriam ser jogados fora.¹⁵⁸

Assim, Belo Horizonte trazia consigo o estigma de uma modernidade excludente que tentou se apropriar do discurso histórico de modo a reescrevê-lo conforme sua ideologia. Para concluirmos este tópico, consideramos válido citar o trecho de uma crônica de Camarate que apresenta as contradições vividas durante a marcha do progresso para a demolição-construção da cidade:

Construímos é verdade, uma capital para os filhos do Estado de Minas; mas esses mineiros igualmente filhos da República dos Estados Unidos do Brasil e são, além dessas duas desvanecedoras filiações, filhos do século das luzes ou, talvez antes, do século XX, que se lhe segue; porque só para essa época é dotada de todos os recursos, com que a pretendem enfeitar. A criação de uma capital

¹⁵⁷ GAGNEBIN, 2012, p. 28-29.

¹⁵⁸ GAGNEBIN, 2012, p. 33.

nova traz, portanto, pesadíssimos encargos para os mineiros e refiro-me aos encargos morais e não econômicos¹⁵⁹ [...]

3.2. Belo Horizonte: a cidade sob o estigma da modernidade

Nascida sob a égide da modernidade, a cidade de Belo Horizonte guarda em seus projetos arquitetônicos e documentos arquivísticos várias possibilidades de abordagens de seu processo de construção. A nova capital de Minas Gerais carrega em sua gênese intensas relações de disputas de forças desde antes de sua origem, começando pela disputa política entre os chamados “mudancistas” e os “não mudancistas”. Contudo, vale ressaltar que a construção de Belo Horizonte representava, naquele momento a chamada aventura da modernidade,¹⁶⁰ noção desenvolvida pela historiadora Letícia Julião que, de acordo com a autora, descreve o fato de que “não apenas se edificava uma capital, [mas] também se buscava construir a República brasileira recém-instalada. Ambas as obras partilhavam de um código comum, eram expressões de um desejo de renovação da sociedade”.¹⁶¹

Para ampliar a leitura deste momento veloz e complexo que se exhibe nas crônicas de Camarate, trataremos das relações entre a modernidade e a cidade. Para tanto, citamos um trecho do cronista que faz menção a essas duas noções:

Fitam os olhos sobre nós, não só todos os brasileiros como todos os povos do mundo; visto que uma cidade e demais a mais uma cidade destinada a ser a capital de um Estado florescente como o de Minas, erguida sobre um solo nu e simplesmente desbravado, é cometido de que só se vangloriam os Estados Unidos da América do Norte e a República da Argentina. [...] Em tais condições, nenhum dos fatores que constituem uma grande cidade moderna pode ser esquecida e teremos, além de praças grandes e elegantes, ruas extensas e largas, canalizações de todo o gênero, jardins, teatros, etc. e, como a escultura não possa ser excluída dentre esses fatores, por que é que não havemos de ter, logo desde princípio, uma estátua?¹⁶²

¹⁵⁹ RIANCHO, 1985, p. 166.

¹⁶⁰ Termo cunhado por Marshall Berman em seu clássico *Tudo que é sólido desmancha no ar* (BERMAN, 1986).

¹⁶¹ JULIÃO, 1996, p. 50.

¹⁶² RIANCHO, 1985, p. 167.

No discurso de Alfredo Camarate, na expressão “fitam os olhos sobre nós”, podemos visualizar duas questões proeminentes: a primeira faz referência às cidades de Washington, nos Estados Unidos, e La Plata, na Argentina, como referências urbanas a serem seguidas como glórias de civilização. Já a segunda faz menção aos fatores que compõem uma cidade dita moderna, como suas ruas largas, canalizações, jardins, teatros e esculturas, no caso estátuas. Nesse caso, chamaremos a atenção para a questão da modernidade vivida no Brasil ao final do século XIX, particularmente nos centros urbanos a partir da remodelação das urbes e dos seus habitantes nos planos físico e simbólico. Como dito anteriormente, a cidade passa a ocupar papel de destaque na literatura, particularmente nas últimas décadas do século XIX, sendo esse momento diretamente ligado à transição da monarquia para a república. Os republicanos, por sua vez, viam na cidade moderna uma vitrine para seu governo, portanto, um estado como Minas Gerais não poderia abrir mão de ter uma cidade-capital alinhada com o ideário moderno daquele momento, mesmo que esse viesse carregado das ambiguidades que a modernidade trazia consigo. Assim, uma das questões mais latentes da modernidade brasileira se originou de uma aceleração do tempo.

Em seu artigo “Escovando a história a contrapelo: a desaceleração da modernidade em Walter Benjamin”,¹⁶³ o crítico Georg Otte propõe a desconstrução da noção de modernidade pelo prisma benjaminiano a partir de uma crítica da questão de tempo engendrada pelas novas tecnologias criadas pela Revolução Industrial. A aceleração do tempo é uma questão pertinente para se pensar o impacto da construção de uma nova cidade no prazo de quatro anos, pois apenas no contexto da modernidade um projeto como esse seria possível, pois, conforme nos lembra Otte,

[é] quase uma trivialidade afirmar que a modernidade consiste numa aceleração generalizada dos processos de produção, de deslocamento e de comunicação. Nesse sentido, a máquina a vapor não apenas tornou-se um ícone da Revolução Industrial por ter substituído o trabalho humano, mas também por ter revolucionado a velocidade com a qual as mercadorias passaram a ser produzidas e transportadas e à qual as pessoas eram obrigadas a se adaptar, seja na operação das máquinas, seja pelas mudanças sociais geradas por elas.¹⁶⁴

¹⁶³ OTTE, 2011.

¹⁶⁴ OTTE, 2011, p. 63.

A fim de ilustrar o discurso da modernidade presente nas crônicas de Alfredo Camarate, faz-se pertinente retomar alguns trechos em que o progresso se apresenta na metáfora da estrada de ferro. No primeiro, o cronista, em sua viagem de ida para Belo Horizonte, afirma que “as estradas de ferro mataram a poesia das viagens”.¹⁶⁵ Contudo, logo adiante, o mesmo diz, em tom sentencioso, que “O silvo da locomotiva será o sinal de uma vida absolutamente nova para Belo Horizonte”.¹⁶⁶ Em outra crônica, Camarate se põe a discorrer sobre o relógio da torre da Igreja Matriz do Arraial e sua curiosa e recorrente falta de pontualidade, “o relógio da matriz de Belo Horizonte, animado do mais louvável espírito de classe, serve para que toda a população da localidade nunca saiba a que horas anda!”.¹⁶⁷ Nos dois primeiros trechos destacados podemos observar na fala de Camarate como a modernidade está alinhada ao progresso e é simbolizado pela estrada de ferro, que trará uma nova vida para Belo Horizonte. No terceiro, a modernidade está representada por uma ideia de tempo medida pela produtividade controlada pelo relógio. Nesse caso, o relógio não funciona como deveria, o que nos leva a pensar se, nesse caso, haveria algum resquício do discurso marxista na fala de Camarate quando esse faz menção às “classes dos relógios”, que nunca funcionam. Pelo momento em que vivia o Arraial, ao mesmo tempo dentro e fora da era industrial, a pontualidade não parecia consistir em uma mola da vida local. O tempo para a modernidade torna-se algo caro e, projetado no espaço do Arraial e da construção de Belo Horizonte, mais caro ainda, motivado pelo curto prazo de quatro anos para a conclusão dos trabalhos e inauguração da nova capital.

Nesse momento de tempos acelerados, podemos inferir que no Arraial esse tempo apressado pelo capital, que consiste na mola que dita o ritmo da modernidade, as desapropriações, desocupações e demolições das edificações de Belo Horizonte tenham ocorrido de modo célere e bruto. Lamentavelmente, não há muitos relatos sobre esse processo de preparação e planificação do espaço do arraial para receber por cima a nova cidade. Contudo, essa imposição de novos valores pela vida moderna auxilia a pensarmos sobre o silenciamento das pessoas, silêncio de experiências comunicáveis que, de acordo com Walter Benjamin, observa-se em períodos traumáticos como aqueles em que ocorrem guerras e catástrofes.

¹⁶⁵ RIANCHO, 1985, p. 26.

¹⁶⁶ RIANCHO, 1985, p. 73

¹⁶⁷ RIANCHO, 1985, p. 91.

A guerra é apenas a forma extrema dos “tempos modernos”, pois o indivíduo, principalmente o morador das grandes cidades, se encontra numa guerra constante contra um verdadeiro bombardeio de vivências no dia-a-dia. É o grande número de “choques” que impede a consolidação da “experiência”, mais exatamente da “experiência comunicável”. Cabe ressaltar que, no ensaio em questão, a comunicação consiste, antes de mais nada, no ato de a pessoa “verbalizar sua situação”, isto é, em sua função expressiva e representativa, conforme o modelo triádico de Karl Bühler. Ainda seguindo o mesmo modelo, a “função de apelo” seria secundária no caso da narrativa, ganhando importância somente com o surgimento da imprensa durante o século XIX. A mudez, portanto, não encontra suas causas apenas na guerra das trincheiras, mas numa série de outras vivências que, para “o frágil e minúsculo corpo humano”, se tornaram “incomensuráveis”, para usar outro vocábulo preferido do dicionário de Benjamin. Os acontecimentos superaram a capacidade de assimilação das pessoas, que têm que criar mecanismos de defesa para se proteger contra o excesso de estímulos da moderna vida cotidiana. Esse escudo de proteção, porém, é insuficiente no caso de alguns acontecimentos traumáticos que deixam marcas profundas que impossibilitam qualquer verbalização.¹⁶⁸

Tomando aqui as devidas proporções, podemos considerar a construção de Belo Horizonte como um momento traumático para os habitantes do arraial, visto que esses foram removidos de suas casas sem qualquer possibilidade de argumentação. Mesmo diante do número reduzido de testemunhos diretos dos habitantes do Arraial sobre esse processo, as crônicas de Camarate se apresentam como discurso dos agentes causadores desse processo traumático a partir do qual é possível ter uma visão (ainda que filtrada) dos acontecimentos. Assim faremos a contraposição de duas visões das desapropriações, a dos “vencedores” e a dos “vencidos”, uma feita por Camarate e a outra, por um italiano residente no Arraial. Destacaremos a transcrição de documento enviado pelo italiano Carlos Verlangieri¹⁶⁹ em 23 de setembro de 1894 ao engenheiro-chefe da CCNC, Aarão Reis, no qual é questionado o processo de desapropriação de sua casa que também era utilizada como ponto comercial.

TRANSCRIÇÃO¹⁷⁰

Ilmo. Senhore,
Doutor Aarão Reis
D. D. Chefe da comissão constructora

¹⁶⁸ OTTE, 2011, p. 64.

¹⁶⁹ Para mais detalhes sobre essa questão conferir o artigo “Na sombra da construção da Nova Capital de Minas: o documento indicador de um conflito” (OLIVEIRA, 2010).

¹⁷⁰ O documento original está sob guarda do Museu Histórico Abílio Barreto, registrado na CCDA03/008, no fundo da Comissão Construtora da Nova Capital.

Belo Horizonte,
Ilmo Senhores,

Estranhei hoje com uma intimação da policia a respeito da casa da nos locada ahi e que agora o senhor adequerio. Digo estranhei porque V.^a S.^a não ignora com certeza que depois dos actos de violências e arbitrariedades praticados no dia 29 de Junho a nossa firma commercial recorre a proteção do Governo Italiano.

E a prova mais evidente das suas arbitrariedades estão confirmadas hoje da o aviso da Policia de comparecer ahi amanha para dar a chave da Casa hoje propriedade do Estado. Com que direito então no dia 29 de junho o senhor mandou a penhorar as nossas mercadorias, violar selvajemente o nosso domicilio, nomeiar um depositario? O senhor não está vendo mesmo que intimação de hoje é a condemnação do que fez no dia 29 de junho?

Nascidos em um Paiz que deu a terra Colombo e ao céu Galilei; nascidos e educados em um Paiz que insignou as leis ao mundo, não receiamos novos actos de prepotência!

Porem sendo gente civilizada e ordeira cumunico-lhe que Sua Senhoria o Cônsul de Itália em Juiz de Fora com seu officio Nº 537 scientificou-me que Sua Exc.^a o Ministro de Sua Majestade Rei Humberto já tinha reclamado ao Governo de S. Exc.^o Marechal Floriano Peixoto – e com mesmo officio aconselha nos a esperar a resolução do Governo Federal para ver que convem de fazer o Governo da Italia. Tractando-se de uma questão delicadíssima hoje mesmo tenho passado telegramma ao Comsul para resolver o que eu tenho de fazer. Julgo que o senhor esperá 5 o 6 dias que será meu dever de comunicar-lhe da cavalheiro a resposta. Se assim quizer-lhe ficarei agradecido, senão quizer faça também o seu comodo porque tendo nos um prejuizo de muitos contos de reis por seus actos violentos e por isso o nosso direito tem por triumphar custa o que custar. Alem do negocio da V.^a S.^a mandado a lacrar temos o nosso domicilio particular com os objectos de nosso uso e que mandando brutalmente a violentar tambem o mesmo faremos nova reclamação.

Enfim faço observar que não precisa intimação de Policia, non sendo nos criminosos, nem o prazo de 24 horas não sendo seus criados! Isso é revoltante e não de gente civilizada. Tenho a honra de apresentar a V.^a S.^a a mais alta estima e consideração

Por Irmãos Verlangieri
Carlos Verlangieri

Em uma crônica dedicada à questão das desapropriações dos moradores do Arraial, publicada em 01 de junho de 1894, Camarate relata os questionamentos da população acerca de valores dos ressarcimentos, tendo em vista o perfil das edificações de Belo Horizonte. De acordo com o cronista, esse seria um reflexo da especulação imobiliária que tomou conta da localidade. Além disso, o autor reafirma em seu texto o

papel de Aarão Reis como interlocutor encarregado pelo Governo para executar tal questão, concluindo o assunto da seguinte maneira:

Os que valorizam as suas propriedades por menos, com o fim de fraudar o fisco, com a mais absoluta, inocência com a maior serenidade de consciência, porque é corrente, entre o povo, que roubar a nação não é pecado, vêem-se agora colhidas nas malhas da própria rede que apertaram, o que é a mais desastrosa e desoladora decepção; porque, cavando a ruína pelas suas próprias mãos, sem sequer podem ter alívio de queixas, motivadas em males que não sejam os da sua própria lavra!¹⁷¹

Mais uma vez a contradição presente na ideologia da modernidade se apresenta no discurso do narrador-cronista Alfredo Camarate que, em suas crônicas sobre o Arraial do Belo Horizonte, faz uso de suas próprias experiências pessoais para construir um campo de signos para a leitura do espaço em que se encontra. A nosso ver, tal postura o aproxima da figura do narrador, tal como teorizada por Walter Benjamin no fragmento abaixo:

Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. Os narradores gostam de começar sua história com uma descrição das circunstâncias em que foram informados dos fatos que vão contar a seguir, a menos que prefiram atribuir essa história a uma experiência autobiográfica¹⁷².

A velocidade imposta pela modernidade na vida cotidiana na transição entre os séculos XIX e XX é repercutida na literatura e vista como um ponto crucial para o entendimento da memória social daquele processo histórico. O escritor-narrador Camarate se apresenta como sujeito paradoxal, pois ao mesmo tempo ele é testemunha ocular da história e agente a serviço do processo excludente que relata. Essa contradição se apresenta como símbolo da modernidade vivida naquele período em que rápidas mudanças eram concretizadas sem que os atores percebessem de modo nítido seus papéis e ações. Dessa maneira, a crítica sociológica viabiliza condições para apreendermos os eventos em curso desde o início da transição do foco da literatura para os temas relacionados à cidade e seus habitantes. Como propõe Nicolau Sevcenko em sua análise dos textos de Lima Barreto e Euclides da Cunha sobre o Brasil na passagem do século XIX para o XX,

¹⁷¹ RIANCHO, 1985, p. 90.

¹⁷² BENJAMIN, 1994, p. 206.

Poucas vezes a criação literária esteve tão presa à própria epiderme da história *tourt court*. Era em grande parte uma literatura encampada por homens de ação, com predisposição para a liderança e a gerência político-social: engenheiros, militares, médicos, políticos, diplomatas, publicistas. Nesse meio e sob essa atmosfera, quem quer que se dispusesse a servir às letras era compelido à atuação cívica já pela dupla imposição do tirocínio e da forma. [...] Os textos artísticos se tornaram, aliás, termômetros dessa mudança de mentalidade e sensibilidade¹⁷³.

No que tange à sensibilidade do narrador Camarate no espaço urbano, consideramos que o cronista procura desenvolver uma arte de sentir e registrar a cidade a partir da sua experiência pessoal e traduzir isso em crônicas sobre esse espaço. Nesse caso, tomando as devidas proporções, o português assume a postura de uma espécie de *flâneur* diferente, que busca tornar sua experiência de transeunte mais pertinente que um simples ato de transitar pela cidade. A fim de expandir nossa reflexão sobre este homem que busca escrever a cidade ao caminhar por ela, recorreremos às ideias do sociólogo alemão Georg Simmel presentes em seu texto “A metrópole e a vida mental”.¹⁷⁴ Consideramos que os conceitos expostos por Simmel possibilitam projetar a figura de Camarate no Arraial e analisar suas experiências de tentar captar o sentimento de ruptura vivido pelos habitantes daquele espaço urbano. Assim, parece-nos pertinente aproximar as análises de Simmel da contradição (aproximação/repulsa) apresentada por Camarate para com o Arraial e seus habitantes, pois de acordo com o sociólogo,

[o] homem é uma criatura que procede a diferenciações. Sua mente é estimulada pela diferença entre a impressão de um dado momento e a que a precedeu. [...] Tais são as condições psicológicas que a metrópole cria. Com cada atravessar de rua, como o ritmo e a multiplicidade da vida econômica, ocupacional e social, a cidade faz um contraste profundo com a vida de cidade pequena e a vida rural no que se refere aos fundamentos sensoriais da vida psíquica. A metrópole extrai do homem, enquanto criatura que procede a discriminações, uma quantidade de consciência diferente, da que a vida rural extrai. Nesta, o ritmo da vida e do conjunto sensorial de imagens mentais flui mais lentamente, de modo mais habitual e mais uniforme. É precisamente nesta conexão que o caráter sofisticado da vida psíquica metropolitana se torna compreensível – enquanto oposição à vida de pequena cidade, que descansa mais sobre relacionamentos profundamente sentidos e emocionais. Estes últimos se enraízam nas camadas mais inconscientes do psiquismo e crescem sem grande dificuldade ao ritmo constante da aquisição ininterrupta de

¹⁷³ SEVCENKO, 1983, p. 287.

¹⁷⁴ SIMMEL, 1967.

hábitos. O intelecto, entretanto, se situa nas camadas transparentes, conscientes, mais altas do psiquismo; é a mais adaptável de nossas forças interiores. Para acomodar-se a mudança e ao contraste de fenômenos, o intelecto não exige qualquer choque ou transtorno interior; ao passo que e somente através de tais transtornos que a mente mais conservadora se poderia acomodar ao ritmo metropolitano de acontecimentos.¹⁷⁵

Dessa maneira, consideramos válido alinhar o trecho acima com a percepção de Alfredo Camarate a propósito do panorama com que ele se depara no Arraial do Belo Horizonte, localidade rural, com uma população em torno de dois mil habitantes. Esse sujeito cosmopolita, oriundo de metrópoles como Lisboa, Londres, Paris e Rio de Janeiro, observa com distanciamento e aproximação o novo espaço em que se encontra, já projetando a nova capital como metrópole, negando o espaço do Arraial enquanto espaço urbano. Vejamos como o cronista português projeta a metrópole no imaginário dos leitores, justapondo referências a cidades ditas modernas com a futura cidade, de modo a suplantat a representação que os habitantes possam ter do Arraial:

O que sei é que a Comissão Construtora da Nova Capital projeta um esplêndido parque, que, com certeza, será citado no estrangeiro; porque é difícil encontrar-se, em outra parte do mundo, um tão acertado conúbio da arte com as galas da natureza. Quem o está planejando é o jardineiro-paisagista Villon; o homem a quem realmente se deve o magnífico Jardim do Campo da Aclamação. Mas, em Belo Horizonte, o terreno é mais graciosamente acidentado; a zona mais fértil e luxuosa; a água, aproveitada de vários córregos e nascentes, mais abundantes; o horizonte mais vasto, mais agradável, mais ameno e, por entre todos estes pródigos dons da natureza mineira, formigam: cascatas, grutas, ruínas, tanques, coretos, chalets, viveiros, gaiolas, alamedas frondosas, clareiras; todos os grandes atrativos dos jardins notáveis, reunindo, num só ponto, os encantos dos Campos Elísios, do Parque Monceaux, das Buttes-Chaumont, do Campo de Marte, do Parque de Montsouris e de todos os jardins de que se ufana Paris.¹⁷⁶

Esse trecho fornece elementos bastante representativos para pensarmos Alfredo Camarate no Arraial, visto que, mais uma vez, o cronista faz referência às civilizações europeias para validar e legitimar o projeto da CCNC para a nova capital, apresentando-se, simultaneamente, como habitante da metrópole moderna no espaço de

¹⁷⁵ SIMMEL, 1967, p. 12.

¹⁷⁶ RIANCHO, 1985, p.185.

uma cidade rural, o que ocasionava a vivência de choque entre mentalidades e temporalidades (arcaico x moderno, rural x urbano) própria à modernidade.

No próximo tópico, teceremos reflexões em torno do olhar sobre o arraial e sua memória arquivada em dois suportes fundamentais: a fotografia e a literatura. Veremos como a captura de registros daquele momento criou artefatos importantíssimos para os estudos acerca do processo de demolição do arraial e da construção da nova capital. De um lado, estava a fotografia, símbolo da modernidade muito valorizado pelo Gabinete Fotográfico da CCNC, que focava suas câmeras para capturar imagens e construir uma narrativa visual da desconstrução do Arraial. Do outro lado, estava a literatura, escrita imaginativa representada pelos textos literários de Alfredo Camarate, Arthur Azevedo, Padre Francisco Dias Martins e Avelino Fóscolo, escritores que buscaram registrar, por meio de suas narrativas (algumas encomendadas, outras espontâneas) imagens daquele processo histórico.

3.3 – O Gabinete Fotográfico da CCNC: Belo Horizonte, cidade arquivada ao nascer

Como vimos, entre os anos de 1894 e 1897 passou, literalmente, um rolo compressor sobre o acanhado Arraial do Belo Horizonte para ceder lugar à cidade moderna, higiênica, bela e funcional que representaria os anseios da classe dirigente mineira republicana de então. Como relata o arquiteto e cronista Alfredo Camarate,

O silvo da locomotiva será o sinal de uma vida absolutamente nova para Belo Horizonte e a estrada, que ligar a zona da nova capital com os trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil, marcará uma era inteiramente nova para aqui, onde quase todos se assustam com três léguas de viagem, para ir a Sabará, chouteando numa alimária derrancada de aluguel, que, com os solavancos que nos dá ao corpo, nem nos deixa apreciar as incomparáveis belezas desta localidade. Os recursos de vida em Belo Horizontem têm-se desenvolvido e aumentado consideravelmente¹⁷⁷.

No entanto, cabe fazer as seguintes perguntas: uma vez iniciado o processo de demolição e construção física e simbólica da localidade, onde ficaram seus

¹⁷⁷ RIANCHO, 1985, p. 73.

habitantes? O que seriam de suas memórias? Qual seria o local destinado a armazenar suas imagens, seus escritos, seus hábitos alimentares, culturais e religiosos? Quais eram as impressões dessa população sobre este processo de “bota-abaixo” ocorrido no Arraial em que residiam? A fim de contextualizar nossa reflexão sobre o processo de registro dessas impressões textuais e imagéticas, torna-se importante mencionar alguns estudos desenvolvidos sobre a organização e função do Gabinete Fotográfico da CCNC,¹⁷⁸ de modo a problematizar qual escrita da história se pretendia desenvolver. Conforme a leitura de Anna Karina Bartolomeu,

Desde sua instalação, a Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) já contava, dentro da sua estrutura, com um Gabinete Fotográfico. A fotografia passava então a estar presente no processo de construção da nova cidade — construção material e, principalmente, simbólica. Num primeiro momento, tratava-se do registro do que estava condenado a desaparecer. Assim, panoramas da região, o espaço em torno da Matriz, as ruas acanhadas do povoado, casas e cafuas do arraial foram documentados com a intenção de serem mostrados às gerações futuras. Ao longo das obras de construção da cidade, o Gabinete Fotográfico pretendia cumprir uma outra tarefa bastante usual no século XIX: a documentação fotográfica de grandes obras da engenharia. Munidos do aparato fotográfico e seu poder comprobatório, os fotógrafos iam a campo para produzir “atestados visuais” complementares aos minuciosos relatórios escritos sobre o andamento dos trabalhos. Finalmente, nos primeiros anos da capital já inaugurada, as fotografias produzidas e veiculadas em cartões postais e álbuns pretendiam levar, para além da serra do Curral, as imagens de uma cidade moderna: uma estratégia de afirmação da existência da nova cidade, do sucesso de tão ousado projeto (do qual muitos duvidavam).¹⁷⁹

A partir desse comentário podemos inicialmente pensar nesse Gabinete como uma instância de construção simbólica, operada pelo poder estatal, que visava unicamente a produzir imagens da memória pautadas na intencionalidade explicitada no projeto de construção positivista e moderno empregado em Belo Horizonte. O Gabinete Fotográfico da CCNC teve suas atividades iniciadas em março de 1894 e encerradas em meados de 1898, praticamente um mês após a inauguração oficial da nova capital. Vale aqui ressaltar o papel estratégico desse setor da CCNC, tanto no que concerne a suas atribuições como no que diz respeito à escolha de seus integrantes, pois

¹⁷⁸ Ainda sobre o Gabinete Fotográfico da Comissão Construtora da Nova Capital sugiro consultar o trabalho de ARRUDA (2011).

¹⁷⁹ BARTOLOMEU, 2003, p. 38.

[...] a escolha dos funcionários que trabalharam na CCNC – feita pelo engenheiro-chefe com a concordância do presidente do Estado –, quando analisada mais profundamente, evidencia mais que uma simples relação profissional. Mostra um efetivo estreitamento ideológico de todos os envolvidos no projeto de construção de uma capital moderna. O Gabinete Fotográfico da CCNC é uma seção privilegiada para perceber a representação da cidade de Belo Horizonte desejada por essa burocracia, tanto por meio da produção fotográfica, quanto pelo quadro de funcionários que por ali passou.¹⁸⁰

Assim, desta escolha estratégica feita por Aarão Reis para a composição do corpo técnico deste Gabinete Fotográfico fizeram parte engenheiros e arquitetos da CCNC, dentre eles Alfredo Camarate, que trabalhou entre os meses de maio a junho de 1894. A rotatividade dos membros da CCNC nesse departamento era alta, mas caracterizava-se pela participação de técnicos como Alfredo Camarate, Adolfo Radice, João da Cruz Salles, Raymundo Alves e Francisco Soucasaux. Esses profissionais podem ser considerados os pioneiros da fotografia em Belo Horizonte com uma parcela de contribuição decisiva para a cultura da fotografia na capital. Como mencionado antes nesse trabalho de pesquisa, a fotografia exerceu para a CCNC um papel decisivo tanto para comprovação das obras como de propaganda do projeto da construção da nova cidade, configurando-se posteriormente como um dos mais relevantes arquivamentos imagéticos da história dos primeiros anos de Belo Horizonte. Em relação à atuação de Alfredo Camarate no Gabinete Fotográfico da CCNC temos poucos relatos, devido ao curto período de tempo em que o arquiteto português exerceu tal trabalho. No entanto, como não poderia fugir ao seu hábito de cronista, Camarate não poderia deixar de registrar em seus escritos suas atividades nesse setor, muito menos de apresentar seu alinhamento ideológico com esse trabalho, como podemos ler em sua crônica de 11 de abril de 1894:

E, contudo, parece-me que seria coisa para tentar; para que, nos arquivos da municipalidade futura ou nos da secretaria da Agricultura, ficasse uma recordação do que era Belo Horizonte, antes de se começar a cortar e construir a nova capital “Minas”. As fotografias, embora tornadas de grande duração pelos processos de fotogravura, nunca darão uma idéia exata do que era a natureza aqui; já porque lhes faltam as galas do colorido; já porque nunca darão, com a desejada nitidez e precisão, a intensidade gradativa que oferecem todos os planos. Salvo encomenda a artista conhecido, e dois ou três pontos principais de Belo Horizonte, todas estas belezas deixarão de ficar

¹⁸⁰ CAMPOS, 2008. p. 31.

arquivadas; embora deixando em seu lugar as belezas que provêm das futuras conquistas da civilização¹⁸¹.

No discurso de Camarate, podemos perceber algumas questões interessantes como, por exemplo, a preocupação com o arquivamento das imagens por conta do que o mesmo chama de “cortar e construir a nova capital”. Some-se a esse interesse de preservar para o futuro esses instantes do passado a limitação da fotografia em capturar e reproduzir a imagem tal como ela é, com suas cores e nitidez, comentário que se alinha ao discurso positivista da apreensão do todo e da verdade implícitos em cada enunciação. Outro ponto interessante do trecho mencionado é aquele em que o cronista descreve sua predileção pelas artes plásticas, ao fazer menção a artistas conhecidos a quem se fez encomenda vistas do Arraial. Os pintores aludidos por Camarate são Emile Rouède e Honório Esteves, que foram responsáveis por pintarem algumas paisagens de pontos relevantes de Belo Horizonte. A fim de concluir a análise do discurso dessa crônica do português, observamos novamente o cuidado com o arquivamento de imagens, bem como a preocupação com a equivalência entre registro e paisagem. Ainda sobre a atuação de Camarate no Gabinete Fotográfico, encontram-se poucas informações na documentação da CCNC, mas nos acervos do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e no Museu Histórico Abílio Barreto é possível localizar algumas dessas poucas informações. Uma delas nos informa que Alfredo Camarate foi admitido oficialmente no cargo de operador fotográfico em 31 de maio de 1894¹⁸² para trabalhar como auxiliar de fotografo de João da Cruz Salles, na Seção de Geodesia, Pontes, Calçamento e Arborização para o chefe da Divisão de Estudo e Preparo do Solo. Noutro documento, consta o registro da saída de Alfredo Camarate do Gabinete Fotográfico em 14 de junho¹⁸³ do mesmo ano, ocasião em que o arquiteto-cronista pediu exoneração da função por motivos não indicados na documentação. Como mencionado anteriormente no presente trabalho, por conta de sua formação de arquiteto Camarate trabalhava na seção de aprovação de plantas das edificações particulares, além de escrever suas crônicas publicadas no jornal *Minas Gerais*. Em seus textos se nota que

¹⁸¹ RIANCHO, 1985, p. 51.

¹⁸² Relatório do chefe da Seção de Geodesia, Pontes, Calçamento e Arborização para o chefe da Divisão de Estudo e Preparo do Solo sobre os trabalhos realizados em maio de 1894. 06/06/1894. Subfundo Comissão Construtora da Nova Capital. Acervo APCBH.

¹⁸³ Comunicação do chefe de serviços da 4ª Divisão ao engenheiro-chefe sobre a exoneração do sr. Alfredo Camarate como operador fotográfico. 04/06/1894. Documentos Administrativos da Comissão Construtora da Nova Capital. Memorando. Acervo Museu Histórico Abílio Barreto.

sua retórica consistia em valorizar o trabalho de Aarão Reis e de seus técnicos no cotidiano do primeiro ano de atividades na construção da nova capital, como podemos ver no relato publicado em 06 de junho de 1894, em que trata da pureza e da qualidade da água encontrada no Arraial para, em seguida, mencionar sua participação no Gabinete Fotográfico da CCNC.

No laboratório fotográfico da comissão, apesar de estar regularmente fornecido, de todas as drogas fotográficas indispensáveis, faltou um dia a água destilada; exatamente, quando era necessário preparar o banho de nitrato de prata, para sensibilizar o papel. Eu, que tenho *arranhado* fotografia, em diferentes pontos do globo, sei já pela dura experiência, quão difícil é encontrar uma água potável que, em contato com o azotato de prata, não forme imediatamente um precipitado leitoso, que inutiliza a solução para os misteres da fotografia e tais experiências efetuam-se sempre a medo, porque o nitrato de prata não é droga que se venda, pelo preço do farelo ou mesmo de farinha de Suruhy. O dr. Radici, engenheiro muito preparado e fotógrafo distinto, deitou água na *éprouvette* onde estava o banho de prata, feito com um pequeno resto de água destilada que ainda ficara e deitando pinga a pinga água potável estava tão convencido quanto eu, de que a água do Acaba Mundo lhe acabava com o banho de prata; o que para nós dois, era cataclismo muito mais importante e assustador.¹⁸⁴

Como podemos ver, ao longo dessa crônica Camarate relata que, por obra do acaso e da falta de insumos necessários para o tratamento e revelação de imagem fotográfica, ele e o engenheiro-fotógrafo Adolfo Radice descobriram a pureza das águas do Córrego do Acaba-Mundo. Outro ponto que chama atenção é o fato de que por mais que Camarate não fosse um fotógrafo profissional, ele compreendia os processos de revelação, talvez por conta da experiência que tinha adquirido como autodidata nesse campo.

De modo geral podemos concluir que o trabalho desenvolvido pelo Gabinete Fotográfico da CCNC teve papel fundamental tanto no que concerne à atividade administrativa de registro do dia-a-dia de trabalho dos membros daquela comissão como aparato que contribuiu para a propaganda do projeto ousado de se construir uma capital moderna em plena região central de Minas ao fim do século XIX. É fato inegável que as imagens produzidas pelo referido Gabinete se tornaram importantes artefatos materiais para a composição do imaginário social de Belo Horizonte, além de constituírem rico testemunho histórico acerca da ideologia vigente

¹⁸⁴ RIANCHO, 1985, p. 82-83.

naquele momento. Dessa maneira, é possível observar como os esforços da CCNC e do Estado em justificar a criação da cidade de Belo Horizonte, ocorrida sob o estigma da modernidade, findou por dar origem a uma massa de documentação, composta por fotografias, plantas, projetos, memorandos, cartas, relatórios, livros de atas, crônicas, esculturas e edificações.

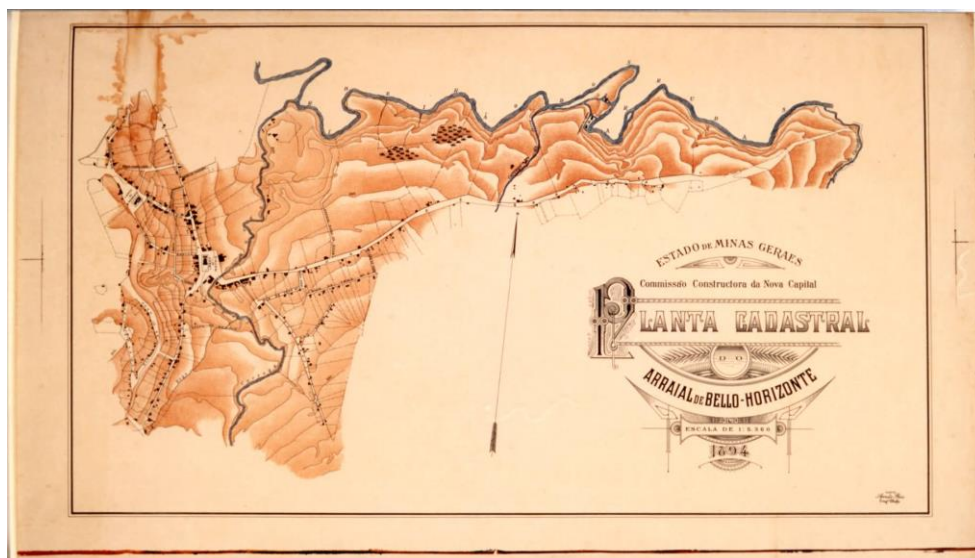


Figura 1;[CCDt06001a004]: Reprodução fotográfica da Planta Cadastral do Arraial de Belo Horizonte publicada pela CCNC em 1894. O estudo apresenta identificação de ruas, becos, lotes, edificações e trechos dos córregos: da Serra, do Cardoso, do Acaba-Mundo e do Arrudas. Acervo: Museu Histórico Abílio Barreto.



Figura 2; [CC.ALB.01-022]: Reprodução fotográfica do Largo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem em 1894. Esta região era o principal espaço comercial e de convívio social, cultural e religioso do Arraial. Cabe ressaltar que esta Igreja foi totalmente demolida em meados da década de 1930, para ceder

espaço para a construção da Catedral de Nossa Senhora da Boa Viagem. Acervo: Museu Histórico Abílio Barreto.



Figura 3;[SA2.003.013]: Reprodução fotográfica do Largo do Rosário em 1895. Observa-se ao fundo e na parte direita da imagem, as edificações simples da localidade. Autoria: João Salles. Acervo: Arquivo Público Mineiro.



Figura 4;[SA2.003.014]: Reprodução fotográfica do Largo do Rosário Igreja Matriz em 1895. Observa-se na parte esquerda da imagem um homem em frente uma edificação e na parte central da imagem um homem montado em um cavalo. Nas crônicas de Alfredo Camarate imagens bucólicas como esta ilustram a

narrativa do autor português ao longo de suas crônicas. Autoria: João Salles.
Acervo: Arquivo Público Mineiro.



Figura 5: [CC.ALB.01-005]: Reprodução fotográfica mencionada no livro de Abílio Barreto, "Belo Horizonte memória histórica e descritiva - história média". Na imagem registrada por ocasião da visita que as autoridades fizeram aos trabalhos da CCNC, observa-se em primeiro plano, sentados, Afonso Pena (Presidente do Estado em exercício), Crispim Jaques Bias Fortes (Presidente recém-eleito), David Campista (Secretário da Agricultura e Obras Públicas) (os três que estão sentados). Observa-se de pé, a partir da esquerda para a direita, Adalberto Ferraz, Aarão Reis, Fábio Nunes Leal, Teodoro Lopes de Abreu (farmacêutico local), Antonino Lopes de Oliveira (capitão de polícia local), Hermílio Alves, Coronel Francisco Lobo, Paulino José de Sousa, João B. Gomes, e outros funcionários da mesma Comissão não identificados. Acervo: Museu Histórico Abílio Barreto.



Figura 6: [CCALB01 028]: Reprodução fotográfica da edificação da Delegacia de Polícia do Arraial. Observa-se a frente do grupo do Largo do Rosário Igreja Matriz em 1895. Observa-se na parte direita da imagem em frente ao agrupamento, o capitão de polícia, Antonino Lopes de Oliveira. Nas crônicas de Alfredo Camarate, é recorrente a menção a figura do capitão Lopes em suas incursões pelo Arraial em suas diligências. Acervo: Museu Histórico Abílio Barreto.



Figura 7; [CCFot1895-003]: Reprodução fotográfica apresentando moradores do Arraial e membros da CCNC. Podemos observar mais uma vez a intenção do Gabinete Fotográfico da Comissão em registrar o Arraial naquele momento, inserindo pessoas e edificações. Acervo: Museu Histórico Abílio Barreto.



Figura 8; [SA-2-003(05)]: Reprodução fotográfica apresentando moradores do Arraial em um estabelecimento comercial chamado “A Nova Capital”, de propriedade do curralense, Cândido de Araujo. Novamente observa-se o cuidado da CCNC em registrar o cotidiano que iria desaparecer, uma contradição em vista do nome do estabelecimento comercial. Acervo: Arquivo Público Mineiro.



Figura 9; [SA2 004 007]: Reprodução fotográfica apresentando a residência de uma moradora do Arraial, chamada pejorativamente de “Maria Papuda”. Esta rústica edificação ficava nas proximidades do espaço planejado para sediar a Praça da Liberdade. Autoria: Raimundo Alves Pinto. Acervo: Arquivo Público Mineiro.

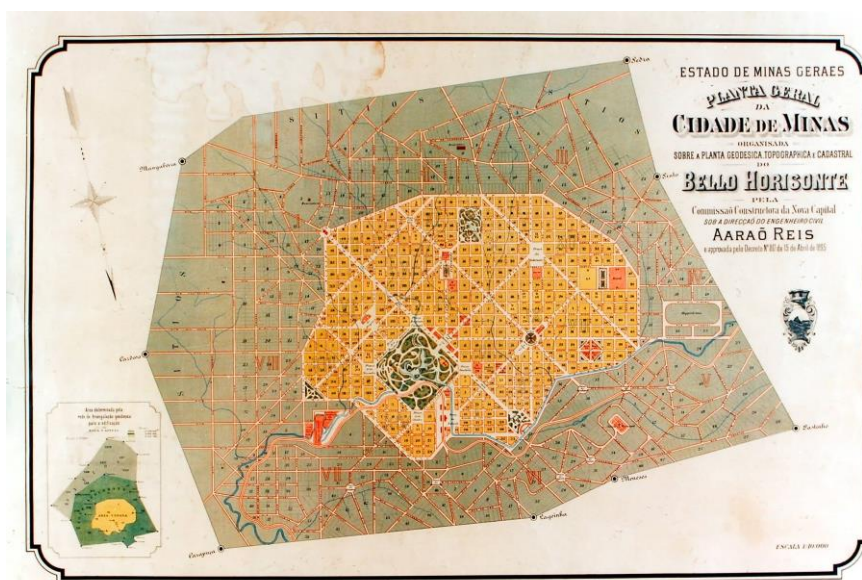


Figura 10; [SA-2-002(04)]: Reprodução fotográfica da Planta Geral da Cidade de Minas, apresentando por Aarão Reis em abril de 1895, e reproduzida pelos veículos de imprensa para difundir a construção da nova capital. Acervo: Arquivo Público Mineiro.



Figura 11; [SA2 004 002]: Reprodução fotográfica da construção do Palácio da Liberdade em meados de 1896. Esta edificação estava destinada a ser a sede do Governo de Minas Gerais na nova capital, e foi entregue às vésperas da inauguração da cidade. O projeto do palácio é do arquiteto da CCNC, José de Magalhães, e os engenheiros Manuel Couto e Pedro Sigaud, ficaram responsáveis pela construção da edificação. A ornamentação, como pintura e decoração do Palácio, ficou sob a responsabilidade do artista alemão, Frederico Antonio Steckel. Acervo: Arquivo Público Mineiro.



Figura 11; [SA2 004 003]: Reprodução fotográfica da construção do edifício que sedea da Secretaria da Agricultura. Esta imagem de outubro de 1896, e apresenta uma fase intermediária da construção do prédio, que tem o autor do seu projeto o arquiteto José de Magalhães. Acervo: Arquivo Público Mineiro.



Figura 11; [CCFot1896-005]: Reprodução fotográfica de trabalhos de construção de tubulação hidráulica em frente aos galpões da Comissão Construtora, região próxima ao Parque Municipal. Acervo: Arquivo Público Mineiro.



Figura 12; [CCALB01 034]: Reprodução fotográfica do Posto Telegráfico da Estação Férrea de General Carneiro, registrada em 1895. Acervo: Museu Histórico Abílio Barreto.



Figura 13; [CC.ALB.01-030]: Reprodução fotográfica do projeto da Estação Férrea de General Carneiro, registrada em 1895. A construção desta estação significou um ganho no processo de construção da nova capital, possibilitando a chegada de mais materiais de construção. Acervo: Museu Histórico Abílio Barreto.

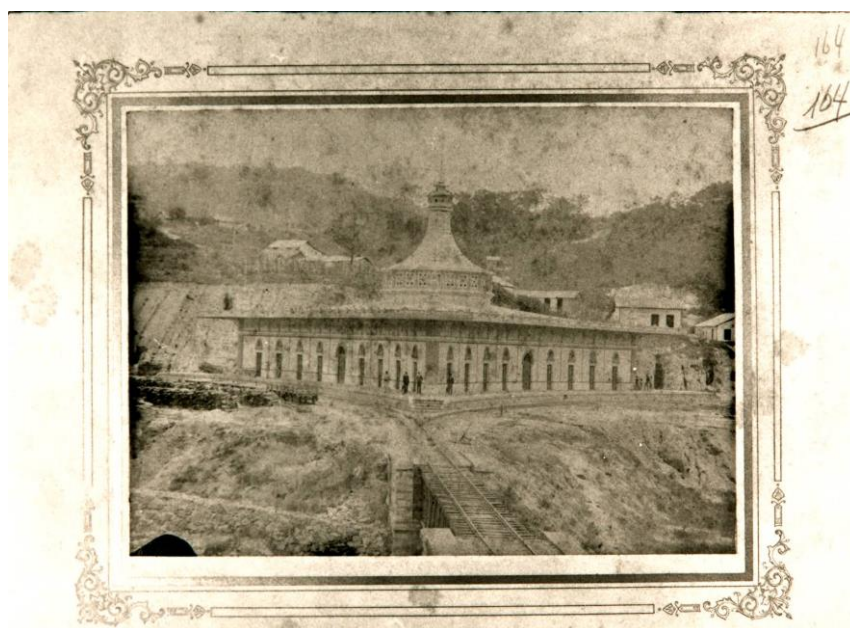


Figura 13; [CC.ALB.01-030]: Reprodução fotográfica da Estação Férrea de General Carneiro, registrada em 1897. Construída entre Sabará e Belo Horizonte,

este projeto foi comanda pela sociedade feita entre Alfredo Camarate, Francisco Soucasaux e Eduardo Edwards. Acervo: Museu Histórico Abílio Barreto.



Figura 13; [CC.ALB.01-031]: Reprodução fotográfica da Sociedade Musical Carlos Gomes, fundada por Alfredo Camarate em 1896, no atual bairro do Calafate. Alfredo Camarate é homem de cartola, e terno ao lado de uma criança, bem ao centro da imagem. Acervo: Museu Histórico Abílio Barreto.

3.4. Por um Gabinete Literário da Comissão Construtora da Nova Capital: imagens e memórias literárias

Em meados dos anos de 1960 o crítico literário e escritor Eduardo Frieiro retomou as crônicas de Camarate como foco de estudo no seu artigo intitulado “Alfredo Camarate e a nova capital mineira”.¹⁸⁵ Já no início dos anos de 1980, o referido crítico iniciou uma série de edições da *Revista do Arquivo Público Mineiro* dedicadas a trabalhos que tinham a cidade de Belo Horizonte como foco. Nessas edições, Frieiro analisou e transcreveu textos e estudos sobre a capital como os artigos “Um passeio a Minas”, de Arthur Azevedo, as crônicas “Coisas da medicina no início de Belo Horizonte” e “Coisas da Capital já passada”, de Moacyr Andrade.¹⁸⁶ No ano de 1985, o

¹⁸⁵ FRIEIRO, 1965.

¹⁸⁶ REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1982.

Arquivo Público editou uma série de cento e cinquenta e quatro crônicas intituladas “Por montes e vales”, assinadas por Alfredo Riancho, um dos pseudônimos de Alfredo Camarate, a quem Frieiro definiu como o primeiro cronista de Belo Horizonte:

[...] um talentoso jornalista e crítico musical, muito conhecido e festejado nas três últimas décadas do século passado e nos primeiros anos da atual. [...] Homem viajado e culto, espírito versátil, conhecia vários idiomas e escrevia o nosso com desenvoltura e graça. [...] Admirava tudo o que tinha pinta britânica e era provavelmente um pouco “snob”.¹⁸⁷

Assim como Alfredo Camarate, uma leva importante de engenheiros, arquitetos, escultores, técnicos, mestres-de-obras, artífices, operários, vendedores, artistas e curiosos estrangeiros e brasileiros desembarcaram em Belo Horizonte em busca de novas oportunidades proporcionadas pela aventura da construção de uma nova cidade moderna. Esses sujeitos trouxeram, além de sua capacitação profissional, um mosaico de experiências múltiplas que foi decisivo para a construção do vasto imaginário social de Belo Horizonte na virada do século XIX e XX que repercute até os dias atuais na cidade. Entre os artistas e construtores que ajudaram a compor o cenário imagético de Belo Horizonte gostaríamos de destacar a figura do arquiteto e escultor italiano Luiz Olivieri.¹⁸⁸ Sobre esse assunto a tese de Rita Lages Rodrigues (2012) se mostra como um importante referencial para pensarmos nesses sujeitos que desembarcaram em Belo Horizonte em tempos de transitoriedade, bem como as maneiras pelas quais os mesmos construíram suas (e nossas) percepções do espaço, influenciando e formando o olhar dos personagens que por esse circulavam. De acordo com Lages,

[a]s obras de Olivieri permaneceram na cidade, tanto por serem numericamente extensas, quanto por terem um papel fundamental em sua configuração. São marcas das cidades, no tempo e espaço. Ao serem obras concebidas e construídas no passado, ressignificadas e reconstruídas em inúmeros presentes em andamento ao longo do tempo, representam a temporalidade própria urbe. Integram, principalmente, o campo sensível, mostrando-se em sua relação passado-presente-futuro, enquanto experiência e expectativa, ao serem ressignificadas como patrimônio. Fazem-nos remeter a questões de fundo da nossa existência, ao serem ressignificadas como patrimônio.

¹⁸⁷ FRIEIRO, 1985, p. 15-16.

¹⁸⁸ Para informações mais detalhadas sobre Olivieri sugerimos consultar o trabalho de Rita Lages Rodrigues, *O Architetto moderno na cidade: traços e rastros de Luiz Olivieri em Belo Horizonte* (RODRIGUES, 2012).

Fazem-nos remeter a questões de fundo da nossa existência humana, como eterno/absoluto e particular/relativo, ao início e fim de nossa vida biológica, mas também aos frutos de nosso trabalho que permanecem além dos marcos de nascimento e morte. Fazem-nos refletir sobre o objeto primeiro da história, a existência dos homens em sua temporalidade.¹⁸⁹

Este caminho de reflexão a propósito dos homens em sua temporalidade é primordial para pensarmos como se dá o entendimento e a construção das memórias individuais no espaço coletivo, bem como os modos pelos quais irão ocorrer estas representações. No caso de Luiz Olivieri, podemos fazer um paralelo com a atuação de Alfredo Camarate, uma vez que ambos eram arquitetos europeus (sendo um italiano e o outro, português). O primeiro deixou um legado significativo de projetos arquitetônicos pela cidade, tanto de obras públicas como de obras particulares, além de ter desenvolvido um interessante trabalho como escultor de estatuetas dos tipos populares de Belo Horizonte. Já o segundo nos legou contribuições nas obras da CCNC, como a extinta estação de General Carneiro, e, além de suas crônicas sobre a cidade e seus habitantes, Camarate também foi o fundador da sua Ordem Musical Carlos Gomes, que existe até os dias atuais. Glosando as palavras de Rita Lages, esses rastros transcendem a relação vida/morte, permanecendo como testemunho material do passado no presente para o futuro.

Desse modo, projetamos a literatura como um rico campo de debate para pensarmos a percepção, o registro e a construção de imagens do espaço urbano. No caso de Camarate, esse visualizou e registrou, ao longo do ano de 1894, o primeiro ano de trabalhos da CCNC no Arraial. Vimos que o cronista português pautou seu discurso na construção de uma tradição para a modernidade, que é pautado nitidamente por uma posição eurocêntrica, mas, contudo, consideramos que sua produção nos ajuda a perceber um fragmento daquele contexto histórico, auxiliando ainda a pensar as relações entre literatura e história. Tendo em mente que não foi apenas Camarate que produziu textos no Arraial e sobre a construção da Capital, procederemos à apresentação de trechos de outros dois autores daquele momento que nos ajudam a pensar a formação do que propomos que seja visto como um Gabinete Literário da Construção de Belo Horizonte surgido de modo espontâneo e sem vínculos institucionais.

¹⁸⁹ RODRIGUES, 2012, p. 238.

Em um primeiro momento temos a figura do conhecido romancista Avelino Fóscolo. Luciana Marino do Nascimento¹⁹⁰ e Regina Helena Alves da Silva¹⁹¹ se dedicaram ao estudo do romance *A Capital*, de Fóscolo, tido como o romance de fundação de Belo Horizonte que retrata a construção da cidade vista por migrantes, com uma linguagem naturalista. O texto de Fóscolo apresenta um olhar político sobre a construção da cidade e o turbulento contexto em que tal empreitada ocorreu. Em ambos os estudos a literatura é abordada como o espaço de embate no qual se pode observar traços de resistência e exclusão na nova capital. Cabe destaque para o estudo de Nascimento sobre o imaginário literário produzido por Avelino Fóscolo do qual reproduzimos a passagem abaixo:

Sob a égide do signo progresso/ciência, a cidade de Belo Horizonte foi celebrada como espetáculo da ciência e vitória do moderno, mas o escritor Avelino Fóscolo, esquadrinha o tecido esgarçado da cidade moderna em construção, mostrando uma cidade pelo avesso, ou seja, uma outra cidade, uma cidade menor, a cidade das dobras¹⁹²

O exemplo da narrativa de Fóscolo é fundamental, pois fornece uma construção simbólica e discursiva frontalmente oposta a de Alfredo Camarate, pois se pelas crônicas do arquiteto português temos o discurso “quase” oficial, no romance do escritor mineiro observamos a desconstrução dessa versão oficial. Avelino Fóscolo apresenta em seu texto uma narrativa carregada de teor político alinhado a sua formação como anarquista, apresentando particularmente o processo de desterritorialização dos moradores da região do Arraial do Belo Horizonte. Nesse romance, de estilo realista, os personagens são pessoas da região que depositaram suas esperanças na construção da nova capital como uma nova forma de vida. Fóscolo descreve em detalhes a vida nos subúrbios da cidade-capital com suas cafuas e barracões que se formam simultaneamente aos palacetes particulares e suntuosos prédios públicos com seus jardins franceses. O que se vê é a face excludente e elitista do discurso de ordem e progresso, implementado nos primeiros anos da República no Brasil.

O princípio da segregação já ocorre nos primórdios da cidade com a delimitação dessa pelo perímetro da Avenida do Contorno. De acordo com o projeto de

¹⁹⁰ NASCIMENTO, 1998.

¹⁹¹ SILVA, 1991.

¹⁹² NASCIMENTO, 1999, p. 69.

Aarão Reis, dentro do limite da avenida se situava a “cidade ideal”, ao passo que fora da avenida se desenvolveria a cidade real. Desse modo, a cidade planejada para ser moderna e bela se corrompe já em sua gênese que projetava a cidade dividida em três zonas, urbana dentro da referida avenida, zona suburbana fora dessa avenida e a zona rural além dos limites da zona suburbana. Com baixo poder aquisitivo e sem possibilidades de se inserir na elitista zona central da cidade, grande parte dos antigos moradores do arraial e dos operários, mestres de obras e artífices que trabalharam na construção da capital foram residir em regiões na época periféricas, como os atuais bairros da Floresta, Santa Tereza, Calafate, Cabana do Pai Tomaz e Pedreira Prado Lopes. Nessas regiões, se situavam bairros que se encontravam a mercê da própria sorte, com altos índices de violência e criminalidade, o que afligia os gestores e construtores da nascente cidade. Tanto é que Camarate relata a necessidade do uso da força policial como importante fator na formação do caráter e da conduta dos habitantes da futura capital:

Se, ao núcleo de habitantes que vai formar essa futura capital, se aplicasse, desde logo a ação prudente e enérgica da autoridade, a futura capital, essa colossal estátua de barro, dúctil, e maleável, porque será feita de elemento mais maleável e dúctil, o homem, ficaria desde o princípio, assente em sólido miolo e as deslocções e movimentos das suas futuras camadas externas já não fariam a sua geral solidez; porque tinha, por esteio resiste, o seu bem conformado e disciplinado centro. Mas uma cidade, com polícia sem força ou sem prestígio, é um ninho de desordens e conflitos e na qual apanham, entre as duas partes beligerantes, aqueles que ficam no meio!¹⁹³

Nessa crônica de 20 de maio de 1894, o cronista apresenta uma preocupação com a disciplina e a ordem na cidade por conta do número de pessoas que chegavam ao Arraial para a construção da cidade. A tônica do controle se reflete na planta cadastral da cidade, que foi loteada a partir das funções administrativa, comercial, serviços, saúde pública, parques e áreas de distribuição de alimentos. Mais adiante, em uma crônica de 25 de outubro de 1894, Camarate se coloca como interlocutor da sociedade junto a CCNC para viabilizar a construção de um código de posturas para a cidade nascente, não sem introduzir um longo trecho a propósito do conceito de liberdade que vislumbrou no povo mineiro:

¹⁹³ RIANCHO, 1985, p. 76-77.

Não vou entrar em profundas elucubrações etnográficas, para que me falha o preparo e a competência; nem tampouco alargar-me, sobre as virtudes e defeitos do povo mineiro, que escolhi para, entre ele, lançar à terra este corpo carcomido pelas enfermidades e desgostos, porque não me sobra o tempo nem o bom humor para o embalar com cantigas; vou falar apenas na liberdade do povo mineiro, nessa noção consciente de liberdade, que existe nos filhos de Minas e até no mais sertanejo e tatamba, dos recônditos e taperas do interior deste vastíssimo e esperançoso Estado. A liberdade, para a maior parte dos povos da velha Europa é, portanto, uma noção adquirida pela sugestão artificial [...] O mineiro, pelo contrário, nunca permitiu que lhe incutissem a idéia da liberdade; tanto é certo que, para ele, a sua liberdade é dadia da natureza [...] como a idéia da liberdade seja uma coisa natural e inata no mineiro, a liberdade toma, quando usada por ele, um aspecto tosco, rústico; como todos os produtos naturais, antes de serem corretos e melhorados pela mão do homem. [...] entendo que o dr. Aarão Reis deve desde já começar a redigir um código de posturas; não para cortar as liberdades mineiras; mas para as limitar no ponto em que essas liberdades não afetem a liberdade de terceiros. Começada que seja a construção do primeiro edifício, o alinhamento da primeira avenida, é necessário imediatamente uma postura que determine a grossura das rodas dos carros de bois que, como navalhas, cortam e sulcam todos os caminhos; que estabeleça que os animais com carga venham atrelados uns aos outros e nunca em número superior a cinco; que marque lugares para cada coisa e se não o fizer teremos: Jacás de toucinho arreados na escadaria dos palácios; burros presos às colunas de mármore ou de granito, como se fossem mourões de madeira; conclaves e reuniões populares, aos domingos de tarde, nos peristilos e vestíbulos dos edifícios públicos, como agora nas vendas e outras infrações por todos os cantos e, para esconderijo das quais, o homem não tem providência e recursos do gado bem ensinado!¹⁹⁴

Dessa maneira, continuando no caminho da constituição de um Gabinete Literário sobre a construção de Belo Horizonte, acrescentamos os textos do vigário do Arraial de Belo Horizonte, padre Francisco Martins Dias, autor dos *Traços Históricos e Descritivos de Bello Horizonte*. O pároco também foi fundador e redator do periódico semanal *Bello Horizonte*, espaço em que publicou suas crônicas sobre a construção da capital, posteriormente reunidas em seu livro supracitado, publicado no ano 1897. Como habitante local, o padre Francisco Martins Dias tinha uma posição singular sobre a construção do arraial que destoava completamente do olhar de Alfredo Camarate e de Avelino Fóscolo. Seu posicionamento de um encantamento com a construção da nova cidade foi bem analisado por Fábio Luiz Rigueira Simão.¹⁹⁵ Vejamos abaixo a análise do crítico sobre o pároco:

¹⁹⁴ RIANCHO, 1985, p. 171.

¹⁹⁵ SIMÃO, 2008.

Padre Francisco Dias é uma dessas lideranças. Pároco da Matriz de Boa Viagem, único prédio de arquitetura colonial que permanece até a década de 1930 de pé em meio a uma onda austera de demolições, Dias torna-se depositário e formulador de um discurso especialíssimo que vê na nova cidade o signo de um progresso *bom e necessário*, mas que deve ser ponderado com as práticas costumeiras da vida dócil e trabalhadora do povo mineiro, fiel às duas instituições basilares da cultura local, família e religião.¹⁹⁶

A partir das considerações de Simão podemos compor um cenário em que visões distintas sobre o processo de construção da capital se contrapõem. Nesse campo, os textos literários funcionam como uma espécie de catalizadores desse momento extremamente complexo da vida do arraial, onde a tomada de posições se apresentava como uma demarcação firme de fronteiras políticas e ideológicas. Vale ressaltar a posição do vigário de Belo Horizonte como formador de opinião tanto dos fiéis de sua paróquia como dos seus leitores de seu jornal. É interessante observar que as opiniões de Francisco Dias se configuravam como um discurso conciliador, que apresentava as mudanças turbulentas daquele momento como necessárias para se chegar a um bem maior, que consistia em sediar a nova capital do estado. Tal postura era diferente da defendida por Camarate, que apoiava a construção da capital devido a seu engajamento profissional e ideológico como estrangeiro que via na construção da cidade uma nova vida para Minas. O discurso do padre Dias, por conta da peculiaridade de sua posição social, legitimou o discurso da CCNC e do Governo que era propagado por Camarate em suas crônicas. Podemos perceber alguns indícios desse alinhamento analisando o trecho que se segue:

E foi assim que nos últimos dias da monarquia, foram aqui levantados em plena rua os sediciosos gritos de – Viva a República! – e não há muito trocado o antigo nome de Curral D’El Rei pelo de Belo Horizonte, para apagar de vez tudo o que a trono cheirasse ou a rei se referisse.¹⁹⁷

Essa passagem do discurso do padre Dias torna nítida a ideologia da República e a visão anticolonial explicitada pela necessidade de desconstruir a imagem e a memória do regime anterior. O religioso, que não era afeito à monarquia, entendia que

¹⁹⁶ SIMÃO, 2008, p. 122.

¹⁹⁷ DIAS, 1997, p. 18.

esse regime teve grande parcela de culpa no colapso financeiro do arraial e do Brasil. Dessa maneira, o pároco via na república uma nova oportunidade de se viver sem, contudo, se alinhar ao radicalismo dos técnicos positivistas da CCNC, muito menos com os partidários de Floriano Peixoto. É possível notar nos textos do padre Francisco Martins Dias a consciência de que a construção da nova capital significaria novos tempos, mesmo que “esses tempos” significassem um período turbulento e traumático para os moradores do Arraial. Entretanto, por mais que o discurso do vigário se alinhasse ao de Camarate em torno da defesa da construção da nova capital, eles se distanciavam no que diz respeito à memória do arraial. Se, de um lado, Camarate sustentava um discurso moderno avassalador, que postulava a necessidade de desconstruir totalmente o arraial para se valorizar a construção da capital, de outro, o Padre Martins propunha a necessidade de se construir uma tradição para o Arraial, de modo que a construção da capital fosse vista como uma espécie de “crisálida” para o espaço em alusão à metamorfose presente no trecho abaixo:

[...] há sempre de acompanhar aos antigos habitantes do Curral d’El Rei, ou Bello Horizonte, eterna e saudosa lembrança de seu simples e modesto, mas pictoresco e o poético arraial, tão rapidamente methamorphoseado em primeira cidade do Estado.¹⁹⁸

Desse modo a proposta de pensarmos em um Gabinete Literário se justifica no entendimento de que o espaço literário consiste em um campo de disputas pela memória histórica de Belo Horizonte mediante a prática discursiva do texto literário. Além disso, temos três olhares distintos (Camarate, Fóscolo e Martins Dias) sobre o mesmo processo histórico ocorrido no arraial que veiculam os modos como cada um desses atores sentiram, entenderam e reproduziram os acontecimentos desse momento. Em paralelo às atividades do Gabinete Fotográfico, temos uma coletânea de textos literários que, reunidos, formam um mosaico de imagens literárias sobre a demolição-construção. Diante do exposto, podemos concluir que o trabalho de apagamento do arraial por meio de sua desconstrução física, imagética e discursiva criou um arquivo rico e aberto. Para corroborar tal hipótese, encerramos nossa exposição com o seguinte pensamento da historiadora Sandra Pesavento:

¹⁹⁸ DIAS, 1997, p. 34.

As representações coletivas, compostas de imagens e discursos, não são, necessariamente, o reflexo das condições concretas da existência, mas com elas guardam uma aproximação e, por sua vez, são geradoras de práticas sociais. O imaginário social é, pois, representação, ou seja, a tradução mental e visual de uma realidade exterior percebida.¹⁹⁹

¹⁹⁹ PESAVENTO, 1994, p. 151-152.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo propusemos uma análise dos discursos presentes nas crônicas de Alfredo Camarate sobre o Arraial do Belo Horizonte publicadas no decorrer de 1894, primeiro ano dos trabalhos da Comissão Construtora no Arraial do Belo Horizonte. Considerado por Abílio Barreto e Eduardo Frieiro como o primeiro cronista de Belo Horizonte, Camarate se mostrou como alguém que compreendeu de modo ambivalente a construção da nova capital. Por meio de seus escritos, fruto das impressões recolhidas em suas caminhadas pelo arraial às vésperas de desaparecer, o cronista português, com seu olhar aguçado de arquiteto viajado e artista inquieto, construiu uma narrativa singular que extrapolou sua missão como técnico da CCNC. No que pudemos descortinar por meio da leitura de suas crônicas, Camarate percebeu as mazelas da modernidade com suas virtudes de cronista atento que tinha a missão de construir um discurso lírico para propagandear os feitos da República e do governo mineiro com a construção da nova capital.

Dessa maneira, esse trabalho de pesquisa visou contribuir com os estudos e reflexões sobre a construção de Belo Horizonte ao apresentar uma leitura contextualizada das crônicas de Camarate. Um dos objetivos dessa dissertação consiste em propor reflexões sobre como o multifário cronista construiu um discurso que auxilia a pensar a mentalidade desse momento histórico, ora traumático para os moradores do Arraial em ruínas, ora eufórico para os membros do Partido Republicano Mineiro, que viam no projeto da nova capital a legitimação de seu projeto de governo. Diante disso, compartilhamos aqui da impressão de Verona Segantini em seu estudo sobre a função das crônicas de Alfredo Camarate na construção da sensibilidade dos moradores do Arraial do Belo Horizonte:

A série *Por Montes e Valles* ganhou os ouvidos e olhos, instigou no passado e instiga-nos no presente a continuar narrando a experiência de viver em uma cidade em (re)construção. É desse conselho, que sobreviveu, guardada no arquivo, quase esquecida, quase destruída, muitas vezes em pedaços, a partir das quais, foi possível narrar uma história de Belo Horizonte. Com a leitura das crônicas – como fonte para a história e mesmo como fruição –, tentava-se compreender as motivações do autor. O artista é esse sujeito que, experimentando o mundo, deslocando-se, traduz essa ação em uma forma – escrita ou

imagética. Tomando essa forma escrita como fonte deste trabalho posso dizer que fui impactada pela experiência de Alfredo Camarate. A fruição estética é dialógica, é algo que me envolve com a experiência do outro, mesmo que ele esteja distante do presente. Estabelecer esse diálogo com o tempo já vivido é, por isso, um exercício histórico²⁰⁰.

Assim, mediante a leitura dos relatos do cronista português foi possível perceber os movimentos de atração e repulsa dele em relação à experiência desse turbulento processo histórico vivido tanto por moradores do arraial como por técnicos da CCNC. Desse modo consideramos que um dos objetivos desse trabalho de pesquisa foi atingido mediante a análise dos discursos sobre memória e modernidade presentes nas crônicas de Camarate, de modo a evidenciar algumas linhas de força dos campos em jogo nas lutas pela construção da memória.

No primeiro capítulo, procuramos apresentar uma cartografia histórica da formação urbana em Minas Gerais no século XVII, oriunda de uma constelação de arraiais e vilas, que desencadeou no final do século XVIII a construção de uma série de cidades. Após esse período de formação urbana foi possível projetar e debater os antecedentes políticos e ideológicos que permearam a luta pelo poder entre monarquistas e republicanos. Os republicanos, “vencedores” dessa disputa, logo começaram a construção de sua versão da história, optando pela mudança da capital de Ouro Preto para outra localidade como estratégia de legitimação do novo regime. Essa mudança tinha grande valor político e simbólico, uma vez que a recém-instaurada República no Brasil precisa construir seus lugares de memória.²⁰¹ Belo Horizonte nasceria como a cidade para a república em Minas e no Brasil. Mas que discurso seria construído para justificar empreitada tão ousada naquele momento? Qual seria o modo de informação mais adequado, no fim do século XIX, para que os donos do poder pudessem legitimar a construção de uma nova cidade? Na prática, o único meio de informação de massa conhecido naquele momento eram os jornais. Daí a utilização da crônica jornalística para veicular e (in)formar opiniões a propósito desse arrojado empreendimento.

²⁰⁰ SEGANTINI, 2012, p. 210.

²⁰¹ NORA, 1993.

No segundo capítulo desta dissertação, apresentamos os primeiros passos da imprensa em Minas e no Brasil, de modo a tentar explicitar alguns de seus vínculos com os vários grupos políticos e econômicos do país até o final do século XIX. Nossa preocupação consistiu em contextualizar as condições do surgimento, em 1893, do Diário Oficial do Governo de Minas Gerais. Nesse contexto, a circulação de textos literários em jornais era muito comum, de modo que a crônica adquiriu um espaço privilegiado nos jornais de circulação regular, assumindo um papel de formação de opiniões do público leitor. Nessa linha, os jornais permaneciam como veículo de informação e formação de opiniões das massas. A partir dessas considerações, desenvolvemos algumas considerações sobre a crônica, sua função, contexto e desdobramentos, de modo a fornecer subsídios para pensarmos criticamente as crônicas produzidas por Alfredo Camarate. Desse modo, buscamos observar a função da literatura no veloz contexto histórico de início da modernidade brasileira, tendo por baliza teórica a crítica literária de matriz sociológica e a cidade de Belo Horizonte como palco dos acontecimentos políticos, sociais e culturais do Brasil na virada dos séculos XIX para o XX.

Nesse contexto de criação de jornais e de valorização da crônica como gênero literário privilegiado, visualizamos com mais nitidez a figura e o discurso apurado de Alfredo Camarate. Em nosso entendimento, o cronista português preencheu a lacuna do projeto civilizatório empreendido pelos republicanos mineiros, pois conseguiu construir um discurso para a nova e moderna capital. Assim, no terceiro capítulo desta dissertação, baseamo-nos nas reflexões de Walter Benjamin acerca das noções de literatura, narrador, história, modernidade, ruína e espaço para empreendemos nossa análise das crônicas de Alfredo Camarate. A nosso ver, um ponto importante presente no discurso do cronista português consistiu no fato de ele refletir acerca das condições e do propósito de publicação de seus textos. Como dito anteriormente, Camarate era técnico da CCNC e dono de um texto bem elaborado, que prende a atenção do leitor, o que o tornava um dos mais cotados para funcionar como porta-voz da construção naquele momento e local. Entendido isso, Camarate sai às ruas para coletar material para compor suas crônicas. Vale lembrar novamente que as crônicas do português funcionaram como veículo de legitimação do discurso republicano.

Desse modo, é a partir desse contexto da relação entre literatura, história e memória cultural que propomos um encontro entre os Gabinetes Fotográfico e o Literário da CCNC. Este último gabinete é uma proposta lançada na presente pesquisa como forma de se pensar a construção de um imaginário literário sobre o processo de demolição/construção do Arraial para a cidade capital. Se a proposta da CCNC era apagar do mapa (e da memória) o antigo arraial por meio de sua demolição física e imagética, deu-se o contrário, uma vez que ao promover a desconstrução pelo viés discursivo e ideológico, a CCNC criou um banco de imagens, documentos e textos que teve o efeito de perpetuar a imagem do Arraial. Assim, a criação do Gabinete Fotográfico atenderia aos objetivos de registrar tudo o que seria apagado do acanhado e atrasado arraial para mais adiante projetar a nova cidade. Assim, esse trabalho de registro para a desconstrução acabou por gerar uma massa de informações que chamamos nesse trabalho como rastros imagéticos.

Para concluir, consideramos que o discurso do progresso presente nas crônicas de Alfredo Camarate sobre a construção da nova capital se mostra carregado de intenções e significados ambíguos e contraditórios. Ao lermos os textos do arquiteto-cronista, é possível observarmos a cidade como um texto coberto por várias camadas de sedimentos temporais. Contudo, asseveramos que o mais relevante não consiste tanto em descobrir o verdadeiro Arraial do Belo Horizonte, mas em observá-lo por meio do olhar de cronista estrangeiro adotado por Camarate para, a partir daí, estabelecermos diálogos com as redes de significados presentes em seu texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. Conhecer o arraial de Belo Horizonte para projetar a cidade de Minas: a Planta Topográfica e Cadastral da área destinada à Cidade de Minas e o trabalho da Comissão Construtora da Nova Capital. In: ANAIS DO XVIII ENCONTRO REGIONAL (ANPUH-MG). Dimensões do poder na história. Ouro Preto: EDUFOP, 2013. p. 1-15.

ALMEIDA, Marcelina de. POR MONTES E VALES – um relato de viagem. *Igualitária*: Revista do Curso de História da Estácio BH, Belo Horizonte, Vol.1, n.1, jul-dez 2012: Gerais: Memória, Identidade e Patrimônio. p.1-16.

ALVES, Célia Regina Araujo; PIMENTEL, Thais Velloso Cougo. *Preciosas memórias, belos fragmentos*: Abílio Barreto e Raul Tassini - a ordenação do passado na formação do acervo do Museu Histórico de Belo Horizonte (1935-1956). 2008. 196 f., enc. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

ANASTASIA, Carla M. J. *Vassalos rebeldes*: violência coletiva nas Minas na primeira metade do Século XVIII. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

ANDRADE, João. *A Revolução de 1820: a conspiração*. Porto Editora, 1983.

ANDRADE, Luciana Teixeira. *Ordem pública e desviantes sociais em belo horizonte (1897/1930)*. 1987. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1987.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. *A Belo Horizonte dos modernistas*: representações ambivalentes da cidade moderna. Belo Horizonte: PUCMINAS: C/Arte, 2004.

ARRUDA, Rogério Pereira de; BORGES, Maria Eliza Linhares. *Cidades-capitais imaginadas pela fotografia*: La Plata (Argentina), Belo Horizonte (Brasil), 1880-1897. 2011. 273 f., enc : Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

ÁVILA, Affonso. *Resíduos seiscentistas em Minas*: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco. 3 ed., rev. e aum. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, 2006. 2 v.

ÁVILA, Myriam. *O retrato na rua*: memórias e modernidade na cidade planejada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte: Comunicação, 1979.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A verdade sobre a história de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Fimac, 1985.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*. 3. ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996a. (V. 1: História antiga)

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*. 2. ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996b. (V. 2: História média)

BARTHES, Roland. *A aventura semiológica*. Lisboa: Edições 70, 1987.

BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Trad. Júlio Castañon Guimarães. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

BARTOLOMEU, Anna Karina Castanheira. Pioneiros da fotografia em Belo Horizonte O Gabinete Fotográfico da Comissão Construtora da Nova Capital (1894-1897). *Varia História*, Belo Horizonte, n. 30, p. 37-67, jul. 2003.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 7e.d. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas, 1). p. 197-221.

BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de história*. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 7e.d. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas, 1). p. 222-234.

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Obras Escolhidas, 2)

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. Trad. José Martins Barbosa e Hermerson Alves Batista. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Obras Escolhidas, 3).

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo: Edusp, 2000.

BOSI, Alfredo. As letras na Primeira República. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1985. p. 361-390.

BOSI, Alfredo. Sob o signo de Cam. In: _____. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 246-272.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru, SP: Edusc, 2004.

CAMARATE, Alfredo. *Theatros e Salões*. Jornal do Brasil, Suplemento Especial: 80 anos de notícia, Rio de Janeiro, 09 abr. 1971.

CAMPOS, Luana Carla Martins; BORGES, Maria Eliza Linhares. “*Instantes como este serão seus para sempre*”: práticas e representações fotográficas em Belo Horizonte (1894-1939). 2008. 220 f., enc. : Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: Fundação Casa Rui Barbosa. Setor de Filologia (Org.). *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p. 13-22.

CANDIDO, Antonio. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

CARDOSO, Marília Rothier. Moda da crônica: frívola e cruel. In: *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p.137-152.

CARVALHO, Jose Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia de Letras, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CHACHAN, Vera. *A memória dos lugares em tempo de demolição: rua da Bahia e o Bar do Ponto na Belo Horizonte dos anos 30 e 40*. 1994. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Memória e Sociedade, 1990.

CORNELSEN, Elcio Loureiro; VIEIRA, Elisa Maria Amorim; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *Imagem e memória*. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2012.

COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COUTINHO, Afrânio; SOUSA, José Galante de. *Enciclopédia de literatura brasileira*. 2. ed. rev., ampl., atual. São Paulo: Global; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Academia Brasileira de Letras, 2001. 2 v.

DARTON, Robert. História e literatura. In: _____. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 22-40.

DARTON, Robert. Um burguês organiza seu mundo: A cidade como texto. In: _____. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001. p.141-183.

DIAS, Francisco Martins (Padre). *Traços históricos e descritivos de Bello Horizonte*. Belo Horizonte: Arquivo Publico Mineiro: Xerox do Brasil, 1997.

DICIONÁRIO biográfico de construtores e artistas de Belo Horizonte: 1894-1940. Belo Horizonte: IEPHA/MG, 1997.

DICIONÁRIO etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

FIGUEIREDO, Luciano. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América Portuguesa*. (Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640- 1761). 338 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

FIGUEIREDO, Luciano; CAMPOS, Maria Veronica. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2 v. + mapas.

FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e Vilas D'El Rei: espaço e poder nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FRIEIRO, Eduardo. Alfredo Camarate e a Nova Capital Mineira. *Kriterion*, Belo Horizonte, v.XVIII, n.65, p. 259-266, 1965.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Apagar os rastros, recolher os restos. In: SEDLMAYER-PINTO, Sabrina; GINZBURG, Jaime (Org.). *Walter Benjamin: rastro, aura e história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p.27-38.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Página de livro, página de jornal. In: SUSSEKIND, Flora; DIAS, Tânia. (orgs) *A historiografia literária e as técnicas da escrita*. Rio de Janeiro: Ed. Casa de Rui Barbosa; Vieira e Lent, 2004. p.622-630.

GOMES, Leonardo José Magalhães. *Dicionário Toponímico de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Crisálida, 2008.

GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

GUIMARÃES, César. *Imagens da memória: entre o legível e o visível*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HELIODORA, Barbara. Muitos cartazes viram a estréia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 09 abr. 1964, p. 05.

HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence O. (org.). *A Invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. (Pensamento crítico; v.55)

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Ed. comemorativa 70 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Trad. Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana (Org.). *BH: horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p. 49-118.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LE VEN, Michel Marie. *As classes sociais e o poder político na formação de Belo Horizonte (1893-1914)*. Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 1977.

LIMA, Luiz Costa. A análise sociológica da literatura. In: _____. *Teoria da Literatura em suas fontes*. Seleção, introdução e revisão técnica, Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. P. 659-687.(Vol. II)

LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da Imprensa de Belo Horizonte: 1885-1954*. 1 ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

MACHADO, Ana Maria Alves; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *Abílio Barreto e o museu: o homem e a memória da cidade*. 2004. 107 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. *Belo Horizonte: um espaço para a República*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1989.

MAIA, Andréa Casa Nova. O novo flâneur das cidades do século XX: culturas híbridas do espaço urbano belo-horizontino. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, n. 18, p. 135-149, 1998.

MARQUES, Reinaldo. O arquivo literário como figura epistemológica. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 13-23, 2007.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. O enigma do passado: construção social da memória histórica. *Textos de História*, v. 15, n. 1-2, p. 35-48, 2007.

MARTINS, Francisco Dias. *Traços históricos e descritivos de Bello Horizonte*. Belo Horizonte: APM, 1997.

MEDEIROS, Christine Junqueira Leite de. Theatros e Salões: A Crítica Teatral do Jornal do Brasil de 1891 a 1982. Crítica teatral jornalística; crítico teatral; jornalismo cultural. V Congresso da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Artes cênicas (ABRACE). Belo Horizonte: 28 a 31 de outubro de 2008.

MELLO, Ciro Flávio Bandeira de. A noiva do trabalho: uma capital para a república. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *BH: horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p.11-45.

MENDES, Jairo Faria; REZENDE, Guilherme; CAETANO, Paulo Henrique. Os dois séculos da Imprensa Mineira. 9º. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO - RIO DE JANEIRO, ECO- Universidade Federal do Rio de Janeiro, novembro de 2011. p. 01-18.

MIRANDA, Wander Melo, SOUZA, Eneida Maria de (Org.). *Crítica e coleção*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

NASCIMENTO, Luciana Marino do. *A cidade de papel*: um estudo de *A Capital* de Avelino Fóscolo. 1998. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

NASCIMENTO, Luciana Marino do. Belo Horizonte: a cidade de papel. *Em Tese*. Belo Horizonte, v.3, p.67-75, dez.1999.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical*. Trad. Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Houry. *Projeto História*: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993., São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Carlos Alberto. Na sombra da construção da Nova Capital de Minas: o documento indicador de um conflito. *Em Tempo de Histórias* - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. Brasília, n. 17, p.117-125, ago/dez. 2010.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As Festas que a República Manda Guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n. 4, 1989, p.172-189.

OTTE, Georg; PINTO, Sabrina Sedlmayer; CORNELSEN, Elcio Loureiro (Org.). *Limiares e passagens em Walter Benjamin*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

OTTE, Georg. Escovando a história a contrapelo: a desaceleração da modernidade em Walter Benjamin. *Cadernos Benjaminianos*, Belo Horizonte, n. 3, p.63-70, jan.-jun. 2011. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/cadernosbenjaminianos/data1/arquivos/georgotte.pdf>>. Acesso em 06 de junho de 2013.

PEREIRA, Maria Antonieta; REIS, Eliana Lourenço de L. (Org.). *Literatura e estudos culturais*. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Imagens da nação, do progresso e da tecnologia: a Exposição Universal de Filadélfia de 1876. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, n. 1, v. 2, p. 151-167, jan.-dez. 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995, p. 279-290.

PIMENTEL, Thais Velloso Cougo. *Reinventando o MHAB: o Museu e seu novo lugar na cidade, 1993-2003*. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2004.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RAMOS, Luís A. de Oliveira. *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 2000.

REIS, José Carlos.; FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *As identidades do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 2006-2007. 2 v.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. In: *Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*, 7., 1973, Belo Horizonte. ANAIS DO VII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA. A cidade e a História. São Paulo: [FFLCH-USP], 1974. v. 1, p. 601-633.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro, ano II, 1897.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro, ano X, 1905.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro, ano XXXIII, 1982.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro, ano XXXIV, 1985.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro, ano XXXVI, 1985.

REVISTA GERAL DOS TRABALHOS. Comissão Construtora da Nova Capital. Rio de Janeiro, H. Lombaerts e C., abr. 1895.

RIANCHO, Alfredo [pseudônimo de Alfredo Camarate]. Por Montes e Vales. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XXXVI, p. 23-198, 1985.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Rita Lages; SILVA, Regina Helena Alves da. *Architecto moderno na cidade: traços e rastros de Luiz Olivieri em Belo Horizonte*. 2012. 250 f., Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012

SÁ, Jorge de. *A Crônica*. São Paulo: Editora Ática, 1992.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Engenheiro Aarão Reis: o progresso como missão*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

SEDLMAYER, Sabrina, GUIMARÃES, César, OTTE, Georg (Org.). *O comum e a experiência da linguagem*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SEGANTINI, Verona Campos; MORENO, Andrea; VAGO, Tarcísio Mauro. *Fundando sensibilidades, educando os sentidos: dos sujeitos na cidade (Belo Horizonte, uma capital no ano de 1900)*. 2010. 229 f. : Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, 2010.

SEGANTINI, Verona Campos; MORENO, Andrea. Conhecer a história pelos cinco sentidos: na cidade com Alfredo Camarate e Machado de Assis. In: Marcus Aurélio Taborda de Oliveria. (Org.). *Sentidos e Sensibilidades: sua educação na história*. Curitiba: UFMP, 2012

SELIGMANN-SILVA, Marcio. Catástrofe, história e memória em Walter Benjamin e Chris Marker: a escritura da memória. In: _____ (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das Catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 391-418.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Editora 34, 2005.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.

SILVA, Rodrigo Machado da. *A Experiência do Passado: a escrita da História como discurso da civilização*. Ouro Preto/MG: UFOP, 2010

SILVA, Regina Helena Alves da. *A cidade de Minas*. 1991. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1991.

SIMÃO, Fabio Luiz Rigueira. Uma identidade para a cidade: a crônica jornalística de Padre Francisco Martins Dias e a construção de Belo Horizonte no final do século XIX. *Revista Aulas*, Campinas, v. 2, n. 2, p. 1-24, out.-nov. 2008. Dossiê Identidades Nacionais.

SIMÃO, Fábio Luiz Rigueira. Tradição e modernidade na construção da nova capital mineira: o Padre Francisco Martins Dias e os “Traços Históricos e Descritivos de Bello Horizonte”. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, Ouro Preto, vol. VI, ano 3, n.º 2, p.117-136, Dezembro de 2008. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria/ojs/index.php/cadernosdehistoria/article/view/120>>. Acesso em 12 de setembro de 2013.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 11-25.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador e a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SUSSEKIND, Flora; DIAS, Tânia (Org.). *A historiografia literária e as técnicas de escrita*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa; Vieira e Lent, 2004.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade; BELISÁRIO, Regina Célia de Moura Gomide. *Controvérsias historiográficas sobre as origens do arraial do Curral del Rei*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura / Museu Histórico Abílio Barreto, 1991.

VELHOS horizontes: um ensaio sobre a moradia no Curral Del Rei. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997.

VEIGA, José Pedro Xavier da. A imprensa de Minas Gerais (1807-1897). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano III, 1898. p. 169-249.

VERIANO, Carlos Evangelista. *Belo Horizonte: cidade e política – 1897-1920*. 2001. 238 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. Alípio Correia de Franca Neto São Paulo: Edusp, 1994.

WILLIAMS, Raymond. A figura humana na cidade. In: _____. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 382-406.